

Luis Fernando Ayerbe

O ATUAL PROCESSO DEMOCRATICO ARGENTINO:

FATORES DE ESTABILIDADE E DESORGANIZAÇÃO

[Handwritten notes in the left margin:]
... a estabilidade ...
... a desorganização ...
... a democracia ...
... a transição ...
... a consolidação ...
... a institucionalização ...
... a participação ...
... a accountability ...
... a transparência ...
... a eficiência ...
... a eficácia ...
... a efetividade ...
... a equidade ...
... a justiça ...
... a liberdade ...
... a igualdade ...
... a fraternidade ...
... a solidariedade ...
... a responsabilidade ...
... a cidadania ...
... a democracia ...
... a transição ...
... a consolidação ...
... a institucionalização ...
... a participação ...
... a accountability ...
... a transparência ...
... a eficiência ...
... a eficácia ...
... a efetividade ...
... a equidade ...
... a justiça ...
... a liberdade ...
... a igualdade ...
... a fraternidade ...
... a solidariedade ...
... a responsabilidade ...
... a cidadania ...

Tese de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciências So-
ciais do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universi-
dade Estadual de Campinas

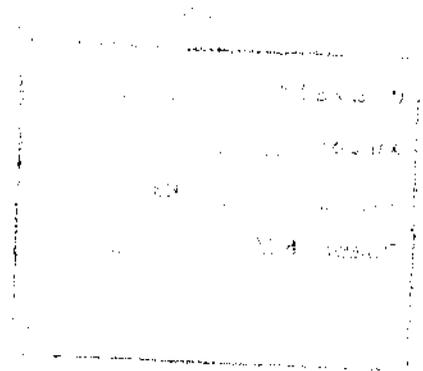
Orientador: Prof. Dr. Edmundo
Fernandos Dias

Campinas

1986

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

[Handwritten signature and date:]
Luis Fernando Ayerbe
1986



A Patrícia Ayerbe,
desaparecida na Argentina
em fevereiro de 1978

Para Lúcia e Júlia

Para Nestor e Lia,
meus pais.

Agradecimentos

O tema da democracia na Argentina tem para mim um duplo sentido, por um lado a reflexão acadêmica e os seus requisitos de rigor intelectual, e ao mesmo tempo, o balanço de um período da história recente do meu país ao qual minha vivência individual está ligada.

A possibilidade de fazer este trabalho, dadas as condições desfavoráveis da minha chegada ao Brasil, deve muito a muitas pessoas e instituições que neste país contribuíram das diversas maneiras possíveis para que pudesse reencontrar uma perspectiva de desenvolvimento individual nos seus vários aspectos, neste caso, profissional.

A lista completa é muito grande, e seguramente cometerei injustiças, no entanto gostaria de agradecer à Comissão de Justiça e Paz de São Paulo pelo respaldo legal e financeiro em vários momentos difíceis, e ao Serviço Universitário Mundial, que durante quatro anos me manteve como bolsista para que pudesse concluir os estudos de graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

No Mestrado de Sociologia da UNICAMP encontrei um espaço de discussão importante, os cursos oferecidos pelo programa me forneceram instrumentos para redefinir os objetivos da minha pesquisa e conhecer melhor a especificidade da explicação sociológica, pouco aprofundada anteriormente dada a minha formação de historiador.

A colaboração do meu orientador, Professor Edmundo Fernandes Dias, foi muito importante, principalmente neste último ano. As suas indicações de bibliografia ressaltando abordagens diferentes da minha, a disponibilidade permanente para resolver problemas que sempre surgem nos momentos difíceis de definição de um trabalho, o respeito intelec-

tual, são contribuições que agradeço.

O Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) me apoiou financeiramente entre 1984-1985, facilitando uma dedicação mais intensa aos cursos do Mestrado.

Queria agradecer também aos meus colegas do Departamento de Economia da UNESP, Araraquara, especialmente a José Ênio Cassalechi, Luiz Koshiba e Enrique Amayo, cujo incentivo para desenvolver esta pesquisa foi fator importante para mim.

Ao senhor Mario de Moura, pela confiança depositada no meu trabalho profissional.

A Cláudia pela revisão rigorosa do texto, e Ercília pelo capricho na datilografia e a paciência para atender os constantes pedidos de correção e reimpressão.

E finalmente, a Lucia e Julia, pela lembrança permanente do sentido transcendente das ações cotidianas e da coerência como prática de vida.

Obrigado a todos.

INDICE

INTRODUÇÃO.....	001	
CAPÍTULO I: O consenso na valorização da democracia: argumentos		
teóricos e políticos	007	
1 - A democracia como valor universal.....	009	
2 - Democracia política e Estado de Bem Estar Social.....	013	
3 - Os novos movimentos sociais.....	017	
4 - O contexto Latino Americano da discussão sobre a democracia.....	026	
a) Hirschman: a disjunção entre condições políticas e econômicas.....	031	
b) O'Donnell: O fortalecimento da oposição democrática.....	033	
5 - Algumas conclusões.....	035	
Notas.....	040	
CAPÍTULO II: As principais tendências da economia e da		
política Argentina até a década de setenta.....	047	
1 - As condições do desenvolvimento do capitalismo até 1955.....	048	
2 - As desventuras do "anti-peronismo" como princípio político.....	052	
3 - Balanço do período.....	060	
Notas.....	066	
CAPÍTULO III: O governo peronista (1973-1976).....		071
1 - O encaminhamento do programa político justicialista.....	076	

2 - Crise e fracasso da experiência peronista.....	079
Notas.....	086
CAPÍTULO IV: O "Processo de Reorganização Nacional" (1976-1983)....	090
1 - O diagnóstico da situação e o plano econômico.....	092
2 - Efeitos globais da política econômica.....	093
3 - A crise do regime militar e a transição política.....	102
Notas.....	114
CAPÍTULO V: O primeiro ano de governo radical: indefinições e incertezas nos rumos da transição.....	129
1 - As eleições de 1983 e o perfil político social da sociedade argentina.....	130
2 - O primeiro ano de governo.....	133
a) A política econômica.....	134
b) A normalização sindical.....	136
c) A questão dos direitos humanos.....	141
d) O pacto social como política governamental.....	143
Notas.....	150
CAPÍTULO VI: 1985: A institucionalização do regime democrático....	152
1 - A conjuntura política entre abril e junho de 1985.....	153
2 - O plano austral: o estado retoma o controle da conjuntura econômica.....	157
a) A formulação do plano.....	160
3 - O segundo semestre de 1985: a definição dos rumos da transição.....	162

Notas.....	171
CAPÍTULO VII: As perspectivas da democracia na Argentina.....	170
1 - O futuro do capitalismo: alguns projetos definidos.....	174
2 - A estabilidade do regime político: as especificidades do atual período.....	181
Notas.....	187
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS.....	191
BIBLIOGRAFIA.....	192

INTRODUÇÃO

"As vezes, nós, os argentinos, temos péssima memória. Há três anos, como teríamos ficado contentes se alguém nos tivesse dito: 'Olha, vocês, em fins de 1985, vão ter o sistema constitucional em funcionamento, vai haver liberdade. Vão estar sendo julgadas, pela justiça argentina, as afrontas que suportou a consciência do país. Vai estar resolvido o problema com o Chile. As Forças Armadas vão estar enquadradas dentro do funcionamento da Constituição'.

Há três anos tudo isto nos teria parecido uma fantasia. Mas é o que estamos conseguindo, e isto me parece um bom começo".

Aldo Ferrer, 03/10/85

Apesar da carga de otimismo, um tanto exagerada para a realidade do país, esta frase sintetiza bem a problemática deste trabalho.

Se tomamos como referência as tendências dominantes na Argentina das últimas décadas, com uma crise econômica cada vez mais profunda, um quadro de instabilidade política permanente e o confronto e a derrota do adversário como prática dominante das relações entre as forças políticas e sociais; o atual processo democrático aparece como

fenômeno singular.

Vejamos porque:

A gravidade da atual situação econômica não tem precedentes, dadas as mudanças operadas no perfil do capitalismo argentino como produto das políticas antindustrialistas implementadas pelo regime militar. O saldo é a maior dívida externa da América Latina, em relação ao Produto Bruto Interno, e a desarticulação do aparato produtivo, condicionantes decisivas para qualquer política econômica que tenha como eixo a retomada do desenvolvimento.

No plano político, às justas e inevitáveis mobilizações dos setores populares em favor da melhoria das condições de vida, se soma a questão da repressão política e as suas sequelas no conjunto da sociedade, dadas as dimensões inéditas do genocídio levado a cabo pelo governo das Forças Armadas.

Se nos anos anteriores, situações menos trágicas forneceram argumentos e condições favoráveis para posturas que visualizavam a ruptura (revolucionária ou golpista) como inevitável a curto prazo, como entender, então, as afirmações de Aldo Ferrer quando faz o balanço do atual regime democrático, ressaltando as suas conquistas políticas?

No nosso entender, o quadro de estabilidade institucional até agora alcançado, à revelia das condições desfavoráveis no plano econômico e social, se configura como um elemento novo e particular que precisa ser estudado. É para isto que aponta o nosso trabalho.

No caso da América Latina, a democracia é atualmente um fenômeno bastante pesquisado. Existem diversos trabalhos que, dando continuidade a estudos realizados na década de setenta, procurando entender

o advento generalizado de regimes ditatoriais, hoje buscam desvendar a grande vaga em favor da democracia política. Se naquela época, as acusações de economicismo rondavam os autores que se aventuravam em fazer diagnósticos de caráter globalizante sobre o fenômeno do autoritarismo*, hoje a situação se inverte, e a democracia aparece para muitos deles como fenômeno político individual, sem relação direta com a situação da economia.

Se o autoritarismo de ontem foi o remédio político para a consolidação do processo já iniciado de internacionalização das economias dependentes, a democracia de hoje talvez seja o remédio para prevenir muitas coisas, entre elas o questionamento da ordem que o autoritarismo ajudou a consolidar.

Sem negar a importância da democracia política num sentido mais geral, ou "universal", se se quiser, uma das hipóteses que procuramos trabalhar é justamente a aparente contradição que aparece como característica peculiar dos novos regimes políticos em que o consenso generalizado em favor do convívio democrático não expressa uma ruptura com a ordem econômica anterior.

Neste sentido, a nossa tentativa buscará identificar, no contexto argentino da transição para a democracia, a diversidade de fatores que, no plano econômico, social e político, contribuem conjunta-

* Senão, ver a intensa polêmica gerada pelo trabalho de Guillermo O'Donnell (1977b), "Reflexiones sobre las tendencias de cambio en el estado burocrático-autoritario", registrada no livro organizado por David Collier (1982), *O Novo autoritarismo na América Latina* e que, em parte, discutimos em alguns capítulos deste trabalho.

mente para destacar sua especificidade.

Para isto realizamos o seguinte percurso:

Em primeiro lugar, e este é o sentido do primeiro capítulo, o registro de algumas posturas cujo enfoque busca individualizar o fenômeno da democracia, ressaltando o seu valor, como melhor forma de organização política independentemente da formação econômico-social sobre a qual se apoie.

É partindo dessa premissa, formalizada na idéia de Albert Hirschman da "possibilidade de uma disjunção entre condições políticas e econômicas" (1986, p. 86), que diversos autores discutem a respeito das condições para a democracia política na América Latina, levantando uma série de fatores positivos e negativos no sentido da sua consolidação.

É evidente que o positivo e o negativo aparece em muitos casos como argumento em favor de determinados projetos políticos. Na medida em que a democracia política é entendida como um fim, qualquer situação que ponha em risco, ainda que potencialmente os novos regimes, será apontada como desestabilizadora, o que geralmente leva a posturas políticas conservadoras e anti-populares. Mas isto não elimina a capacidade que esta forma de abordagem, pelo tipo de enfoque que privilegia, tem para explicar o caráter singular dos novos regimes institucionais e os seus limites estruturais, no sentido da abertura para tentativas que associem a democracia com um projeto socialista.

Por este motivo, mesmo discordando das conclusões políticas a que dão origem estas posturas, será a partir delas que discutiremos o perfil da transição democrática, definindo os fatores que objetivamente podem contribuir para sua estabilidade e consolidação.

Dado este primeiro passo, iniciaremos o estudo do atual processo democrático argentino tendo em vista tanto sua dimensão histórica, quanto sua especificidade na conjuntura presente.

No segundo capítulo, procuraremos fazer o levantamento de algumas tendências no plano da economia e da política que consideramos importantes aos efeitos de remeter a problemática atual aos seus antecedentes de longo prazo. Ao mesmo tempo, buscaremos visualizar a trajetória dos diversos regimes políticos que se sucederam no país a partir da década de 60, e a sua articulação com o modelo de acumulação estruturalmente dominante e os projetos econômico-sociais representativos dos setores em disputa.

No terceiro e quarto capítulos, trabalharemos com os antecedentes mais próximos da experiência presente, procurando entender o governo peronista do período 1973-76 e o regime militar de 1976-83 como posturas radicalizadas de projetos bastante arraigados na sociedade argentina. No caso do peronismo, como último ensaio da implementação de um modelo de capitalismo com base nacional; no caso dos militares, como tentativa de ajuste de contas com o passado de instabilidade e crise, a partir da eliminação dos principais adversários: o nacionalismo peronista e a esquerda revolucionária.

Neste último caso, a repressão generalizada conjuntamente com uma política econômica que alterou radicalmente o equilíbrio da economia, foram instrumentos importantes para conseguir reverter as tendências anteriores já descritas. Assim, para além do descrédito em que caiu o regime militar, no nosso entender, os seus objetivos globais no sentido de tornar irrepetível o passado recente, foram bem sucedidos. Isto será visível no decorrer dos anos posteriores.

E chegamos finalmente à transição democrática, à qual dedicamos grande parte do quarto capítulo, quando analisamos a crise do "Processo de Reorganização Nacional"* e a herança deixada para o próximo governo; e os três últimos capítulos, que procuram acompanhar, de forma descritiva e analítica, a conjuntura política e econômica, com a explicitação dos vários projetos presentes no espectro social e político argentino e a sua relação com uma possível definição do caráter específico da nascente democracia.

A nossa principal preocupação, ao longo do trabalho, será a de estabelecer uma linha de continuidade entre os pressupostos definidos no primeiro capítulo como favoráveis ou não para a consolidação da democracia, e as análises concretas, em que colocaremos em destaque estes fatores, verificando as diferenças que marcaram cada processo de democratização, culminando no atual regime, objeto privilegiado da nossa análise.

Desta maneira, tentaremos avançar em relação aos diagnósticos correntes que ressaltam os fatores político e cultural como principais indicadores do fenômeno democrático.

Concluindo, após a definição do perfil do atual regime político argentino e os seus limites estruturais; com a descrição de algumas tendências, que ao nosso ver, esboçam as possibilidades de médio e longo prazo para um projeto de ruptura com a atual ordem dominante, a partir da confluência de interesses entre os movimentos sociais e a esquerda organizada.

*Nome com o qual se autodenominou o regime militar que governou entre 1976-83.

CAPÍTULO I

O CONSENSO NA VALORIZAÇÃO DA DEMOCRACIA:
ARGUMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS

Se observamos a evolução da situação política nos países que iniciaram a transição de regimes de ditadura militar para regimes de democracia representativa (1), e ao mesmo tempo, analisamos a produção teórica que procura estudar estes processos a partir das suas origens no autoritarismo, notaremos uma particularidade importante: a crescente valorização da estabilidade política nos marcos da "democracia partidária competitiva" (2) como premissa de qualquer perspectiva de transformação econômico-social.

Neste caso, a contradição autoritarismo-democracia aparece como dilema fundamental de experiências que abarcam desde os países do terceiro mundo até o leste europeu (3) levando à conclusão quase que imediata no sentido da defesa da democracia política como saída inicial obrigatória.

Mesmo a partir de posturas que aparecem como contraditórias na conjuntura política, apoiando ou se opondo aos novos regimes instalados, com raras exceções, a democracia é colocada como pressuposto anterior a qualquer discussão substantiva sobre as estratégias possíveis para uma nova sociedade.

Na tentativa de compreender este fenômeno, predominante nos países mais desenvolvidos, do ponto de vista do capitalismo da América Latina (4), discutiremos algumas idéias e autores, que no nosso entender, contribuem significativamente tanto para a sua explicação, como, em alguns casos, para o fortalecimento de posturas que atuam politicamente neste sentido.

1- A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL

O primeiro argumento que nos parece importante, é o que coloca a democracia como melhor forma de organização política, independentemente do tipo de regime econômico-social sobre o qual se apoie, seja capitalista ou socialista. Este passa a ser um problema posterior.

Desta maneira, não há identidade necessária entre democracia como valor, e o sistema econômico-social. Existem conquistas que fazem parte da idéia de democracia como o sufrágio universal, o habeas corpus, o pluralismo, que não dizem respeito exclusivamente ao capitalismo ou ao socialismo. O seu aperfeiçoamento assim como o aparecimento de novas conquistas é que deve acompanhar qualquer mudança ou ruptura geral do sistema. (5)

A defesa desta postura aparece claramente no texto de Francisco Weffort (1985, p.59):

"(...) a democracia é o terreno onde grupos e partidos que representam interesses e ideologias diversas lutam pelo poder. É por isso que todos (ou quase todos) têm de incluir entre seus objetivos a conquista da democracia ou, para os setores mais ligados ao regime (6), o aprimoramento da democracia. É evidente que, na medida que aparece como um instrumento para o poder, a democracia é concebida como um instrumento. Mas também me parece evidente que, na medida que se constitui o terreno da luta, a democracia passa a ser um objetivo comum geral, do conjunto das forças políticas.

(...) Porque a questão da democracia aparece - e não podia ser de outro modo - ligada ao problema do poder, a polêmica

em torno do seu significado é uma decorrência necessária. Temos todo o direito de preferir uma democracia liberal ou socialista. Temos todo o direito de buscar assegurar a hegemonia burguesa ou lutar pela hegemonia dos trabalhadores. Mas esta luta de partidos, grupos de interesse, classes sociais em torno do sentido da democracia só pode existir quando se vai além do seu significado meramente instrumental. Na própria luta dos divergentes e dos contrários em torno do sentido da democracia, está a afirmação da democracia como um valor geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana"

No que se refere à valorização da democracia como forma de organização política em oposição ao autoritarismo, Adam Przeworski (1984, p. 37) apresenta algumas definições importantes:

"(...) liberalização não é o mesmo que democratização. Para definir este último termo, devemos focalizar o aspecto essencial da democracia enquanto forma de organização política. Este aspecto seria a incerteza referencial: numa democracia, os resultados do processo político são, em certa medida, indeterminados no que diz respeito as posições que os participantes ocupam no conjunto das relações sociais, incluindo as relações de produção e as instituições políticas.

(...) O ponto saliente é que numa democracia ninguém pode ter a certeza de que seus interesses sairão vencedores em última instância.

(...) Numa democracia, todas as forças devem lutar reiteradamente para a realização dos seus interesses, uma vez que nenhuma delas está protegida pelo simples mérito de sua posição.

(...) Quero enfatizar que a diferença entre ditadura e democracia se refere não à incerteza absoluta, mas à incerteza condicional.

(...) O traço essencial (dos regimes ditatoriais) é que alguém tem a capacidade efetiva de evitar consequências políticas contrárias a seus interesses."

Desta maneira, na linha destes dois autores, podemos entender a democracia a partir de dois pressupostos básicos:

1) Como palco privilegiado em que a disputa dos contrários procura a hegemonia na representação dos seus interesses, dependendo deste último fator (quem detém a hegemonia) a definição do caráter liberal ou socialista da democracia.

2) Como melhor alternativa possível, de um ponto de vista histórico e de uma perspectiva "realista", as ditaduras (sejam estas em nome do modo de vida ocidental e cristão ou da defesa do socialismo) já que, pelo menos, oferecem a incerteza parcial sobre o futuro, abrindo espaços para a ação política transformadora.

Dentro desta lógica de análise, o respeito das regras do jogo tanto por parte dos conservadores como por parte dos progressistas e revolucionários (7) é a garantia necessária para qualquer mudança estrutural seja pela esquerda como pela direita. (8)

No caso dos países que saem de regimes ditatoriais, onde os problemas econômicos que apareceram como justificativa para os golpes se agravaram, onde as reivindicações sociais encontram espaço de expressão e organização e os novos regimes se colocam como administradores do caos, a ênfase na democracia como valor e como forma de organização, tem adquirido uma relevância cada vez maior.

Diferentemente dos países da Europa Ocidental, onde a partir da segunda guerra mundial se iniciou um processo de estabilização política acompanhado por um desenvolvimento econômico acentuado, cujos efeitos sociais foram amenizados pelas políticas distributivas do chamado estado de bem estar social. Nos países da América Latina, a democratização aparece como processo político individual e contraposto à crise econômica e empobrecimento geral do setor popular.

Se processos similares nas décadas anteriores desembocaram em golpes militares, e tendo em vista que a situação geral se agravou, como entender a substituição do discurso revolucionário desestabilizador dos anos setenta, pelo discurso moderado, estabilizador e que busca a integração dos contrários, próprio dos anos oitenta? (09)

Como entender a estabilidade política dos atuais regimes democráticos no Cone Sul da América Latina, que conseguem o consenso majoritário para medidas econômicas que colocam num plano secundário as reivindicações dos trabalhadores, e ao mesmo tempo não conseguem satisfazer plenamente o empresariado, afetado pelo peso da dívida externa e a fase recessiva? (10)

Neste caso, uma saída viável para as posturas que valorizam a democracia política, deve passar pela formulação de projetos de desenvolvimento econômico e social de médio e longo prazo.

Existem experiências históricas que apontem neste sentido?

Para responder a esta indagação, entramos numa segunda questão que é a da possibilidade de convivência permanente entre capitalismo como sistema socio-económico e a democracia representativa e pluralista

2 - DEMOCRACIA POLÍTICA E ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL

Claus Offe (1983) desenvolve a sua argumentação procurando dar resposta afirmativa a este problema.

Para ele, "(...) a compatibilidade continuada do capitalismo e da democracia, tão inconcebível tanto para o liberalismo clássico como para o marxismo clássico (incluindo Kautski e a Segunda Internacional) (11), emergiu historicamente em função do aparecimento e do gradual desenvolvimento de dois princípios mediadores: (a) os partidos políticos de massa e a competição partidária e (b) o Welfare State Keynesiano. Em outras palavras, trata-se de uma versão específica da democracia, uma versão com igualdade política e participação de massa, que é compatível com a economia de mercado capitalista". (1983, p. 32)

Tanto a democracia partidária competitiva como o Welfare State aparecem historicamente em momentos similares, respectivamente, após a primeira e a segunda guerra mundial.

No caso da Democracia Partidária Competitiva o autor busca delimitar os elementos que, dentro desta forma de organização política, contribuem para transformar as reivindicações classistas (neste caso de classe operária) em demandas sociais generalizadas e passíveis de serem administradas pelo sistema, chegando à seguinte conclusão:

"(...) Logo que a participação de massa é organizada através da organização burocrática em grande escala conforme pressupõe e é exigido pelo modelo de participação partidário-eleitoral e a barganha coletiva institucionalizada, a própria dinâmica dessa forma organizacional contém, perverte e obstrui o interesse de classe e a política de classe nas formas que são descritas como 'levando ao oportunismo' (Luxemburgo), 'à oligarquia' (Michels) e 'à submissão plebiscitária inescapável das massas aos impulsos irracionais do líder carismático e sua utilização demagógica da 'máquina' partidária burocrática' (Weber)

De acordo com as perspectivas comuns subjacentes a esta análise, logo que a vontade do povo se expressa através do instrumental de um partido competitivo que luta pelo cargo governamental, o que foi expresso cessa de ser a vontade do povo e se transforma, ao invés, num artefato da forma em si mesmo e na dinâmica posta em movimento pelos imperativos da competição política." (Offe, op. cit., p. 34).

Se o predomínio do partido como forma privilegiada de representação popular no plano do poder político, tende para a desmobiliza-

ção permanente das massas, no plano de cada partido, a divisão entre os que controlam a organização (profissionais do partido) e as bases, desloca estas últimas para posições de submissão, trabalhando basicamente nas tarefas de apoio e propaganda, com pouco poder de interferência na política da organização.

Assim, reivindicações populares permanentes, que apelam para mudanças substantivas, para se transformarem em políticas estatais devem enfrentar a dupla intermediação representada pelo partido e seus dirigentes, e o parlamento e a sua correlação de forças. Geralmente, ou a reivindicação é reformulada no sentido da sua aceitabilidade pelo sistema, ou rejeitada por falta de sustentação parlamentar.

No caso de que a reivindicação atravessasse vitoriosa as vias institucionais, o sistema deverá ser o suficientemente estável para comportar mudanças qualitativas de porte, como pode ser uma política redistributiva que sacrifique parte dos lucros de um setor dominante para beneficiar o setor popular.

Aqui entra o outro aspecto da argumentação de Offe, o Welfare State Keynesiano (W.S.K.)

"(...) O W.S.K. foi adotado como concepção básica do Estado e da prática estatal em quase todos os países ocidentais, não importa qual o partido no poder, e com alterações menores e diferenças de tempo. A maioria dos observadores concorda que seu efeito foi (a) um boom econômico amplo e sem precedentes, que favoreceu todas as economias capitalistas avançadas e (b) a transformação do padrão de conflito industrial e de classe numa forma que se afasta cada vez mais do radicalismo políti-

co, e até mesmo revolucionário, e que conduz a um conflito de classe economicista, centrado na distribuição e crescentemente institucionalizado" (Offe, op. cit., p. 41)

No plano da relação entre as classes sociais, as políticas de concerto socio-econômico ou de pacto social aparecem como forma predominante de integração política e econômica entre empresários, trabalhadores e estado.

Em troca de garantias sobre estabilidade no emprego, melhorias salariais de acordo com a produtividade, benefícios sociais e direitos trabalhistas e civis, o setor assalariado se compromete com a não desestabilização do sistema passando a defender as políticas industriais.

A garantia legal do acordo é dada pelo estado.

A integração das classes no plano corporativo e o desenvolvimento econômico, contribuem com a estabilidade do sistema político, que assim, pode administrar demandas sociais generalizadas, via partidos de massa.

Para aqueles que na América Latina lutam contra o aspecto "selvagem" do capitalismo, procurando aperfeiçoar o sistema no sentido do respeito às liberdades civis e à melhoria da qualidade de vida, o Estado de Bem Estar Social e a Democracia Partidária Competitiva aparecem como a experiência historicamente positiva da possibilidade de convívio permanente entre democracia e capitalismo.

Desta maneira, dada a crise econômica e o empobrecimento geral, a transição democrática deve estar associada a políticas concertadas no plano socio-econômico entre assalariados, patrões e estado buscando saídas de médio prazo a partir do compromisso mútuo.

Claro que, perdurando a recessão na economia, não haverá redistribuição possível. Mas podemos concluir que esta é uma saída nos marcos da legalidade democrática e do capitalismo, para os países mais desenvolvidos da América Latina.

É talvez para isto que apontam os defensores da estabilidade política como premissa de qualquer mudança substantiva quando defendem o novo oficialismo.

Uma terceira questão a ser analisada é a da democracia associada a transformações estruturais que culminem numa sociedade alternativa.

3 - OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste sentido, diversos autores (12) apontam para um novo fenômeno que, tanto nos países desenvolvidos como na América Latina, aparece como fator de questionamento do sistema partidário como forma privilegiada de mediação entre sociedade e estado, são os chamados movimentos sociais.

"(...) Eles incluem vários movimentos étnicos e regionalistas urbanos, ecológicos, feministas, pacifistas e de jovens" (OFFE p. 38).

"(...) A associação de trabalhadores organizados de modo independente, ou ainda em oposição às estruturas sindicais tradicionais e aos partidos políticos; loteamentos clandestinos que se organizam como movimentos; núcleos de moradores que brotam virtualmente em todas as cidades da América Latina,

comunicando-se entre si a nível local e ainda nacional; inumeráveis comunidades de base da Igreja Católica que se expandem em grandes áreas rurais; associações indígenas que irrompem espontaneamente no cenário político; associações de mulheres e também grupos feministas; comitês de direitos humanos que se transformam em focos de comunicação e de consciência social; encontros de jovens; atividades educativas e artísticas a nível popular, coligações para a defesa de tradições e de interesses regionais; movimentos de defesa do meio ambiente, um tecido irregular de grupos de ajuda mútua entre desempregados e pobres" (Evers, 1985, p.31).

Como características peculiares destes movimentos, Offe enumera duas:

1) "(...) seus projetos e demandas se baseiam não numa posição contratual coletiva em relação a bens ou mercados de trabalho, como foi o caso, por exemplo, dos partidos e movimentos de classe tradicionais. Ao invés disso, o denominador comum da sua organização e atuação é um certo sentido de identidade coletiva"

2) "(...) eles não exigem uma representação através da qual seu status de mercado poderia ser melhorado ou protegido, mas sim autonomia" (OFFE, op. cit., p. 38)

Estas características, sobre as quais trataremos posteriormente, e o desenvolvimento generalizado destes movimentos, estimula, de uns anos para cá um importante debate. Basicamente, se procura discutir o papel que lhes caberia dentro de uma estratégia de transformação social que supere o impasse crescente em que estão colocadas as posturas de esquerda na atualidade.

Procurando captar algumas das principais indagações suscitadas por esta problemática, analizaremos o texto de Tilman Evers (1985), que ao nosso ver consegue apresentar uma visão ao mesmo tempo descritiva e analítica da mesma.

No entender do autor, os movimentos sociais como forma de organização e expressão de interesses particulares, localizados e não representáveis nos moldes tradicionais das instituições da democracia representativa, são um fenômeno que extrapola contextos políticos específicos, seja do mundo industrializado ou do terceiro mundo; tornando-se expressão da realidade atual do mundo capitalista.

Neste sentido, as características básicas que podem levar a uma definição preliminar da problemática se deduzem de experiências diversas como podem ser o movimento pacifista europeu, os movimentos ecológicos da Alemanha, os movimentos pela defesa dos direitos humanos, contra a carestia e outros já enumerados anteriormente na América Latina.

Uma vez definido este aspecto dos movimentos sociais como fenômeno generalizado do atual desenvolvimento do capitalismo, Evers passa para uma discussão sobre as implicações teóricas que uma postura centrada nesta dimensão do processo social, traz para diversas concepções tidas como "inquestionáveis" no campo das ciências sociais e da prática política. Citando o autor:

"O que quero dizer pode ser resumido em quatro pontos:

- 1) O poder político como categoria central das ciências sociais é uma concepção excessivamente limitada para a compreensão dos novos movimentos sociais; o seu potencial não se refere principalmente ao poder, e sim à renovação de**

padrões socio-culturais e psico-sociais do cotidiano, que penetram na microestrutura da sociedade.

- 2) O caminho deste processo criativo é necessariamente aberto, embrionário, descontínuo e permeado de contradições; portanto, difícil de captar. Trata-se de passos iniciais em direção a uma sociedade alternativa, que representam algo assim como o "quintal dos fundos", não organizado, na esfera social, cuja parte dianteira - a dos esforços mútuos, sistemáticos e bem estabelecidos - se encontra ocupada pela sociedade dominante.
- 3) Numa primeira tentativa de dar nome à direção deste processo, talvez a dicotomia "alienação-identidade" proporcione algumas pistas.
- 4) Este processo inclui a criação dos seus próprios sujeitos. Portanto, estes não podem ser pensados como identidades sociais ou individualidades completas, senão como fragmentos de subjetividade que atravessam a consciência e a prática de pessoas e de organizações." (Evers, op.cit.,p.32).

Como vemos, há uma reavaliação conceitual profunda que aponta para uma nova perspectiva de análise sobre as condições em que se pode dar a transformação social rumo a uma nova sociedade e os seus protagonistas, ou novos sujeitos.

Em primeiro lugar, se nega a centralidade do poder político como alvo prioritário da "luta de classes" (13) e as hierarquias que isto representa em termos da relação partidos-movimentos de massa, os primeiros sendo o protagonista principal e os segundos chamados a fazer parte das "reservas do proletariado".

Nesta linha "fazer política" deixa de ser uma questão fechada para certos sujeitos pré-determinados nas diversas teorias da revolução, tornando-se um palco a priori indeterminado onde variadas formas de organização e de expressão (14) viabilizam a ação das massas populares.

Seguindo este raciocínio, Evers cita a Henry Pease Garcia, que define a tarefa intelectual na atualidade em "(...) pensar a construção de uma nova hegemonia através da intervenção direta das massas, assegurando uma reconceptualização da política que amplie a sua esfera e recupere, enquanto ação válida, o vasto campo popular com seu cotidiano, aceitando deste modo o desafio de visualizar um projeto social a partir do enfoque da prática das classes populares". (15)

A construção desta nova hegemonia apoiada nos movimentos, passa pela recuperação da política para o cotidiano da realidade social, eliminando a separação entre poder e prática social.

Se o poder deixa de ser alvo central da luta política, e não existem sujeitos definidos a priori da prática social (16), como se daria a articulação entre a esfera dos movimentos que expressam formas localizadas, particulares, de permanência associada a conquista da reivindicação original, e a esfera da política institucional da democracia partidária, que lida com a representação permanente de classes e grupos de status reconhecido?

Ou em outras palavras, quais são as potencialidades revolucionárias de uma ação que não aponte prioritariamente para a conquista do poder político, valorizando as transformações cotidianas que se operam do combate as diversas manifestações do poder no âmbito mais amplo da sociedade?

"Precisamente, porque esta 'microfísica do poder' depende da realização subconsciente; ainda os modelos escassos e débeis de uma prática social divergente representam um perigo potencial, ao menos como tendência para um questionamento do automatismo inconsciente da obediência. Criando espaços de relações mais solidárias, de consciência menos dirigida pelo mercado, de manifestações culturais menos alienadas ou de valores e crenças básicas diferentes, estes movimentos representam uma constante dose de elemento estranho dentro do corpo social do capitalismo periférico.

Naturalmente, qualquer resultado que esperemos desta 'contracultura' micrológica, só aparecerá a longo prazo. Mesmo assim, no transcorrer desse longo processo, terá demonstrado algo muito mais indiscutível e irreversível que as múltiplas transformações abruptas na cúpula do poder, precisamente porque haverá deitado raízes na prática diária e nas orientações essenciais correspondentes, nas quais se fundam todas as estruturas sociais. Por tais razões, e por pensar que a política é um elemento constante dentro da vida social e não separado desta última, creio que o potencial socio-cultural dos novos movimentos sociais pode se revelar como mais político do que a ação imediatamente orientada para as estruturas de poder existentes". (Evers, op.cit., p.34)

Enquanto isto não se verifica de maneira contundente, "a utopia positiva para a qual apontam os novos elementos dos movimentos sociais permanece como a face oculta na escuridão do futuro, antecipada somente pela fantasia social" (Evers, op.cit., p.34)

Neste sentido, no plano da conjuntura política imediata, as alternativas possíveis de interferência destes movimentos seriam, segundo a autor, as seguintes: "ceder ao peso da realidade, aceitando algum espaço para respirar e talvez algumas migalhas de poder - enquanto oposição oficial dentro da estrutura da sociedade dominante - ao preço de se conformar com uma posição subordinada; ou tratar de aflançar uma identidade com autonomia, ao preço de continuar sendo fracos, ineficazes e atravessados por contradições. Na realidade, a única chance de sobrevivência dos novos movimentos sociais como tais, consiste numa precária combinação de ambas as alternativas. Talvez a experiência brasileira do Partido dos Trabalhadores seja o exemplo mais claro desta combinação" (17) (Evers, op.cit., 36)

Finalmente, resta analisar a direção deste processo que apontaria, no entender de Evers, para a dicotomia Alienação-Identidade.

Na medida em que há um questionamento à definição apriorística de qualquer centralidade de aspectos específicos da sociedade, há uma pretensão de responder em todos os níveis as usurpações operadas com o avanço das classes dominantes, recuperando as identidades perdidas.

Neste sentido identidade se define como recuperação de um espaço perdido, identidade contra a alienação, como alguma coisa conquistada consciente e autonomamente.

E assim, a identidade aparece associada a democracia.

"A identidade não pode ser achada dentro de estruturas autoritárias" (Evers, op.cit., p.37). A diversidade, o pluralismo, são fatores fundamentais para a expressão da heterogeneidade social.

O fortalecimento desta perspectiva de análise no plano concreto da atividade política tem as suas consequências.

Para os objetivos deste trabalho, de verificar os elementos que contribuem para a estabilidade dos novos regimes democráticos no cone sul da América Latina, apesar da presença desagregadora de uma crise econômica sem precedentes, interessa compreender esta postura que não trabalha nos moldes tradicionais da política embora tenha presença efetiva na conjuntura.

Não entraremos no debate sobre a viabilidade ou não de uma sociedade alternativa organizada a partir da hegemonia dos movimentos sociais, e da validade dos pressupostos teóricos que norteam esta postura, contudo nos interessa registrar alguns desdobramentos importantes que se operam a curto e médio prazo.

Reconhecendo que a tendência dominante nas sociedades capitalistas, particularmente nos casos que nos interessam na América Latina, na organização e expressão dos interesses da sociedade, é a que prioriza as formas institucionais da democracia indireta (sindicatos, partidos, parlamentos, etc). E, que, no plano imediato das transições para a democracia, os grandes debates que polarizam a opinião da cidadania se definem via as instituições citadas. Estas posições que colocam num segundo plano a política institucional, na perspectiva de fortalecer polos alternativos de organização popular, se defrontam com um inimigo que conta com a capacidade de organizar consensos em torno de "grandes temas", desqualificando como utópico o que não se subordina a essa lógica.

A dificuldade para articular a diversidade dos movimentos num plano de igualdade (ou seja, não subordinação) com projetos político-partidários ligados ao setor popular, confere um grande espaço de manobra para as forças do novo oficialismo que conseguem gerir a crise

Isto, claro, nos marcos da crise geral em que se encontra a esquerda organizada, que nas décadas anteriores, atemorizava as classes dominantes com o espectro de uma nova Cuba.

Por um conjunto de fatores como são: a derrota desta esquerda no caso da América Latina, o que culminou nos processos militares; a falta de experiências concretas no plano internacional que possibilitem vislumbrar alternativas ao chamado "socialismo real", o que se reflete no descrédito da esquerda tradicional; e a debilidade até agora demonstrada pelas iniciativas que apontam para a perspectiva descrita no texto de Evers, podemos concluir afirmando que existe um campo conjunturalmente favorável, do ponto de vista político, para os novos regimes democráticos, dada a ausência, pela esquerda, de uma disputa real da hegemonia.

Neste sentido, mesmo admitindo a colocação de que os movimentos sociais, no limite, tendem para a desestabilização do sistema capitalista, o que poderia acontecer no momento em que este se mostrar incapaz de dar resposta a todas as reivindicações da sociedade, sem mudar a sua própria natureza. No momento esta capacidade desestruturadora é apenas potencial, e o espaço aberto entre a organização descentralizada e não globalizante proposta pela atuação dos movimentos e a ainda dominante democracia partidária competitiva, esta sendo ocupado pelas iniciativas do poder central. No caso da América Latina, este aparece como mais democrático porque mais tolerante, agindo num terreno que não lhe opõe grandes riscos imediatos. (18)

Resta finalmente, para completar esta análise, fazer o registro de algumas posturas que trabalham com os argumentos expostos até aqui, a partir de um enfoque que privilegia a experiência atual da América Latina.

4 - O CONTEXTO LATINO AMERICANO DA DISCUSSÃO SOBRE A DEMOCRACIA

A estabilidade política nos regimes emergentes aparece como meta importante para alguns autores. (19)

No dizer de Guillermo O'Donnell, "(...) a implantação da democracia política pode ser, nas circunstâncias emergentes a partir de um B.A. (20), o caminho mais viável - senão o único - para prosseguir com a colocação de questões que apontem para a ampliação da democracia nos planos sociais e econômicos (O'Donnell 1986 p.79)

Para entender melhor o sentido desta afirmação, devemos situar o contexto histórico e teórico em que ela se origina.

A emergência generalizada de regimes militares a partir da década de 60 na América Latina, estimulou um importante debate no sentido de caracterizar o novo contexto econômico, social e político do autoritarismo.

Na base das discussões aparecia a necessidade de estabelecer a correlação entre as mudanças que se operaram no modelo de acumulação mundial a partir do pós-guerra, o novo papel da América Latina e o caráter assumindo pelo estado neste processo.

Escapa ao interesse deste trabalho a reconstrução sistemática deste debate, por isto, nos limitaremos a apontar duas posturas que além de terem polarizado as discussões, delimitaram um campo de análise que permite o desenvolvimento da argumentação exposta até aqui.

A democracia política, no caso de O'Donnell, é entendida como meta possível de chegada, a partir de um tipo de estado autoritário, o

estado Burocrático Autoritário e dentro de um determinado contexto estrutural do desenvolvimento do capitalismo na região, que Fernando Henrique Cardoso denominou Capitalismo Dependente Associado.

Vejamos o significado destes conceitos:

"(...) as corporações multinacionais, desde meados dos anos 50, mais aceleradamente entre 1965/1975, investiram maciçamente em alguns países da região, Brasil especialmente. Quissem ou não, os militares, neste caso, foram garantia da internacionalização da economia e com sua repressão ajudaram a conter os ímpetus redistributivistas, facilitando a acumulação de capitais e o crescimento econômico.

Entendamo-nos bem. Não foram os militares por sua ação, que investiram capitais e desenvolveram a base produtiva dos países. Foram as grandes empresas. (...) Aceitou-se a ideologia predominante de associação crescente entre o setor privado nacional, o setor estatal e as multinacionais, os quais constituíram, em conjunto, o 'tripé do desenvolvimento'.

"(...) Na Argentina e no Chile, houve, por certo, uma desaceleração do crescimento, sem que deixasse de haver a internacionalização da economia. Mas no Peru e notadamente no Brasil, os militares conviveram com o crescimento econômico, sob a forma do que eu chamei de 'desenvolvimento dependente-associado'" (Cardoso 1984, p.47)

As características principais do estado Burocrático-Autoritário são as seguintes:

"a) as posições superiores de governo são ocupadas prioritariamente por pessoas que tem acesso a elas após carreiras exitosas em organizações complexas e altamente burocratizadas -Forças Armadas, ou mesmo o Estado, grandes empresas privadas-; b) são sistemas de exclusão política, no sentido de que apontam para o fechamento dos canais de acesso ao Estado ao Setor popular e aos seus aliados, assim como para a sua desativação política, não só pela repressão senão também através do funcionamento de controles verticais (corporativos) por parte do estado sobre os sindicatos; c) são sistemas de exclusão econômica, no sentido em que reduzem e postergam para um futuro não precisado as aspirações de participação econômica do setor popular; d) são sistemas despolitizantes, no sentido de que pretendem reduzir questões sociais e políticas públicas a problemas 'técnicos', a serem elucidados pelas interações entre as cúpulas das grandes organizações a que nos referimos acima; e) correspondem a uma etapa de importantes transformações nos mecanismos de acumulação das suas sociedades, as quais por sua vez são parte de um processo de 'aprofundamento', de um capitalismo periférico e dependente, mas que - também - já é dotado de uma extensa industrialização". (O'Donnell 1977, p. 13)

Estes conceitos revelam uma coincidência importante: em certos casos, como nos países citados, a afinidade entre o modelo de desenvolvimento dependente-associado e o autoritarismo burocrático é incontestável.

Acontece que esta constatação resulta insuficiente quando pretendemos ampliar o estudo do fenômeno do autoritarismo no sentido dos seus possíveis desdobramentos futuros.

Se, como afirma Fernando H. Cardoso, o capitalismo dependente associado aparece como forma característica de acumulação na América Latina a partir dos anos cinquenta, sendo que o autoritarismo burocrático é uma das formas de domínio estatal que se difundem na região, dependendo das condições políticas de cada país. Devemos então, especificar melhor a conceituação utilizada por esses autores quando se referem aos regimes autoritários como tipos de Estado.

Segundo Cardoso, "para esclarecer a caracterização da política autoritária contemporânea, é essencial distinguir entre o conceito de regime político e o conceito de estado. Por 'regime' eu me refiro às regras formais que ligam as principais instituições políticas (Legislativo ao Executivo, Executivo ao Judiciário, e o sistema partidário a todos eles), bem como à questão da natureza política dos laços entre os cidadãos e os governantes (democrática, oligárquica, totalitária ou seja qual for).

A conceituação de estado é um assunto complexo, mas existe um certo grau de acordo de que no nível mais alto de abstração a noção de estado se refere à aliança básica, ao 'pacto de do-

domínio' básico, que existe entre as classes sociais ou frações das classes dominantes e as normas que garantem o seu domínio sobre as camadas subordinadas." (Cardoso, 1982, p. 46)

Esta distinção é importante para podermos entender o contexto Latino-americano na sua diversidade, acrescentado à análise uma nova dimensão que permita explicar o caráter permanente do modelo de acumulação, o domínio constante exercido pelos setores que sustentam este modelo e a variedade das formas de estado que convivem com ele.

Nesta perspectiva, a correspondência necessária se estabelece entre o modelo dependente associado, apoiado no tripé capital multinacional, estatal e nacional e o "Estado Capitalista Dependente" (21), pacto de domínio permanente destes grupos dominantes

O B.A. aparece então como um dos regimes políticos em que este pacto de domínio se viabiliza no plano governamental, dependendo da ameaça representada pelo setor popular, ativado a partir de uma conjuntura de crise indicadora da transição de um padrão de industrialização (substituição de importações) para outro (dependente-associado).

No caso dos atuais processos de transição para regimes democráticos, utilizando a mesma linha de raciocínio, não há necessariamente um questionamento do modelo de acumulação, já que este por si só não é pressuposto do autoritarismo; há sim o questionamento da forma em que é exercido o poder pelas classes dominantes, do totalitarismo como característica básica das relações entre o estado e a sociedade civil.

Feita esta introdução, podemos então retomar a colocação inicial de O'Donnell a respeito da importância da implantação da democra-

cia política como caminho quase que obrigatório para poder se pensar na democracia "nos planos sociais e econômicos".

Dois argumentos básicos, no nosso entender, aparecem na atualidade como justificativa e estímulo para as possibilidades de estabilização dos novos regimes democráticos a revelia das condições econômicas desfavoráveis. O primeiro, desenvolvido por Albert Hirschman, pode ser sintetizado na idéia de disjunção entre condições políticas e econômicas; o segundo, de Guillermo O'Donnell, que trabalha com a necessidade, nos processos de transição, de fortalecer a chamada oposição democrática, como forma de manter um equilíbrio permanente entre as reivindicações da sociedade civil emergente e o resguardo dos interesses permanentes da coalizão do B.A. que negocia a sua retirada.

Vejamos individualmente cada um deles.

a) Hirschman: A disjunção entre condições políticas e econômicas

Em artigo recente (1986) o autor discute os atuais processos democráticos na América Latina advertindo para o perigo que representa para sua consolidação, a repetição dos mesmos erros do passado. (22)

Entre estes, destaca a tendência em condicionar o êxito da democracia ao cumprimento de metas nos planos econômico e social (crescimento econômico, distribuição de renda, etc.), o que, no seu entender, traz sério riscos para o primeiro objetivo proposto.

Para ele, a democracia deve ser pensada como questão individual, cujo destino não depende necessariamente das condições adversas ou favoráveis nas outras áreas descritas.

Desta maneira, destaca a "(...) possibilidade de uma disjun-

ção entre condições políticas e econômicas".(23)

(...) Dada a existência de duas metas altamente desejáveis, como a de uma sociedade com instituições democráticas consolidadas e a de uma economia mais próspera, onde a riqueza seja repartida de modo mais equitativo, é concebível que uma determinada sociedade somente possa, em certos momentos, deslocar-se numa dessas direções desejáveis à custa de perder terreno na outra. Desde que o movimento se inverta mais tarde, é possível realizar progressos em ambas as direções, mas num dado momento só se pode obter progresso numa direcção à custa de um retrocesso na outra. (grifo nosso)

Ao mesmo tempo, e dentro desta linha de análise, ressalta a importância da reflexão de Adam Przeworski sobre a democracia como pacto de incertezas (24), afirmando que:

"(...) a aceitação por parte de cada um de ver seu próprio programa realizado é uma virtude democrática essencial: tenho a obrigação de valorizar a democracia mais do que a realização de reformas e programas específicos, mesmo que os julgue fundamentais para o progresso, seja democrático, econômico, ou o que for". (Hirschman, 1986, p. 88)

b) O'Donnell: O Fortalecimento da oposição democrática

A argumentação deste autor ressalta a maneira em que deve ser conduzido o processo de transição pelos agentes políticos interessados no regime democrático.

Identificando duas coalizões, a que sustenta o regime e a da oposição, visualiza algumas posturas necessárias que tornem menos ariscados os passos iniciais da liberalização política: (25)

1) como premissa básica da qual deve partir qualquer iniciativa aberturista está a garantia de que qualquer novo regime não questionará os interesses fundamentais dos setores que dão sustentação ao B.A.; as Forças Armadas e as classes dominantes.

2) Nesta linha, os setores identificados por O'Donnell como brandos (favoráveis a uma abertura) na coalizão do B.A., deverão convencer os grupos dominantes de que a transição proposta por eles representa uma perspectiva mais adequada à manutenção dos seus interesses do que a continuidade do regime B.A.. Isolando os setores duros (favoráveis à continuidade).

3) No campo oposicionista, em que o autor identifica três posturas, uma oportunista que tende a aceitar qualquer proposta; uma maximalista, que se nega a qualquer negociação com o regime; e uma democrática que tenta arquitetar uma transição sem rupturas que culmine num regime verdadeiramente democrático; a tarefa principal será a de consolidar um processo em que, ao mesmo tempo em que se garantem as salvaguardas exigidas pelos grupos dominantes, se caminha para o atendimento das reivindicações da sociedade civil.

Para que isto aconteça, a oposição democrática deverá "con-

verter-se na voz dominante em seu campo", derrotando as outras duas alas e articulando uma forte corrente política organizada que lhe permita enfrentar a ala democratizante dos brandos, que tenderá a ser o principal adversário nas faces posteriores do processo democrático.

Descartadas as outras oposições, uma por ser "oportunista" e "sem princípios" e a outra por "utópica", já que preocupada principalmente com a conquista do poder e não com a consolidação de formas permanentes de gestão política e econômica após o fim do regime, o fortalecimento do centro democrático aparece como a forma mais adequada de encaminhamento do processo aberturista atendendo aos pressupostos já descritos.

Faltaria analisar, para concluir esta parte, como esta postura visualiza os novos movimentos sociais e o seu lugar dentro de um regime democrático.

A crise dos regimes de força convive com o ressurgimento de antigas reivindicações junto com as novas organizações que recolocam o setor popular como protagonista do processo político.

Para O'Donnell, o caráter explosivo que todos estes movimentos assumem num primeiro momento como respostas lógicas aos anos de ostracismo, apresentam sinais desestabilizadores que devem encontrar na oposição democrática uma resposta clara:

"De acordo com a experiência conhecida, para atenuar os temores da burguesia e dos duros, nas primeiras e mais frágeis etapas do processo tem sido útil, como no Brasil, uma virtual ausência da classe operária e de outros setores populares ou, como na Espanha, que a expressão política dessa classe e se-

tores tenha sido assumida por partidos que, historicamente enraizados nela, tenham se colocado inequivocamente dentro da oposição democrática (26). Outra lição extraída da experiência da Espanha, Brasil e outros casos contemporâneos onde, pelo menos, as transições não abortaram tragicamente, é o papel crucial desempenhado pelos partidos políticos. Ficou claro no passado recente, e espero que fique claro para a Argentina, Chile e Uruguai (27) em futuro próximo, que os sindicatos não podem substituí-los no processo político, nem na representação da classe operária e setores médios assalariados, já que a própria lógica de sua inserção na sociedade faz com que seja muito difícil eles irem mais além de exigências economicistas e de participação no aparelho estatal.

Mas, principalmente, o que alguns casos mostram ser positivo e outros negativo, é que o problema fundamental de uma democracia viável (ou seja, nem uma ferida de morte, nem uma liberalização apenas cosmética do aparelho de estado autoritário) é o grau em que a oposição democrática controla seu campo, não só no plano político-eleitoral, como também nas eclosões da sociedade civil, que são parte constitutiva e especialmente dinâmica - desses processos." (O'Donnell, op. cit., p. 94).

5 - ALGUMAS CONCLUSÕES

Até aqui, fizemos a descrição de diversas posturas teóricas e políticas que apontam, embora em alguns casos a partir de premissas

diferentes, para a construção de um discurso democrático que valoriza a estabilidade política como meta importante, e até prévia, a qualquer transformação de ordem econômica e social.

A importância deste discurso no sentido de tornar-se parte das práticas sociais e assim configurar-se como dado político de peso nas análises que trabalham com a problemática da transição para a democracia, é ainda um fenômeno a ser verificado nos estudos de casos concretos.

Neste sentido, e antes de passarmos para uma análise do contexto argentino da democracia, buscaremos estabelecer, a luz do que foi discutido até aqui, alguns critérios que nos parecem importantes para a tentativa de identificar, nestes processos, os fatores que contribuem para a estabilidade do sistema político a curto e médio prazo.

No nosso entender, os atuais regimes democráticos aparecem como síntese de três fatores básicos:

1 - uma crise econômica profunda, embora maior ou menor no plano estrutural dependendo do país;

2 - uma crise geral da sociedade, dada a incapacidade dos regimes militares em apresentar soluções para os problemas existentes que contemplem a totalidade do espectro social, limitando-se a impor pela força políticas excludentes,

3 - uma crise geral do sistema político, dada a continuada destruição ou controle das diversas formas de organização e representação da pluralidade de interesses.

A partir desta situação, consideramos que existem quatro requisitos decisivos na conformação de um quadro de estabilidade política nas situações de transição para a democracia:

1 - O consenso majoritário, nos atores políticos e sociais, de que os diversos interesses, permanentes ou não, de índole econômico, político, social, cultural; referidos a classes sociais ou grupos (regionais, religiosos, étnicos, políticos, etc.), são negociáveis e representáveis num amplo espectro de organizações que vão desde os movimentos sociais de base, até os sindicatos e os partidos políticos. Estes diversos organismos devem manter, ao mesmo tempo, a sua autonomia, a partir da definição de esferas de atuação específicas e não subordinadas as umas as outras; e sua integração, contribuindo em conjunto para a unidade dos contrários e a consequente preservação do sistema político.

2 - O tratamento da crise econômica, que age como elemento desintegrador, deve se apoiar em acordos concertados, no curto e médio prazo, entre os assalariados, capitalistas e Estado.

A consolidação de um processo de negociação desta natureza, deve responder a algumas pré-condições importantes:

A médio prazo, a concordância, nos três setores, a respeito do modelo econômico para o qual apontam as várias estratégias.

A curto prazo, o consenso em torno de medidas que distribuam "equitativamente" os sacrifícios necessários para superar a crise.

3 - A elasticidade do sistema partidário, no sentido de facilitar a integração das forças do consenso em grandes partidos hegemônicos, que tornem menos conflitiva a passagem da reivindicação setorial para a formulação política global. Isolando, desta maneira, as forças desintegradoras à esquerda e à direita.

4 - Uma relação de adequação entre os grupos dominantes ao nível do modelo de acumulação e do Estado, que tenha continuidade na

organização da hegemonia no plano do regime político.

A combinação destes quatro fatores, contribui efetivamente para o fortalecimento da democracia política, no sentido em que esta é definida pelos autores citados.

Porém, ao mesmo tempo, ficam claramente delimitados os alcances deste tipo de regime, no que se refere ao caráter das mudanças que podem ser toleradas pelo sistema.

Para colocar um exemplo, o modelo de capitalismo "associado-dependente" não está (nem deve ser colocado) em questão, pelo menos pelas forças políticas com possibilidades de acesso ao poder. A disputa de interesses no plano econômico-social não deve extrapolar a esfera da distribuição, pois poria em risco a própria democracia, cuja função, no entender de Alain Touraine, é integrar, e não questionar, a existência de contrários, senão vejamos:

"(...) Não pode existir consciência de pertencer ao mesmo sistema político quando existem, entre a extrema pobreza e a extrema riqueza, diferenças que conseguem dividir a nação entre culturas cada vez mais diversas." (1986, p. 8)

"(...) De fato, a força de um sistema democrático está em vincular a pluralidade e a especificidade dos interesses sociais com a unidade e integração do Estado. (...) Na América Latina, a classe dominante interessa-se tanto pela reprodução de seus privilégios como por seu papel empresarial, ao passo que os movimentos populares são em grande parte defensivos e comunitários, de tal maneira que um enfrentamento direto conduziria inevitavelmente à ruptura do sistema democrático."

(1986, p.14)

Uma afirmação problemática, já que possibilita o seguinte raciocínio: não há democracia sem a existência de classes, jogando água no moinho dos que negam o socialismo, ao qual consideram "intrinsecamente" antidemocrático; e aos que negam a democracia, associada exclusivamente com o sistema capitalista.

De forma clara, no caso de Touraine e Hirschman, e de forma mais difusa no restante dos autores, a valorização da idéia de democracia se dá numa relação direta com a desqualificação da idéia de revolução. Assim, a defesa de mudanças qualitativas a partir da derrota e exclusão das classes dominantes, e a reorganização, sob novas bases, da economia e do estado * perde relevância para uma postura que considera, como sistema político mais adequado, aquele que administra pela conciliação, a pluralidade de interesses de uma sociedade estratificada, onde tudo pode ser questionado e negociado, menos o capitalismo e a existência das classes.

Se por um lado, estes autores conseguem explicar um fenômeno apontando para os seus desdobramentos possíveis, ao mesmo tempo trabalham pelo fortalecimento de determinados projetos políticos.

Neste caso, a vocação científica ajuda a vocação política.

Do nosso lado, o registro de discrepâncias em matéria de posturas políticas, não elimina o reconhecimento das contribuições teóricas. O que nos leva, no caso do estudo do atual processo democrático argentino, a seguir os lineamentos gerais expostos neste capítulo.

* o que não significa necessariamente ausência de democracia.

NOTAS

(1) Dentro do conjunto de países que iniciaram este processo, tomaremos como base prioritária das nossas análises os casos de Brasil e Argentina.

(2) Aqui nos referimos a noção de democracia que Claus Offe (1983, p. 32) define como "(...) uma versão com igualdade política e participação de massa, que é compatível com a economia de mercado capitalista".

(3) Este é o caso de Adam Przeworski (1984, p. 44), que coloca a seguinte questão: "Estou convencido de que a lógica da transição para a democracia - as alternativas presentes nos diferentes estágios e as condições sob as quais a democracia é possível - pode ser analisada utilizando-se termos similares, ainda que se esteja falando da Europa Ocidental do início do século, da América Latina ou da Europa Oriental".

(4) Prioritariamente Brasil e Argentina

(5) "A democracia é, ao mesmo tempo, um meio e um fim. é um instrumento para instaurar o socialismo e a própria forma da sua realização."

"O socialismo, em última instância, é apenas a aplicação da democracia à totalidade da vida social. "Eduard Bernstein, Socialismo Evolucionário, citado em Châtelet, F.L. e outros, 1983, p.209.

"A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa e dos organismos da sociedade civil em relação ao estado, a

liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção permanente do consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, tanto as que nasceram com a sociedade burguesa quanto as que resultam das lutas populares no interior do capitalismo, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista ", Nelson Coutinho, Carlos A Democracia como Valor Universal, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1980, pg. 24.

(6) Refere-se ao regime militar brasileiro.

(7) Entendendo os revolucionários como aqueles que buscam a transformação radical, num sentido progressista, da sociedade.

(8) Embora historicamente, e a maioria dos autores reconheça isto, o respeito pelas regras de jogo democrático apenas se sustentou até o momento em que as bases do sistema econômico-social foram questionadas na prática. O exemplo do Chile da Unidade Popular é o mais próximo. As classes dominantes não hesitaram em violar a legalidade democrática.

(9) Sendo que muitos dos que atualmente se destacam nesta postura, também fizeram parte do processo anterior, aderindo as teses desestabilizadoras da época.

(10) Neste caso, o Brasil foge um pouco da regra, mantendo nos últimos dois anos índices razoáveis de crescimento econômico. Mesmo assim, não se pode falar ainda de uma tendência permanente neste sentido.

(11) O autor se refere às expectativas, tanto dos liberais como dos marxistas, que no século dezanove teorizavam sobre a incompatibilidade entre a democracia política e o modo de produção capitalista, evidentemente a partir de argumentos opostos, e a realidade do século XX, que nega esta tese, conforme será explicado no decorrer deste tópico.

(12) Nos limitaremos a apresentar dois autores que tratam do tema, na medida em que eles apresentam uma síntese razoável da questão: Claus Offe, 1983, e Tilman Evers, 1985.

(13) O autor propõe "uma revisão profunda das concepções tradicionais sobre sujeitos sociais e sobre o processo de sua constituição", questionando, neste assunto, a visão marxista.

(14) Neste caso, ressalta o potencial socio-cultural de transformação destes movimentos, quando grande parte dos grupos que aparecem associam o protesto com a manifestação artística e cultural.

(15) Garcia, Henry Pease, "Vanguardia Iluminada y organización de masas", Nueva Sociedad nº 64, citado por Tilman Evers em "Identidad ...", ob. cit. p. 32

(16) "A crise do socialismo é, antes de mais nada, a crise do proletariado. Com o desaparecimento do operário profissional polivalente, sujeito possível de um trabalho produtivo e, portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e

de realizá-lo nas coisas. A degenerescência da teoria e da prática socialista vem fundamentalmente disso.", André Gorz, 1982, p. 85. "A industrialização capitalista alcançou uma face comumente denominada 'Terceira Revolução Industrial'. Com a generalização da eletrônica e da cibernética, a automatização e a comunicação se converteram em aspectos decisivos do capitalismo atual. (...) (como consequência), o trabalhador industrial clássico aparece como um fenômeno cada vez mais raro; o setor terciário cresce, e, o que é pior, aumenta o número de desocupados. Com a automatização da produção, a existência social de indivíduos e grupos se define cada vez mais pela sua capacidade de consumo", Tilmann Evers, ob. cit., p.39.

(17) A este respeito, é interessante reproduzir algumas idéias de Félix Guattari comparando a experiência dos Verdes na Alemanha e o PT no Brasil: "A classe operária é minoritária mas é minoria importante. A forma partido e a forma sindicato estão ligados a uma certa tradição do movimento operário, mesmo se existem enormes contradições entre os movimentos autônomos, especialmente da classe operária, e suas formas. (...) Penso que se há uma ruptura completa entre estas formas de organização tradicional e as formas dissidentes de reflexão que tendem a considerar outras dimensões que a econômica, da vida material, etc., chegaremos a uma espécie de esterilização que fará totalmente o jogo das formações do poder capitalista. O interesse da experiência dos Verdes, na Alemanha, está em que eles puderam ocupar-se, ao mesmo tempo, de questões materiais, cotidianas, como a invasão de casas vazias, o enfrentamento do problema das crianças, ou a organização de sistemas bancários alternativos e que puderam servir de referência às distintas

correntes alternativas, mas também de estarem ligados a gente que se dedicava ao teatro, ao cinema, à pesquisa.

Ao mesmo tempo, no entanto, não abandonavam a luta a nível molar: no nível das relações sociais e políticas municipais, estaduais e nacionais.

(...) Se o PT pudesse ser o equivalente dos Verdes alemães, nas condições particulares e muito diferentes do Brasil, isto abriria imensas possibilidades. "As novas alianças: movimentos sociais & movimentos alternativos", um debate com Felix Guattari, *Desvios* nº 5, Paz e Terra, Março de 1986.

(18) Embora, neste caso, a análise também vale para os países desenvolvidos onde após a década de setenta, não tem aparecido movimentos políticos de envergadura que coloquem em questão o próprio sistema.

(19) Neste tópico trabalharemos basicamente com as posturas de Fernando Henrique Cardoso, Guillermo O'Donnell e Albert Hirschman.

(20) Refere-se ao estado Burocrático-Autoritário, daqui em diante B.A.

(21) "O que é característico do capitalismo dependente na face de industrialização da periferia sob o impulso do capitalismo oligopólico internacional é o desenvolvimento de uma forma estatal apoiada na aliança entre empresa multinacional, empresariado estatal e burguesia local através da qual estes setores geram o domínio sobre o resto da sociedade". (F. H. Cardoso, Enzo Faletto, 1977, p. 382).

(22) "(...) as tarefas de industrialização, planejamento e integração podem ser consideradas como comparativamente 'não antagônicas'. Como objetivos políticos, elas não ameaçam explicitamente qualquer classe ou setor importante da sociedade, e podem ser apresentadas como sendo a longo prazo de interesse de todos. Mas tendo feito uma apresentação cada vez pior destas tarefas proclamadas sucessivamente, a América Latina foi convocada pelos seus intelectuais no meio e no fim da década de 1960 a combater no terreno das tarefas antagônicas que envolviam outra ordem de dificuldades completamente diferentes: agora foi amplamente proclamado, numa escalada final, que a América Latina deve resolver os seus problemas redistribuindo a riqueza e a renda domesticamente e superando a 'dependência', isto é, reordenando suas relações econômicas internacionais no que só pode ser um processo que conflita com as principais potências, e particularmente com os EEUU (...) O aparecimento cedo ou tarde de pressões para a reforma em relação às forças empresarias é um assunto de considerável interesse intrínseco (...): se a reforma aparece 'cedo demais', ela paralisa as forças empresariais (...) e isto levará à estagnação, descontentamento e uma tentativa de garantir o processo de acumulação por meio de um regime autoritário", A. Hirschman, 1982, p. 88.

(23) "Em suma, a arte de fazer a sociedade avançar numa democracia envolve fazê-lo apesar do substancial e justificado descontentamento de alguns grupos importantes, seguido do descontentamento semelhante de outros grupos. Em qualquer ponto do tempo existem não apenas disputas, choques e conflitos, como também perda considerável de terreno, anteriormente conquistado. No entanto, é possível que se esteja conseguin-

do algum progresso global, por trás -- por assim dizer - dos partidos e dos grupos em conflito. A democracia está consolidada quando, após algumas alternâncias dos partidos no poder, os vários grupos concluem que, por estranho que possa parecer, todos eles ganharam." (Hirschman, 1983, p. 34).

(24) Ver primeira parte deste capítulo.

(25) O desenvolvimento das idéias expostas nesta parte estão em Guillermo O'Donnell, 1986.

(26) O autor se refere ao partido comunista espanhol (PCE) e ao partido socialista operário espanhol (PSOE).

(27) O artigo foi escrito em 1980, quando a Argentina e o Uruguai ainda viviam sob ditaduras militares.

CAPÍTULO II

AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA ECONOMIA E DA POLÍTICA ARGENTINA ATÉ A DÉCADA DE SETENTA

1 - AS CONDIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO ATÉ 1955

A integração da economia argentina no mercado mundial se realiza entre 1880 e 1920, baseada na produção e exportação de produtos primários a partir das vantagens em recursos naturais oferecidos pelo pampa úmido.

Enumeraremos algumas das características deste processo: (1)

-grande rentabilidade com baixo investimento como consequência da renda diferencial da terra a escala internacional;

-produção extensiva, diversificada (grãos e carnes);

-concentração da propriedade nas mãos de uma burguesia agrária com grande disponibilidade de recursos, que são aplicados no desenvolvimento do setor urbano, no comércio e na indústria;

-formação de um setor popular urbano com níveis de renda mais altos que no resto da América Latina e equilibrados aos da Europa, contribuindo para um modelo de desenvolvimento que tem no mercado interno uma grande base de apoio;

-o processo de acumulação prescinde, nesta etapa, de um estado intervencionista. Como ressaltava Guillermo O'Donnell (1977, p. 22), "a continuada centralização da burguesia pampiana acarretava, pela sua modalidade de inserção no mercado, que essa classe e esse estado prematuramente nacionais fossem também, originária e constitutivamente, o âmbito principal da internacionalização das suas sociedade e economia. Em especial, as características 'liberais' do estado argentino e o forte peso da sua sociedade civil só se podem entender a partir da engrenagem da burguesia pampiana com o capital internacional que também 'estava ali', extensamente interiorizado controlando o financiamento,

o transporte e a comercialização externa da produção pamplana. Foi essa internacionalização constitutiva de uma região economicamente muito dinâmica (através das parcelas de acumulação que se retinham localmente) que incluía, expressando um alto grau de homogeneidade internacional, a 'parte' decisiva de uma Argentina quase sem campesinato, que permitiu precisamente que esse Estado tão internacionalizado fosse, até às regiões marginalizadas do sistema, prematura e arrasadoramente nacional".

O funcionamento deste modelo de acumulação está estreitamente ligado à expansão territorial da exploração agrícola e aos preços favoráveis no mercado internacional.

Quando esta expansão se completa no final da década de 20 e os preços internacionais da carne e cereais começam a cair como consequência da crise de 29, se esboça claramente a necessidade de uma alteração profunda.

Se combinarmos os diversos fatores negativos, observaremos que, além da exaustão territorial que limita a produção extensiva, o fechamento do mercado externo para os produtos primários gera falta de divisas para pagar as importações de bens requeridos pela indústria local e pelo mercado consumidor.

Apesar deste quadro negativo, a busca de novas alternativas tenderá a se apoiar em algumas condições favoráveis que o país apresenta:

- um mercado interno desenvolvido e potencialmente apto para absorver uma produção industrial nacional;

- existência de excedentes de mão-de-obra nos setores marginais à região pamplana, aproveitáveis num processo de expansão indus-

trial;

-existência de um Estado nacional centralizado que pode mudar de função, passando a operar como impulsor da industrialização, concentrando e repassando recursos do setor agrícola para o setor industrial e exercendo controle rígido sobre as importações.

As mudanças requeridas se materializam no período compreendido entre os anos 1930 e 1960, quando se desenvolve o processo de substituição de importações. Apesar dos êxitos alcançados no curto e médio prazos, uma série de novos desequilíbrios irá pondo limites ao desenvolvimento deste processo.

A transferência de renda do setor agrícola para o setor industrial, que se opera através do fortalecimento do Estado como agente econômico, embora conjunturalmente fosse uma saída aceitável para o conjunto das classes dominantes argentinas, trará consequências no plano estrutural que marcarão o perfil posterior de instabilidade política e econômica característicos da Argentina depois de 1955.

O governo peronista (1943-1955) será o momento culminante das alterações que se produzem a partir de 1930.

O Estado encaminha um processo de fortalecimento do mercado interno, melhorando o poder de consumo do setor popular e facilitando a acumulação de capital para o setor industrial. Isto se dá pelo investimento de recursos originários da exportação de produtos primários na produção interna.

Decorrentes deste processo, materializam-se no plano da sociedade algumas tendências na formação das classes sociais que anunciam possíveis atitudes perante as políticas implementadas pelo Estado.

Em primeiro lugar, há um fortalecimento econômico, político e organizativo do setor assalariado, que passa a ter um papel decisivo no cenário nacional. (2)

Na burguesia urbana, começa a esboçar-se um corte importante entre os setores do grande capital e a pequena e média empresa, basicamente associado ao papel do mercado interno de bens de consumo popular no processo de desenvolvimento econômico.

Ao mesmo tempo, aparecem divergências entre a burguesia urbana e rural em torno da política de exportação e as medidas cambiais que o Estado deveria implementar.

Analisando os processos concretos em que estas divergências aparecem, percebemos que, a partir do momento em que os preços internacionais dos produtos primários melhoram (década de 1950), oferecendo boas possibilidades de rentabilidade para a burguesia rural, e ao mesmo tempo em que o Estado favorece uma política de consumo local barateando os preços internos dos produtos de exportação e subsidiando o desenvolvimento do setor de bens de consumo não duráveis, configura-se uma tendência para a polarização política da sociedade.

Por um lado, o setor assalariado e os pequenos e médios empresários, que sustentam um Estado protecionista no plano externo e que favoreça um processo de desenvolvimento visando completar a etapa substitutiva de importações melhorando a renda popular, principal mercado para a produção interna.

Por outro lado, a burguesia agrária exportadora que busca a valorização dos seus produtos colocando-os prioritariamente no mercado externo. Associado a isto, está a tendência que se esboça no plano mundial a partir de meados da década de 1950, favorável à internacio-

nalização da produção industrial e ao investimento nos países periféricos. Neste caso, a oligopolização da economia passa pela aliança entre o grande capital nacional e o estrangeiro.

Como consequência podemos visualizar a possibilidade de uma outra aliança política entre a burguesia agrária e a burguesia oligopolítica urbana.

Na base dos conflitos que se operam na sociedade argentina após 1955 podemos localizar esta polarização.

Para entender melhor estes processos, analisaremos o período 1955-1973, tentando visualizar paralelamente as mudanças na economia argentina e as alianças políticas que se esboçam.

2 - AS DESVENTURAS DO "ANTI-PERONISMO" COMO PRINCÍPIO POLÍTICO

A queda do governo peronista em 1955 "(...) foi promovida por uma ampla frente política que incluía todos os partidos não peronistas, os representantes corporativos e ideológicos das classes médias e as burguesias urbana e rural, as forças armadas e a igreja". (3)

Do ponto de vista político, a unidade destes setores buscava neutralizar (e/ou eliminar) (4) o peronismo como força organizada e catalizadora de reivindicações de cunho popular. Neste sentido, reivindicava-se a luta pela democracia como resposta à demagogia, autoritarismo e paternalismo adjudicados exclusivamente ao peronismo.

A sua proscricção e a construção de uma democracia parlamentar unificava estes setores.

Do ponto de vista dos projetos sócio-econômicos, não há tantas convergências.

Marcelo Cavarozzi (1983, p. 18), aponta para três projetos principais que se colocam como alternativa ao modelo peronista, "(...) o do populismo reformista, o do **desarrollismo** e o liberal".

O primeiro, impulsionado pelo radicalismo, não diferia fundamentalmente do modelo peronista, apenas colocava algumas restrições no sentido do pouco impulso dado por este à produção agropecuária e à indústria pesada, assim como a excessiva expansão do Estado.

Esta perspectiva "(...) defendeu a possibilidade e conveniência de promover simultaneamente os interesses da classe operária e da burguesia urbana, e propôs uma política nacionalista moderada, que impedisse, ou ao menos limitasse, a presença do capital estrangeiro em setores tais como energia, comunicações e produção de bens de capital". (Cavarozzi, 1983, p. 19)

A perspectiva **desarrollista**, encabeçada por Arturo Frondizi (5), apontava para a necessidade de aprofundar o desenvolvimento do capitalismo nos setores de bens de capital e infra-estrutura, sendo que a base deste aprofundamento se localizava no capital estrangeiro. Do ponto de vista das fontes internas de investimento, buscava-se uma transferência de renda do setor assalariado para o setor industrial via diminuição do salário real.

A proposta **desarrollista** buscava acelerar o processo de industrialização, induzindo-o a uma mudança na correlação de forças em favor da burguesia urbana.

O projeto liberal apresentava uma crítica radical a todo o processo de industrialização iniciado em 1930.

Seu posicionamento partia de dois eixos básicos: em primeiro lugar, questiona-se a validade da idéia de que a base do crescimento

econômico está no desenvolvimento da indústria; em segundo lugar, considera-se que as políticas sociais implementadas até esse momento levaram à deterioração da disciplina de trabalho e a ineficiência da indústria.

Nesta perspectiva, criticam o fechamento da economia e o crescimento do Estado como políticas que induziram a uma visão falsa da realidade, na medida em que não respondiam à lógica do mercado.

Nesta linha, a proposta dos liberais passava pela "(...) abertura da economia argentina e a sua reintegração ao mercado internacional, através da redução das barreiras alfandegárias e a eliminação de outras 'distorções' que protegiam aos setores artificiais. Por outro lado, supunha uma drástica redução da intervenção do Estado na economia e a restauração, através de adequados incentivos, da iniciativa do setor privado". (Cavarozzi, 1983, p. 38)

Entre 1955 e 1966, a implementação destes projetos se choca com algumas imposições da realidade política.

O peronismo, proscrito e sem formas institucionais de expressão, embora organizado, principalmente no meio sindical, se apresenta com força suficiente como para vetar politicamente todas as fórmulas com as quais não tivesse algum acordo.

Neste sentido, os radicais e os **desarrollistas**, que eram as únicas forças políticas com algum poder eleitoral, deviam considerar como necessário, para levar a cabo as suas ambições, algum tipo de acordo ou pelo menos o não-veto peronista.

Por outro lado, as forças mais conservadoras, que tinham como porta-vozes fundamentais os liberais, careciam de qualquer possibilidade de sucesso através das urnas.

Assim, durante este período, as articulações políticas passam, do ponto de vista dos liberais, pela lógica do mal menor: entre 1959-61 se aliam com os **desarrollistas** com base num acordo que permita a aplicação de programas de estabilização apoiados na desvalorização da moeda e o congelamento de salários, sem, contudo, acertar políticas de longo prazo (6). Independentemente dos acordos com os liberais, os **desarrollistas** só conseguem se eleger com o apoio eleitoral dos peronistas, conseguido a partir de um pacto secreto cuja divulgação foi feita posteriormente.

Entre 1956-58 e 1962-63, apóiam os radicais partindo da necessidade de derrotar politicamente o peronismo, sem estabelecer nenhum acordo nas outras questões.

Se fizermos o balanço desta década, observamos que tanto do ponto de vista político quanto sócio-econômico, a característica fundamental é a instabilidade caracterizada nos compromissos de curto prazo levados a cabo por setores que divergem no plano das mudanças de longo prazo.

Tudo isto num processo de internacionalização da economia argentina, concentração industrial com base no capital estrangeiro e exigências cada vez maiores de estabilidade política visando assegurar e ampliar este processo, que J.V. Sourroville (1985, p. 24) descreve da seguinte maneira:

As portas do mercado interno "(...) foram abertas de par em par entre 1958 e 1962 ao capital estrangeiro pelo governo presidido por Arturo Frondizi. Em 1958, pouco tempo depois de assumir a presidência, foram assinados dez contratos com com-

panhias petroléiras estrangeiras. (...) No final de 1958 foi sancionada a lei 14.780 sobre inversões estrangeiras com características extremamente favoráveis para aqueles que estabelecem empresas no país, (...) foram solucionadas todas as divergências com investidores estrangeiros pendentes desde a época do peronismo (...) e foi posto em andamento um programa econômico respaldado em acordos com o FMI, que, entre outras cláusulas, eliminava as restrições quantitativas para o comércio internacional de mercadorias e divisas liberando os controles para as operações no mercado cambiário pela primeira vez desde os anos trinta."

O lançamento deste programa "(...) coincide com a etapa de grande expansão transnacional das companhias norte-americanas, (e) (...) a resposta dos investidores estrangeiros ao pacote de medidas foi espetacular. Entre 1959 e 1962 foram autorizadas instalações pelo valor de 500 milhões de dólares, o que duplica a somatória de todas as autorizações concedidas entre 1954 e 1958 e entre 1963 e 1970. (...) Nos quatro anos citados foram autorizadas pelo decreto do poder executivo ne 254 instalações que abarcam praticamente todo o espectro industrial. (...) Ao mesmo tempo (...) estará presente também aqui a característica concentração: os 25 maiores projetos concentram 67 % dos investimentos, e entre eles figuram as três empresas norte-americanas fabricantes de automóveis, com 20% do grupo. (...) Do ângulo da origem dos capitais, a situação é também bastante clara: pouco mais de 60% corresponde diretamente a empresas norte-americanas, a presença japonesa

é insignificante e no grupo europeu o 'ranking' é encabeçado pela Suíça, a quem seguem Inglaterra, Alemanha, Holanda, Itália e França, com pequenas diferenças entre si" (ver quadros 1 e 2).

Evidentemente, estas mudanças que se operam no modelo de acumulação e que vão definindo um novo perfil do país do ponto de vista da sua estrutura econômica interna e a sua inserção na economia internacional, exigem, como condição para a sua continuidade, garantias de estabilidade política combinadas com uma correlação de forças favorável no plano do poder do estado. O quadro político descrito anteriormente atenta claramente para isto.

Neste sentido, se vislumbra uma nova convergência de interesses: entre os setores liberais, que passam a subordinar a reivindicação da democracia como fórmula mais adequada de organização política à necessidade de implementar as suas propostas de política econômica, e as forças armadas, com alto grau de coesão interna e na sua maioria dispostas a intervir no quadro político a partir de metas mais ambiciosas, no curto e médio prazo, do que a simples neutralização do peronismo.

"O transcorrer dos anos do governo Radical del Pueblo (7) inaugurado em 1963 serviu para reforçar as tendências que tinham sido pré-anunciadas pelos episódios que envolveram a queda de Frondizi em 1962: a cada vez mais decidida inclinação da grande burguesia e dos setores liberais em apoiar a instalação de um regime não democrático; a escassa predisposição dos sindicalistas peronistas em contribuir para legitimar e estabilizar governos semi-democráticos que continuariam

proscurendo o seu movimento e o progressivo 'deslizamento' autoritário das forças armadas" (Cavarozzi, op. cit., p. 37)

O golpe militar de junho de 1966 procura resolver o impasse político em favor dos grupos dominantes já descritos, instaurando um regime forte que prescindir dos setores políticos e se apóia, no plano da gestão do estado, em critérios de racionalidade técnico-administrativa, numa pretendida neutralidade acima das classes sociais.

Nos planos do novo governo, uma vez conseguido o congelamento das atividades políticas, se implementariam medidas econômicas de estabilização que preparassem o terreno para a retomada do investimento externo.

O objetivo de médio prazo desta política é o de dar continuidade à tentativa **desarrollista** do período da presidência de Frondizi de aprofundamento da industrialização a partir de setores oligopólicos nacionais e estrangeiros.

Nas diversas análises sobre este período há uma coincidência importante no sentido de destacar as condições políticas favoráveis para a implementação do projeto encabeçado, nesse momento, pelo general Onganía.

Para Marcos Kaplan (1977, p. 60), "o novo regime conta com uma conjunção de circunstâncias excepcionalmente favoráveis. Estrutura uma coalizão que comporta as forças armadas, e o grande capital nacional e estrangeiro. Suscita esperanças no pequeno e médio empresário nacional e numa parte considerável da classe média profissional e tecnoburocrática. Conta com a simpatia da burocracia sindical e política do peronismo, à espera de um novo caudilho militar-populista que substitua o líder permanente na estrutura do poder. Os grupos da direita

falangista, do **desarrollismo** e do conservadorismo liberal modernizado, aderem pela primeira vez em muitos anos a um projeto comum, embora as suas contradições subsistam e ressurjam mais tarde na sua plenitude. O grosso da população reage com uma combinação de apatia resignada, predisposição benevolente e desejo difuso de um governo de progresso e de ordem."

Aparentemente e por dois anos, estas expectativas aparecem respaldadas pela realidade.

O ministro de economia Krieger Vasena implementa um plano econômico cujos resultados imediatos podem ser chamados de exitosos.

Dentro da perspectiva geral da nova política econômica de buscar a transferência de recursos do setor assalariado e agropecuário para o setor industrial urbano mais concentrado, e de racionalizar as atividades produtivas favorecendo a concentração e a internacionalização da economia, o ajuste inicial tende a sacrificar os setores menos integrados da classe operária, a pequena e média empresa e setores marginais da economia regional. Mesmo assim, após os primeiros meses, aparecem sinais visíveis de recuperação econômica com a diminuição da inflação, melhoria de salários, retomada do investimento externo.

Como complemento desta situação, a conjuntura política parecia responder aos ditames da lógica do congelamento, sem sinais visíveis de oposição organizada.

Como entender então os fortes movimentos de massas que surgem a partir de meados de 1969, tendo no Cordobazo a sua expressão mais eloquente?

Como vimos, os êxitos alcançados pela nova política econômica tiveram como contrapartida o sacrifício dos setores menos integrados

das camadas assalariadas, a pequena e média empresa e economias regionais.

"A rejeição dos primeiros prejudicados foi-se somando o protesto, mais geral pelo seu alcance, de todos os outros, desde os proprietários rurais aos trabalhadores que, antes do que experimentar perdas absolutas, assistiram ao retrocesso das suas posições relativas nos ingressos perante o avanço avassalador dos grandes capitais industriais e financeiros. O grau considerável de articulação da sociedade argentina transformou este acúmulo de tensões em âmbitos tão diversos da vida econômica num formidável e explosivo movimento que, a partir de 1969, foi sacudindo os alicerces do regime militar". (Torre, 1983, p. 37)

Os efeitos do Cordobazo e da série de revoltas similares que acontecem em várias cidades do interior argentino, tem vários desdobramentos importantes. No plano imediato, a substituição do presidente Onganía e o início da queda do regime militar. No plano mais geral, o surgimento de novos atores políticos que questionam a representação tradicional do campo popular. Neste caso, se abre um novo capítulo da atuação da esquerda na Argentina cujo auge e decadência ocupará praticamente a totalidade da década de setenta.

5 - BALANÇO DO PERÍODO

É com a análise deste setor, que iniciaremos o balanço do período, procurando registrar os realinhamentos políticos que acompanham o novo perfil sócio-econômico do país.

O surgimento da nova esquerda argentina, cujo acionar se tor-

na visível a partir do Cordobazo, pode ser explicada como síntese de vários fatores, nacionais e internacionais,

1) No plano nacional: a crise continuada do sistema político nas últimas décadas, com a instabilidade permanente, a proscricção do peronismo, o papel desempenhado pela esquerda tradicional (marcadamente o Partido Comunista) antes e após 1955, se opondo ao peronismo e apoiando Frondizi na eleição que o levou ao governo (arcando com o descrédito popular em que este caiu posteriormente), sem uma atuação coerente de denúncia e organização do setor popular perante a farsa política constante desses anos.

2) O aguçamento do descontentamento dos setores médios urbanos com a política repressiva do regime de Onganía que interveio violentamente nas universidades, ferindo uma autonomia que desde a queda do peronismo tinha s

3) O surgimento de correntes progressistas e terceiromundistas no seio da igreja católica, iniciando um trabalho conjunto com setores da esquerda do peronismo e

4) O aparecimento de um sindicalismo combativo (9), que desborda a tradicional estrutura burocrática justicialista que tem no estado um apoio fundamental, e que vislumbra no peronismo não a necessidade do retorno ao passado senão uma perspectiva de futuro marcada pelas reivindicações revolucionárias dos setores populares.

No plano internacional, a Revolução Cubana, a ruptura entre a China e a União Soviética, a resistência vietnamita e as propostas de Che Guevara de criar "Um, dois ... muitos Vietnãs", fortalecem divergências importantes na esquerda tradicional, principalmente no PC, surgindo vários grupos que encaram as transformações estruturais no sen-

tido da luta antimperialista e da construção do socialismo como tarefa imediata e prioritária.

A luta armada passa a ser o método político privilegiado, fonte principal de legitimidade, contra a imagem caricata com que a democracia formal aparece na experiência das últimas décadas no país.

É neste contexto que o Cordobazo se torna o marco fundamental que deve iluminar a ação destas vanguardas.

Nas palavras das próprias organizações:

"As lutas da classe operária e do povo de Córdoba de 1969 em diante confirmam rotundamente, a forma insurrecional da saída política da revolução de libertação nacional e social na Argentina."(10)

"Com esta explosão (o Cordobazo) os métodos de resistência ativa e de luta armada passaram a formar parte definitivamente do conflito político. O Cordobazo se ressentiu da falta de uma direção centralizada, bem definida, de um programa e de um objetivo: a conquista do poder. (...) É esse exército que lamentavelmente não existia em Córdoba, que fará possível a conquista do poder" (11)

Como vemos, estes setores, que já não questionam apenas a natureza nacional ou multinacional do capitalismo argentino, e sim o próprio capitalismo como sistema socio-econômico; elaboram uma estratégia de ruptura com as formas tradicionais de fazer política.*

Desta maneira, o novo regime democrático que se inicia em 1973 com o trunfo do peronismo, pouco representa para estes setores em termos de mudanças qualitativas na situação do país.

Fora disto, e dentro do processo já descrito de internacionalização da economia do país, começam a aparecer divergências importantes nos interesses dos grupos capitalistas.

A aliança entre o grande capital nacional e estrangeiro para a qual a política de Krieger Vasena apontava, se encontra solidificada, embora os investimentos externos nos primeiros anos do regime tenham sido suspensos (ver gráfico nº 1). Há uma expectativa no sentido de aguardar as definições do próximo governo.

Do ponto de vista da burguesia rural, não há grandes divergências frente ao projeto "dependente-associado" (12) representado pela aliança anterior, apenas existem restrições ao grau de sacrifício que as políticas impulsionadas por estes setores impuseram ao setor agrário em detrimento do setor industrial, embora os receios não seja tantos como os que inspiram a volta do peronismo e uma possível política que reviva o distributivismo anterior que sempre teve no setor agrário a principal base de recursos.

Do ponto de vista da burguesia não monopolista, bastante golpeada pela política econômica do regime militar, existe a esperança, com a volta do peronismo, da implementação de um projeto de desenvol-

* Indicadores da intensidade da atuação desta nova esquerda assim como do nível de apoio da opinião pública para o seu acionar, podem ser avaliados nos quadros 3 e 4.

vimento que privilegie o capital nacional menos concentrado, em detrimento do capital externo, elevando a renda popular e ampliando o mercado interno de bens de consumo não duráveis. E este projeto, ganha um aliado importante no sindicalismo peronista tradicional.

Se, por um lado, o projeto de modernização dependente se apóia numa base material sólida, na medida em que os setores que lhe dão sustentação controlam majoritariamente a economia do país, politicamente não tem penetração eleitoral.

O peronismo continua sendo a grande força aglutinadora da decisão popular, embora a sua heterogeneidade seja de tal magnitude que permite a convivência de setores da direita, da burocracia sindical e da esquerda revolucionária.

Se o poder econômico da grande burguesia urbana e rural, assim como a força política organizada do nacionalismo peronista, foram fatores de equilíbrio na correlação de forças, levando o país para a crise política permanente e a estagnação econômica, a esquerda revolucionária, com a sua crescente capacidade desestabilizadora, agirá como elemento de polarização das contradições sociais.

Na década de 70, para todos os setores políticos a resolução dos problemas estruturais da Argentina passa necessariamente pela derrota definitiva do adversário.

Para captar de forma mais profunda este processo, analisaremos separadamente o governo peronista de 1973-74, que a nosso ver aparece como última tentativa de viabilizar o projeto econômico-social populista e o regime militar de 1976-1983, que radicaliza ao extremo a tentativa de consolidar o que O'Donnell caracteriza como regime "Burocrático Autoritário". (13)

Deste modo, deixamos aberto o caminho para compreender as possibilidades estruturais de consolidação da democracia representativa na Argentina.

NOTAS

(1) Uma discussão mais sistemática destas questões encontra-se em SÁ-BATO, Jorge e SCHVARZER, Jorge. 1983; e O'DONNELL, Guillermo. 1977.

(2) Quando falamos em papel decisivo no cenário nacional, não estamos nos referindo ao setor assalariado, particularmente a classe operária, como classe para si, com capacidade de interferência política a partir de um projeto revolucionário. Nos apoiamos na caracterização que Juan Carlos Torre (1983, p. 11) faz do que seria uma classe operária com maturidade política: "(...) o ponto a destacar aqui é outro, qual seja, que os trabalhadores tenham conseguido um alto grau de incorporação na comunidade política nacional. Estamos-nos referindo ao fato de que os diversos componentes da classe operária tenham tido acesso aos direitos civis, sociais e políticos que qualificam o status de membro pleno da comunidade política nacional e que, como consequência, tenham podido perseguir seus interesses econômicos e políticos através das suas próprias organizações. A este respeito, a década do primeiro governo peronista (1946-1955) pode ser considerada como o período em que culminou a institucionalização da classe operária."

(3) CAVAROZZI, Marcelo, 1983, p.15.

(4) Neste caso, eliminar tem o sentido literal. Para os setores mais conservadores não podia haver democracia enquanto existisse o peronismo.

(5) No caso do partido encabeçado por Frondizi, manteremos a referência em espanhol (**desarrollista**) para diferenciá-lo do desenvolvimentismo que expressa uma perspectiva de análise mais ampla na América Latina.

(6) Entre 1959 e 1961, o ministro da economia do governo Frondizi foi Alvaro Alsogaray, principal liderança dos setores liberais argentinos e cuja atuação será lembrada em diversas partes deste trabalho, principalmente nas que se referem ao período atual.

(7) Denominação com a qual se identificava ao governo radical nesse momento.

(8) Neste caso, utilizamos a definição de "nova esquerda argentina" no texto de Claudia Hilb (1984, p. 22) que coloca a pregação da violência armada como elemento de distinção entre as diversas posturas da época.

(9)"(...) Especialmente a partir do Cordobazo em 1969 podem ser detectadas novas formas de ação centradas nas fábricas ou locais de trabalho, particularmente nos setores mais concentrados e dinâmicos da economia (...). A partir destas ações diretas foi-se desenvolvendo um modelo de organização sindical de fábrica, com alta participação das bases e mecanismos de decisão descentralizados. O novo sindicalismo e estas formas de ação operária, no entanto, não chegaram a se estender para outros setores econômicos nem a se consolidar nos setores dinâmicos, embora criassem um clima de constante mobilização e participação operária em algumas cidades e/ou setores econômicos, que chegaram a

combinar-se com movimentos populares de base urbana" (Jelin, 1977, p. 425)

(10) Programa do Partido Comunista Revolucionário, 2º congresso, abril de 1972, em Hilb, op. cit., p. 23.

(11) Partido Revolucionario dos Trabalhadores (PRT), El Combatiente, 11/06/1969, em Hilb, op. cit., p. 23.

(12) ver definição de "Capitalismo Associado Dependente" de Fernando Henrique Cardoso, no primeiro capítulo.

(13) ver O'Donnell, 1977b, p. 13, assim como as discussões do primeiro capítulo.

QUADRO 1-AUTORIZAÇÕES DE INVESTIMENTO DE CAPITAL ESTRANGEIRO 1958/1970

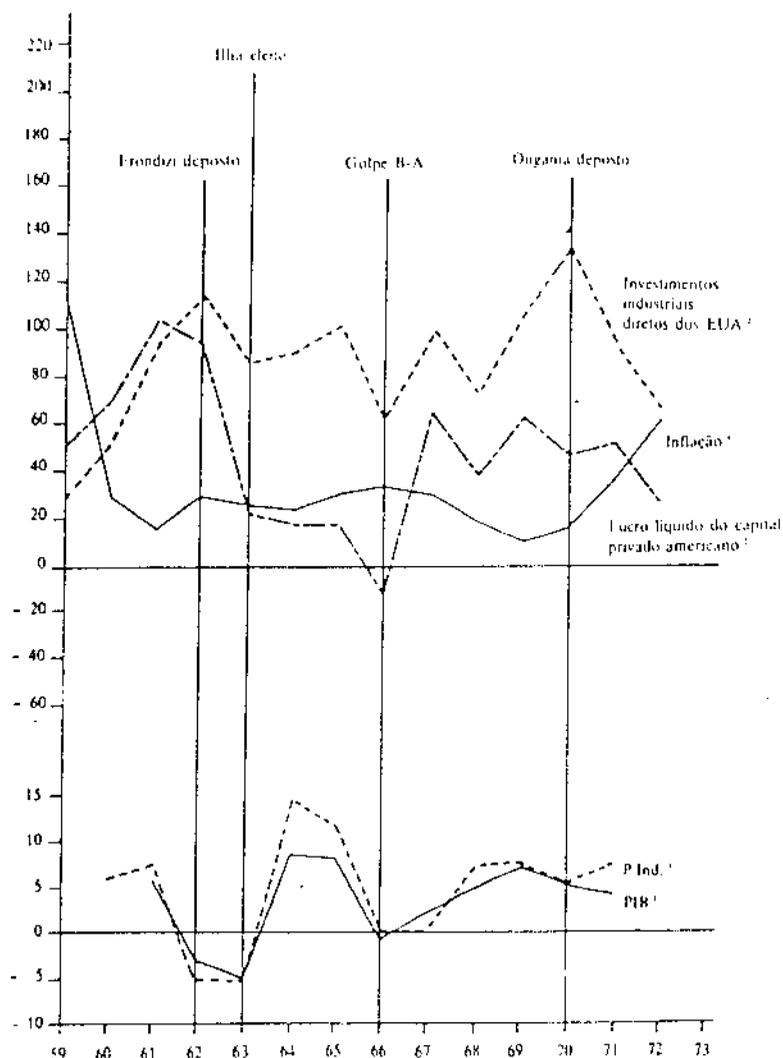
(em milhões de dólares)

Anos	Atividades					Por país de origem		
	Total	Material Transporte	Produtos Químicos	Maqui- narias	Outros	EUA	Ale- manha	Outros
1958	12,9	1,2	4,2	5,1	2,4	6,4	0,4	6,1
1959	209,3	63,1	85,4	6,7	54,0	106,5	14,2	78,5
1960	111,7	18,0	63,6	6,9	23,2	71,3	11,7	28,7
1961	133,3	51,7	32,0	2,1	47,6	74,5	1,5	57,3
1962	85,7	1,6	11,6	5,4	67,2	70,1	2,7	12,9
1963	34,6	14,4	1,3	7,2	11,7	15,7	1,0	17,9
1964	33,8	20,7	1,1	6,6	5,4	0,5	1,9	21,3
1965	6,3	0,3	0,4	2,4	3,3	2,0	0,7	2,6
1966	2,5	0,3	0,2	0,3	1,7	0,8	0,4	1,3
1967	13,1	9,2	0,7	0,1	3,0	9,9	0,8	2,9
1968	31,5	13,1	6,6	3,7	8,1	20,9	2,0	8,6
1969	59,1	5,2	46,2	2,7	5,0	12,0	0,8	46,3
1970	9,8	-	0,1	-	9,6	0,2	1,6	8,0

FONTE: Ministério de Economia. Informe econômico, vários números (Sourrouille, 1985, p. 59)

NOTA: Os valores correspondem à autorização descontados os casos conhecidos que não foram efetivamente levados adiante e se imputam ao ano em que o respectivo decreto oficial é aprovado.

GRAFICO 1: A IMPLANTAÇÃO DO ESTADO "BUROCRÁTICO AUTORITÁRIO" NA ARGENTINA E AS FLUTUAÇÕES DO INVESTIMENTO EXTERNO.



NOTAS PARA O GRAFICO 1

1- Cifras da inflação: Raymond F. Mikesell, "Inflation in Latin America", in Charles T. Nisbet, ed. Latin America, Problems in Economic Development (New York and London: Free Press and Collier-Mac Millan, 1969)p. 146; Economic Commission for Latin America, Economic Survey of Latin America, anos consecutivos.

2- U.S. Direct Industrial Investment; Net Flow of U.S. Private Capital: U.S. Department of Commerce, Survey of Current Business, anos consecutivos.

FONTE: KAUFMAN, 1982, p. 182.

QUADRO 2

CRESCIMENTO DAS INDÚSTRIAS DE BENS DE PRODUÇÃO NA ARGENTINA

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Produtos químicos	-1,7	23,2	10,9	13,3	7,8	3,7	2,5
Metais excl.							
Maquinaria	0,7	25,6	16,6	11,3			
Metais Básicos				14,4	10,1	5,5	0,4
Maquinaria e							
Equipamentos							
de Metal				4,5	9,6	15,1	14,1
Papel e Celulose				8,5	4,7	-0,7	-1,1
Setor							
Manufatureiro	0,0	7,9	7,3	6,0	7,1	7,2	6,8

FONTE: U.N. Economic Survey for Latin America, vários anos

KAUFMAN, 1982, p. 228

QUADRO 3

TOTAIS ANUAIS DE ATOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA ARMADA

	(1)	(2)	(3)
	Número total de atos de violência armada	Número de bombas explodidas (subtotal de 1)	Número de atos de violência armada excluídas bombas
1960	223	212	11
1961	169	154	15
1962	309	291	18
1963	87	66	21
1964	215	194	21
1965	173	165	8
1966	158	141	17
1967	146	135	11
1968	84	77	7
1969	349	300	49
1970	443	330	113
1971	619	330	289
1972	745	539	206

FONTE: O'DONNELL, 1982, p. 447

QUADRO 4

INDICAÇÕES DE ATITUDES PARA COM O TERRORISMO (%)

	Grande Bs.As.	Total interior	Rosário	Córdoba
Justifica	45,5	49,5	51,0	53,0
Não justifica	51,5	48,0	48,0	46,0
Não classificável	4,0	2,5	1,0	1,0

FONTE: "Opiniómetro", IPSA S.A., mimeografado, Buenos Aires, s.f.

O'DONNELL, 1982, p. 464

(ver nota nº 9 do capítulo III)

CAPITULO III

Q GOVERNO PERONISTA (1973 - 1976)

Retomando o balanço feito no capítulo anterior, verificamos uma situação de empate político entre os dois projetos sócio-econômicos que se esboçam claramente na Argentina depois de 1955.

A partir de 1973, tanto o governo constitucional peronista como o processo de Reorganização Nacional (1) buscarão, por caminhos diferentes, enquadrar o país dentro de padrões definidos de desenvolvimento capitalista, na tentativa de pôr um ponto final nos problemas crônicos descritos anteriormente.

O amplo triunfo do peronismo nas eleições de março de 1973, confirmado em setembro do mesmo ano (2), permite uma margem política inicial para empreender as reformas propostas pelo programa justicialista.

Em termos gerais, o projeto de Peron busca retomar as mudanças instrumentadas durante o seu primeiro governo. Embora consciente das transformações que se operaram no país nas últimas décadas, acredita na perspectiva de reconduzir os rumos do capitalismo argentino para uma estratégia nacional.

As bases sociais para este tipo de projeto se situam fundamentalmente no movimento operário organizado na Confederação Geral do Trabalho e nos pequenos e médios empresários que se aglutinam na Confederação Geral Empresária (CGE). (3)

Com uma conjuntura política favorável, dada a derrota recente da experiência militar e a clara vitória eleitoral, a estratégia a ser implementada no plano imediato passa pela construção de um pacto social que elabore políticas concertadas de curto e médio prazo envolvendo os setores políticos e sociais interessados no projeto nacional.

A política do pacto social tem um papel fundamental dentro daquilo que Peron chamava de "democracia integrada", um regime político que procura articular a representação tanto no plano da cidadania, via partidos políticos, como no plano corporativo, a partir dos sindicatos de trabalhadores e patrões sob a mediação do Estado.

É com esta perspectiva que procura costurar alianças em nível partidário com os desarrollistas (que já faziam parte da frente eleitoral que levou os peronistas ao poder) e principalmente com os radicais, segunda força eleitoral nesse momento, e estabelecer, ao mesmo tempo, formas permanentes de acordo social entre a CGT, CGE e Estado. Desta maneira, tenta estruturar um compromisso que expresse em todos os níveis (econômico, social e político) a viabilidade de um projeto estratégico para o país.

1 - O ENCAMINHAMENTO DO PROGRAMA POLÍTICO JUSTICIALISTA (4)

Numa das medidas importantes do novo governo coloca-se na direção do Ministério de Economia a José B. Celbard, oriundo da CGE, que neste momento incorpora no seu seio a União Industrial Argentina (UIA) e a Confederação Geral da Indústria (CGI), entidades que congregam o capital monopolista nacional e estrangeiro e que neste primeiro momento não apresentam esquemas alternativos de política econômica, preferindo esperar o desenrolar dos acontecimentos.

A nova condução procura agir de maneira combinada em várias frentes, estabelecendo alguns objetivos básicos de encaminhamento imediato:

- 1) transferência de recursos do setor primário para o setor

industrial, via controle do comércio exterior, do câmbio, do preço dos alimentos, facilitando o crédito bancário para a pequena e média empresa;

2) redistribuição de renda em favor do salário, via aumentos na remuneração e congelamento dos preços no curto prazo, e correções anuais que acompanhem o crescimento da produção no médio prazo;

3) controle da penetração do capital estrangeiro, procurando encaminhar os investimentos externos de forma combinada com as necessidades do país. Busca-se dar prioridade, no abastecimento externo aos países europeus e ao bloco socialista, com quem se inicia uma ampla política de Intercâmbio;

4) no plano da política externa, o país assume posturas ter-
ceiromundistas, trabalhando no grupo de países não alinhados, dentro da concepção peronista da "terceira posição", equidistante dos dois blocos hegemônicos em nível mundial.

No que se refere às medidas de médio prazo, o Plano Trienal, dado a conhecer em fins de 1973, esboça as pautas básicas da política de pacto social:

1) a participação dos assalariados na renda nacional passaria de 42,5% em 1973 para 47,7% em 1977 e 52% em 1980. Isto se faria a partir do aumento nominal de salários e do estabelecimento de controle de preços. Este mecanismo, no marco do pacto social, tinha como função estabilizar a economia, procurando um equilíbrio entre salários e lucros, com "inflação zero"; (5)

2) o crescimento econômico devia alcançar o patamar dos 7,5% ao ano, praticamente o dobro da década anterior. Isto a partir de maiores taxas de investimento apoiadas na expansão do mercado interno.

Para compensar a diminuição da rentabilidade empresarial ocasionada pelo congelamento dos preços e aumentos de salários, estabelecia-se um tipo de câmbio sobrevalorizado que permitia a importação de insumos industriais a baixo custo.

Isto era complementado pelo controle das importações de bens de consumo, na tentativa de favorecer o mercado interno e a expansão industrial numa perspectiva que colocava a exportação de manufaturas como meta a médio prazo.

Todas estas medidas, para serem bem sucedidas, deviam ter como base de apoio um Estado forte, que compensasse favoravelmente o desequilíbrio existente entre os setores envolvidos no modelo de acumulação, minoritários do ponto de vista do poder econômico, e os setores relegados a um segundo plano, que praticamente detinham o controle da economia do país.

"A função do Estado (passa a ser considerada) privativa nos setores infra-estruturais - que já estavam sob o seu controle - como transporte e energia, nos quais se estabelecia o monopólio estatal (...) O Estado teria assim mesmo um caráter predominante em outros setores básicos como metalurgia ou petroquímica, onde se requeriam investimentos custosos e sem retorno em curto prazo".(6)

A previsão era que os investimentos públicos aumentassem de 32,2% em 1973 para 41,9% do investimento total em 1977.

Digamos que, basicamente, são estes os instrumentos com que o governo peronista contava para viabilizar o seu ambicioso projeto de um capitalismo nacional.

A seguir, analisaremos os fatores que contribuíram para desestabilizar a política econômico-social do governo, conspirando,

conjuntamente, contra a incipiente experiência democrática.

2 - CRISE E FRACASSO DA EXPERIÊNCIA PERONISTA

Inicialmente, a política de pacto social teve resultados favoráveis: a inflação diminuiu de 79,6% em 1972 para 30,2% em outubro de 1974; o crescimento médio da economia passou de 3,5% entre 1969 e 1972 para 5,8 e 6,3% em 1973 e 1974; a taxa de desemprego passou de 6,1% em abril de 1973 para 2,5% em outubro de 1974; a participação dos salários na renda nacional subiu de 35% em maio de 1973 para 42% em fins de 1974. (7)

Apesar disto, alguns fatores atentaram contra a estabilidade desta política.

Em primeiro lugar no plano sindical, já que a nova política não conseguiu acabar com os conflitos trabalhistas, havendo apenas uma mudança no caráter das reivindicações.

Na medida em que a política do pacto social tendia para o esvaziamento das reivindicações em torno da distribuição de renda via aumentos salariais, os conflitos sindicais que se desenvolvem a partir de 1973 se caracterizam por questões ligadas ao controle das relações de trabalho, equiparação salarial entre as diversas categorias, melhoria das condições físicas de trabalho, estabilidade etc. (ver quadros 5 e 6)

Desta maneira, se acentua a polarização entre a política centralizadora do movimento sindical implementada pelo governo e a CGT, e a postura do novo sindicalismo que busca fortalecer a organização a partir dos locais de trabalho, ampliando a esfera de atuação do movi-

mento operário, que passa a reivindicar não apenas melhorias no plano da distribuição como também a questionar a própria condição de classe subordinada na sociedade capitalista.

Com as mudanças na conjuntura econômica internacional, quando diminuem os preços dos produtos agropecuários e aumentam os dos insumos industriais, que representam 70% das compras externas do país, junto com o fechamento dos mercados ocidentais como consequência da crise do petróleo, a própria política de pacto social entra em colapso.

Os acordos sobre congelamento de preços tendem a perder validade na medida em que as vantagens oferecidas pela política cambial do governo como forma de compensação ao congelamento se tornam insuficientes. Cada setor tende assim a uma postura individualizado: a busca estrita do benefício próprio.

No plano sindical, aos conflitos já descritos se somam às reivindicações salariais, o que reativa novamente a atuação da CGT que procura retomar o seu papel de interlocutor exclusivo dos assalariados.

Ao mesmo tempo, os setores da UIA e CGI, até este momento inativos e subordinados à CGE, passam a alimentar toda e qualquer atitude desestabilizadora do pacto social.

Nesta conjuntura, os acordos entre empresários e trabalhadores perdem sua base de sustentação.

Do ponto de vista político, a tentativa de Perón de atrair outras forças, principalmente os radicais, para ampliar a base de sustentação do governo, é bem sucedida. O mesmo não ocorre no interior do próprio peronismo.

A coexistência entre os setores da juventude, a burocracia sindical, os grupos progressistas e a direita, aglutinada na assessoria particular de Perón, aparecia cada vez mais como tendente a uma ruptura. (08)

Para os setores radicalizados da juventude, cujos objetivos se materializavam numa via nacional para o socialismo, a política governamental aparecia como reformista, voltada em demasia para o empresariado nacional. No plano sindical, este setor desenvolve uma luta constante contra os grupos tradicionais do justicialismo, pressionando as bases no sentido de extrapolar nas suas reivindicações os limites estabelecidos para os assalariados no pacto social.

Para a direita peronista, cuja cabeça visível é o ministro do Bem-estar Social, José Lopez Rega, a política do governo assume posturas socializantes que devem ser combatidas. Para este setor, o inimigo principal dentro do partido é a esquerda, com quem o enfrentamento já passa pela eliminação física do adversário.

O sindicalismo tradicional aparece organicamente ligado às propostas do peronismo histórico, tentando manter o controle sobre as bases operárias e buscando ampliar a sua influência no poder.

A postura de Perón perante as diversas correntes do partido era, inicialmente, de conciliação, na medida em que acreditava na possibilidade de controlar a esquerda tanto pelo lado da sua legalização (tanto a esquerda peronista como a não-peronista), como pelo esvaziamento da sua base popular a partir das políticas sociais desenvolvidas no marco do pacto social.

No entanto, o grau de radicalização que assumia a luta interna, com assassinatos de lideranças das várias tendências e constantes

mobilizações públicas exigindo o aprofundamento das reformas sociais, levam o presidente a uma atitude drástica de contenção e isolamento da esquerda apoiando-se na direita, a quem fortalece cada vez mais no ano de 1974.

A ruptura com a esquerda coloca algumas questões importantes. Em primeiro lugar, consolida-se a convergência entre os setores armados peronistas e não-peronistas, que começam a unificar as suas posturas perante o governo. Isto coloca a luta pelos objetivos estratégicos (libertação nacional e socialismo) na ordem do dia forçando a polarização da sociedade em volta destes.

Dentro desta política, a democracia parlamentar ou a ditadura militar aparecem como duas faces da dominação capitalista, cuja diferença fundamental reside nas melhores possibilidades que a primeira oferece para o crescimento político e organizativo.

Assim, o objetivo imediato é a radicalização sem concessões, o crescimento político-militar e o enfrentamento armado.

Com esta perspectiva, não haveria pacto social que pudesse atrair estes setores, que passam a agir como fator de desestabilização do regime institucional.

Na medida em que o seu acionar não admite mediações com os interlocutores tradicionais (partidos, sindicatos) na possibilidade de acertar algum tipo de negociação a curto e médio prazo, a busca do objetivo final se torna o centro de sua política.

A morte de Perón, em agosto de 1974, modifica conjuntamente, ampliando a margem de incertez, pois afina ele encarnava, como autoridade e liderança, a possibilidade de reencaminhar a situação pela via institucional.

A direita passa a tomar conta do peronismo subordinando os setores sindicalistas e demais grupos partidários. Agora, o confronto com a esquerda se institucionaliza, e na área econômica, a linha política muda de rumos.

As novas tentativas procuram reverter as tendências apontadas pela gestão Gelbard, buscando a retomada de políticas ortodoxas aplicadas nas décadas anteriores.

Evidentemente, isto não trouxe para o governo apoios automáticos dos setores agrários e oligopólicos. A tradicional desconfiança com o peronismo se agrava com a falta do líder, o que torna o movimento imprevisível a curto prazo, sem falar do perfil sinistro dos novos dirigentes.

A esta altura, as perspectivas destes setores passam mais pela desestabilização do governo do que pelo reforço da sua ala conservadora. A confluência com as forças armadas será apenas uma questão de tempo.

Em 1975, com a inflação em volta dos 350% ao ano, a queda do produto bruto e do investimento, a instabilidade política e a multiplicação dos conflitos, se gestam, aos poucos, as condições para novas tentativas golpistas.

Em março de 1976, assistimos à queda de um governo eleito com ampla margem de votos e que ao cabo de três anos não tinha quem o defendesse.

Como balanço deste período, na linha geral deste trabalho, cabem destacar alguns aspectos importantes:

- o projeto econômico-social encaminhado pelo peronismo entre os anos 1973-74 representa a expressão mais acabada de um modelo de

desenvolvimento capitalista auto-sustentado nos marcos de um regime político de democracia representativa;

- justamente pela falta de uma base econômica favorável, a questão política aparece com nítido destaque. Uma política de alianças à esquerda e ao centro, o apoio popular, o Estado como pólo aglutinador e dirigente.

Sendo necessário um peso político tão forte, poderíamos questionar em que medida o consenso pela esquerda e pelos setores assalariados pode apoiar-se numa política que privilegia um setor não hegemônico como a pequena e média empresa. Ao mesmo tempo em que a tendência geral no capitalismo dependente na América Latina se define pela aliança entre capital estrangeiro e capital nacional, com áreas delimitadas de atuação que já pressupõem a subordinação deste ao primeiro;

- dentro desta linha de análise, aparece a possibilidade concreta de um novo projeto sócio-econômico que tem na luta antiimperialista e no socialismo suas principais bandeiras, buscando no setor assalariado a sua base de apoio. Sem entrarmos na discussão sobre os métodos políticos privilegiados nessa conjuntura, a atuação da esquerda aparece com um certo respaldo a partir dos anos 70, chegando a incomodar o poder econômico estabelecido.(9)

O crescimento da esquerda argentina nesse período é um dado da realidade, e o regime militar, que se instaura em 1976, apresenta-se como tentativa de solução final tanto do projeto populista como do projeto revolucionário da esquerda.

Sem deixar de lado a capacidade da repressão física para retardar ou frustrar o desenvolvimento de certos processos históricos reais, caberia analisar, também, de que maneira as mudanças estrutu-

rais na economia e na sociedade podem delimitar as possibilidades objetivas destes mesmos processos.

Como vimos, em meados da década de setenta, três projetos econômicos-sociais polarizam a luta política na Argentina, num processo de radicalização sem precedentes.

Hoje, dez anos depois, numa crise econômica de maiores proporções, as grandes questões nacionais têm nas instituições tradicionais seu lugar privilegiado de debate.

É com esta perspectiva que analisaremos as mudanças operadas durante o chamado "Processo de Reorganização Nacional".

NOTAS

(1) Nome com o qual se autodenominou o regime militar instalado no país entre 1976-83

(2) Perón não pôde concorrer diretamente no pleito eleitoral de março por causa de diversos processos criminais movidos após a sua derrocada e que o impediam de postular cargos públicos. Dada esta situação, A.J. Cãmpora encabeça a chapa peronista e, uma vez eleito, chama a novas eleições sem proscricções de nenhuma índole, permitindo a candidatura de Juan Domingo Perón para presidente e Maria Estela Martínez de Perón para Vice.

(3) Entidade criada em dezembro de 1952.

(4) Para uma discussão mais aprofundada deste período ver: MACEYRA, Horacio. Las Presidencias Peronistas Campora/Perón/Isabel, Centro Editor de America Latina, 1983; RIZ, Lilitana de. Retorno y Derrumbe: el último gobierno peronista. Folios ediciones, 1981; LANDI, Oscar "A Terceira Presidência de Perón: Governo de Emergência e Crise Política". Caderno CEDEC, Brasiliense. 1979

(5) FERRER, Aldo. Crisis y Alternativas de la Política Económica Argentina. Fondo de Cultura Económica, 1977, p. 38. Citado por MACEYRA, H. ob.cit., p.64.

(6) MACEYRA. H. 1983, ob. cit., p. 61

(7) RIZ, Lilitiana de, Retorno y Derrumbe, ob. cit.

(8) Quando falamos em "Burocracia sindical" estamos nos referindo ao grupo de dirigentes que controla os postos principais da estrutura gremial argentina defendendo interesses próprios permanentes. No caso da assessoria particular de Perón, são algumas pessoas que o acompanharam no período do exílio em Madri, passando a exercer importante influência nas decisões políticas do governo. A figura principal deste grupo é José Lopez Rega.

(9) "Mesmo que a metodologia usada possa ter dado lugar a margens de erro relativamente grandes, não deixa de ser espetacular que uma pesquisa de opinião pública, encomendada pelo governo nacional durante o período inicial da guerrilha (1971) na Argentina desse um total de 49% de respostas de claro apoio àquela (Buenos Aires, Rosario e Córdoba); mais tarde, à medida que as ações da guerrilha iam perdendo a sua imagem de Robin Hood, e que se faziam ostensíveis os seus confrontos com boa parte do peronismo - e, finalmente, com o próprio Perón - esse apoio caiu fortemente, já antes do golpe de março de 1976. (O Donnell, 1986, p.153).

Os resultados destas pesquisas estão detalhados nos quadros 2 e 3 do capítulo II.

QUADRO 5

GREVES NA ARGENTINA. JUNHO DE 1983 - MARÇO DE 1976

Período	Média mensal	TIPO DE EMPRESA				% com ocupa- ção de fábri- ca
		Administ. pública	Empresa Pública	Empresa Privada	Agrup. Sindical	
Junho - Setembro 73	30,5	16%	7%	75%	2%	43%
Outubro 73 - Fevereiro 74	308.	4%	10%	84%	2%	31%
Março - Junho 74	39,0	17%	15%	67%	1%	19%
Julho - Outubro 74	22,5	17%	17%	65%	1%	11%
Novembro 74 - Março 75 .	11,6	19%	19%	60%	2%	10%
Abril - Junho 75*	24,7	15%	20%	64%	1%	4%
Julho - Agosto 75*	33,0	20%	17%	64%	...	9%
Setembro 75 - Janeiro 76	31,2	16%	28%	55%	1%	7%
Fevereiro - Março 76* ...	17,0	12%	26%	56%	6%

* nestes períodos, se incluem os conflitos específicos e não as mobilizações espontâneas que abrangeram bairros ou áreas geográficas das cidades. Os conflitos em julho de 1975 são contabilizados a partir do dia 10, já que até esse dia o país esteve praticamente paralizado pelas mobilizações operárias. Os conflitos em março de 1976 são contabilizados até o dia 24, data do golpe militar.

QUADRO 6

MOTIVOS DE DISPUTA, GREVES 1973-1976*

Período	Demandas salariais	Reincoorporações de demitidos	Condições de trabalho	Medo a demissão ou fechamento da firma	Dívida legal dos trabalhadores	Assuntos de contratação	Assunção administrativa	Oposição à licença	Repúdio à violações	Negociações parciais
Junho - Setembro 73	5%	30%	17%	11%	32%	25%	15%	12%	2%
Outubro 73 - Fevereiro 74.	21%	36%	31%	9%	23%	20%	16%	5%	6%
Março - Junho 74	32%	25%	17%	8%	16%	17%	18%	6%	3%
Julho - Outubro 74	27%	24%	19%	8%	27%	24%	11%	7%	6%
Novembro 74 - Março 75 ..	16%	17%	16%	5%	24%	24%	28%	5%	10%
Abril - Junho 75**	26%	9%	20%	1%	14%	18%	26%	4%	31%
Julho - Agosto 75**	45%	17%	9%	3%	21%	14%	8%	3%	29%
Setembro 75 - Janeiro 76 .	39%	19%	12%	4%	22%	28%	21%	3%	12%
Fevereiro - Março 76** ...	65%	112%	9%	15%	12%	9%	6%	15%

* O total em cada período supera o 100% por causa dos conflitos de múltipla motivação

** Ver nota*, quadro 4.

FONTE: Jelin, 1977, p.458

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO
NACIONAL (1976 - 1983)

Como já tínhamos colocado no capítulo anterior, para o novo regime militar, o objetivo estratégico passa pela reestruturação radical da sociedade argentina no sentido de tornar irrepetíveis as experiências do passado peronista e do avanço da esquerda revolucionária.

Traduzindo estas intenções em objetivos econômicos e políticos, isto significa a desestruturação do modelo de acumulação historicamente adotado pelo país e que coloca a industrialização como principal objetivo da política econômica tendo o protecionismo estatal como aliado principal; e o enquadramento do setor assalariado num plano de subordinação (política e econômica) a partir do desmantelamento das organizações sindicais e políticas.

Para reverter tendências históricas bastante acentuadas, o novo regime se apresenta como tentativa de reconstrução do país sob novas bases, tendo como meta final uma democracia estável, embora não coloque prazos para que isto aconteça.

Combinando com uma centralização do poder que permita a estabilidade política necessária, coloca-se na direção da economia a José Alfredo Martínez de Hoz, de reconhecida trajetória política no campo do liberalismo e estreitas ligações com os centros financeiros internacionais.

Uma série de fatores confluem para a indicação do ministro da Economia. Na perspectiva dos últimos vinte anos, as políticas econômicas se pautaram pelos postulados dos setores ligados ao **desarrollismo** e ao populismo (radical ou peronista), com breves intervalos importantes como Alsogaray (1959-61) e Krieger Vasena (1967-69). Justamente pelo escasso tempo destas experiências, assim como pelo fato de terem

sido concebidas apenas como políticas de estabilização de curto prazo dentro de perspectivas desenvolvimentistas de médio e longo prazo, não tiveram a oportunidade (pelo menos aos olhos da junta militar) de um julgamento histórico preciso. Ao mesmo tempo, este setor aparecia como o único que manteve um discurso coerente contra o populismo e a subversão após 1955.

Como já colocamos na primeira parte, o grupo liberal, após ter apoiado conjuntamente com os radicais e **desarrollistas** os processos de redemocratização pré-1966, muda de postura a partir do reiterado insucesso na aplicação das suas políticas e a falta de apoio eleitoral para os seus partidários, passando a apoiar regimes de força que implementem na prática as suas idéias.

Desta maneira, na etapa inicial do "Processo..." (01) verificamos uma clara coincidência de objetivos entre as forças armadas e o grupo liberal.

1 - O DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO E O PLANO ECONÔMICO

As políticas protecionistas que conduziram o país para baixas taxas de crescimento econômico, isolamento internacional, pouco incentivo ao investimento, distorções nos preços e os salários combinados a partir de práticas oligopolistas são os alvos principais da crítica da nova condução da economia (2). Na base destas críticas se encontra a tese da livre concorrência e o valor privilegiado do mercado como regulador da economia.

Nesta linha de análise, a estratégia aponta para a abertura externa, a revitalização da agropecuária como pólo dinâmico da econo-

nia e a desvalorização dos salários.

As principais medidas do plano econômico de 1976 se pautam no exposto abaixo (2):

1) A fixação de um novo nível de equilíbrio dos salários reais inferiores em 40% ao nível médio do quinquênio anterior.

2) A eliminação de taxações à exportação de produtos agropecuários que o Estado reinvertia no setor secundário.

3) A aplicação de um programa de redução progressiva das barreiras alfandegárias de importação (abertura da economia).

4) eliminação de subsídios para as exportações não tradicionais, de créditos de fomento, de prestações sociais deficitárias (saúde, moradia) e incremento real das tarifas dos serviços públicos (realidade dos preços).

5) A liberalização dos mercados cambiais e financeiros (reforma financeira) e o financiamento do déficit público pela colocação de títulos no mercado de capitais.

6) A redução do gasto, emprego e déficit do governo (redimensionamento do Estado), a reprivatização de empresas que ficaram no passado sob o controle estatal (princípio de subsidiariedade do Estado) (3)

2 - EFEITOS GLOBAIS DA POLÍTICA ECONÔMICA

A aplicação das medidas citadas anteriormente gera uma série de desequilíbrios no sistema econômico. Dado o interesse da nossa pesquisa em apontar as tendências estruturais, destacaremos os efeitos produzidos nos vários grupos sociais.

A imediata desvalorização do salário (ver Quadro 7), no final desta acompanhada por uma colheita de trigo excepcional e uma pequena recuperação industrial, tendem a favorecer uma relativa estabilização inicial, com diminuição da inflação para 8% mensais.

Mesmo assim, no início de 1977, após um aumento geral dos salários de 20%, há uma retomada do processo inflacionário que o governo tenta conter a partir de uma trégua nos preços de 120 dias com as principais empresas.

De acordo com Jorge Schvarzer (1983, p. 50), o sentido desta medida era o de obter uma diminuição momentânea dos preços como passo necessário à implantação da reforma financeira, que será a base estratégica da reestruturação da economia do país a médio e longo prazo.

"No essencial, a (nova) lei (financeira) autorizava um mercado livre do dinheiro, no qual as taxas de juros se definiam através da oferta e da procura"

Com este mecanismo, numa economia em que o controle da inflação permanece insuficiente, as consequências lógicas serão a valorização do dinheiro e o desequilíbrio paralelo dos custos do setor produtivo, levando a um incremento do processo inflacionário.

Se agregamos a isto algumas medidas adicionais como a manutenção de taxas de juros excessivamente elevadas e o estabelecimento de um tipo de câmbio que assegurem para os investidores em moeda estrangeira interesses superiores aos dos demais mercados internacionais, e que estabeleçam uma política de captação de divisas com garantia de reconversão automática à moeda original do próprio Estado, po-

demos vislumbrar o fortalecimento de uma política inflacionária, recessiva e de especulação financeira.

Quando, a partir de dezembro de 1978 (4) o governo inicia uma política de desvalorização do peso e os investidores decidem recuperar as divisas, o Estado se vê obrigado a tomar empréstimos no exterior para cobrir o déficit.

No período que vai de dezembro de 1978 até março de 1981, data de saída do ministro Martínez de Hoz, a dívida externa cresce de 9,700 milhões de dólares para 29.587, em grande parte pela necessidade de cobrir a reconverção de divisas.

O governo de Viola, que sucede em 1981 ao do general Videla, tenta uma reversão deste quadro sem conseguí-lo dada a resistência dos setores financeiros que bloqueavam qualquer mudança e impuseram, no final deste mesmo ano com a ascensão de Galtieri, a retomada dos lineamentos iniciais da política de Martínez de Hoz.

Evidentemente, era impensável para estes setores a possibilidade de um acontecimento como a Guerra das Malvinas, que inviabilizasse de um modo tão abrupto a continuidade do processo militar.

Antes de analisar esta questão, passemos a uma síntese do que foi colocado sobre a política econômica do regime e os seus efeitos globais.

Como primeira questão relevante, podemos antever uma aparente contradição entre alguns dos objetivos explicitados pela condução econômica como o combate à inflação, a busca da eficiência na produção industrial e a luta contra o intervencionismo estatal; e uma política que é claramente inflacionária, recessiva do ponto de vista industrial (porque coloca em desvantagem a produção interna no mercado interna-

cional e ao mesmo tempo desestimula qualquer investimento externo pelas facilidades outorgadas à especulação financeira), e intervencionista, na medida em que as mudanças que se operam nestes anos não respondem às necessidades do mercado, senão a uma política estatal que alterou arbitrariamente o equilíbrio da economia.

Desta maneira, mais do que uma crítica ao liberalismo, como teoria e como prática, que pode levar a uma discussão em torno do êxito ou fracasso da política econômica que privilegie a "adequação de sentido" entre os objetivos explícitos da condução econômica e os resultados alcançados, propomos o enquadramento desta discussão (5) numa postura que destaque os setores sociais que se beneficiaram com esta política e cujo fortalecimento imprime uma dinâmica particular ao desenvolvimento capitalista na Argentina, alterando algumas tendências históricas do período pré-1976. Fazer essa crítica não implica em ter clareza de que este era o objetivo primordial dos militares?

Vejamos alguns pontos importantes. Citando Jorge Schvarzer (1983a, p.14)

"O principal objetivo da política de Martínez de Hoz consistiu em subsistir o mercado financeiro existente por outro totalmente diferente que se consolidou ao longo da sua gestão. A característica deste mercado - elevada liquidez, facilidade de entrada e saída, amplas e estreitas conexões com o exterior - acabou por criar uma poderosa barreira contra toda tentativa de alterar o estado de coisas a que levou essa mesma política.

(...) A equipe econômica não só construiu um mercado perverso

cuja ação seria um freio para todo intento de retorno às condições anteriores. Também lhe deu liderança e organização. A concentração de uma parte considerável das transações financeiras num número relativamente reduzido de agentes econômicos permite que as decisões destes encaminhem a orientação das operações. Na medida em que os empresários e pequenos e médios investidores seguem as opções dos grandes, o fenômeno se amplia com uma velocidade inusitada, cerceando as possibilidades de controle dos funcionários públicos. Adicionalmente, o controle dos meios de difusão por parte dos representantes da direita econômica permite exacerbar as tendências para o desequilíbrio nos momentos de mudança e incerteza, e exercer através do mercado um verdadeiro poder de veto contra qualquer política econômica diferente à desejada por eles. Esta experiência foi vivenciada por diversas vezes a partir de meados de 1980 e continua na atualidade. Ela confirma que a política econômica aplicada a partir de 1976 obteve um resultado político de primeira magnitude ao fazer aparecer um novo ator social no mecanismo de decisões que se adotam no país."

Temos aqui um primeiro fator estrutural condicionante para as perspectivas de qualquer política econômica futura (ver Quadro 8).

No que se refere ao setor industrial, entre 1976 e 1983 acontecem sérias mudanças no perfil das grandes empresas nacionais (ver Quadro 9)

Num contexto de crise permanente, com uma economia paralisa-

da, o principal fator de expansão do setor industrial mais concentrado se opera num sentido que privilegia mais a reacomodação dos espaços já existentes do que o crescimento propriamente dito.

A queda do faturamento e o fechamento maciço de empresas dão lugar à formação de grandes conglomerados que vão ocupando os lugares vagos.

O novo grupo industrial que surge deste processo apresenta algumas características peculiares:

-O seu crescimento aparece como consequência de um bom aproveitamento das vantagens oferecidas pela política de especulação financeira e recessão implementada pelo governo. Na parte financeira, porque souberam combinar a especulação com divisas com a compra de empresas falidas e bens imóveis, anormalmente subvalorizados. Na parte recessiva, porque aproveitaram a falta de interesse do capital externo para investir num país que oferece baixas condições de lucratividade dada a crise permanente, obtendo uma maior margem de manobra para operar internamente.

-O seu crescimento não é paralelo ao da economia argentina e a sua base de expansão tende prioritariamente ao investimento externo, razão pela qual o crescimento econômico do país não é uma premissa fundamental para o seu desenvolvimento.

-Desenvolve sua atuação nas seguintes áreas: petrolífera, siderúrgica, alimentícia e têxtil (6).

Continuando com a análise dos grupos dominantes para os quais o "Processo..." significa um importante apoio, temos o setor agropecuário, em que podemos observar tendências que revertem a situação dos anos anteriores que o colocavam como subordinado ao setor industrial

(ver gráfico 2)

Dentro do processo geral de estagnação do país, em que o produto interno bruto de 1984 se assemelha ao de dez anos atrás, o crescimento da produção agrária na região pampiana, assim como o volume de exportação dos seus produtos, atinge um aumento de 60%.

Isto é o resultado de um processo que se esboça a partir do fim da década de setenta, em que a modernização tecnológica e a consequente mecanização do trabalho agrícola recolocam este setor como um dos principais pólos dinâmicos da economia, superando os limites estruturais da produção extensiva.

Este fator abre uma série de possibilidades no sentido de redefinição do setor agro-exportador nas possíveis estratégias de desenvolvimento econômico. Isto será visto na seção que aborda o período atual, de todas as maneiras é importante frisar o significado do crescimento do capital agrário como outro dos fatores estruturais condicionantes das definições futuras (7).

Completando o quadro da herança sócio-econômica do regime militar, ocuparemos-nos do setor assalariado.

Ao longo deste trabalho, podemos perceber algumas das características básicas que conformam o perfil da classe operária. Aos efeitos de comprovar as mudanças operadas com o regime militar, sintetizaremos as principais:

1) As migrações campo-cidade entre os anos 1930-60, ao mesmo tempo em que levaram ao esgotamento crescente da mão de obra rural consolidaram nos anos setenta uma classe operária "(...) cujos membros possuem um alto grau de homogeneidade na sua origem sócio-cultural e nas suas experiências de vida. Se trata de operários que são, pelo me-

nos, segunda geração urbana, isto é, que já superaram o período de ajuste a cidade e cresceram num ambiente no qual as pautas tradicionais de autoridade estão debilitadas" (Torre, 1983, p. 11).

2) Com a integração política, favorecida pelo primeiro governo peronista, a classe operária obtém a sua cidadania.

3) A existência de um mercado de trabalho equilibrado pela escassez de mão de obra e a valorização dos salários conforme aumenta a demanda de trabalho.

4) A coesão política, pelo apoio generalizado ao peronismo, favorecendo o poder de pressão dos sindicatos, que possuem uma dupla possibilidade de interferência, no plano dos conflitos trabalhistas e no plano do poder político.

A partir destas duas últimas características, Juan Carlos Torre, na obra já citada, escrita em 1978, aponta para algumas tendências que, no seu entender, dificilmente podem ser revertidas:

"No que se refere ao mercado de trabalho, é possível prever, sem dúvida, políticas de desenvolvimento econômico que tendem para a diminuição da demanda de trabalho via o estímulo a tecnologias poupadoras de mão de obra, a concentração das empresas ou o encolhimento da estrutura industrial pelo ingresso de produtos importados que desloquem à empresas em determinadas atividades: isto pode conduzir a um aumento do desemprego. Acreditamos, no entanto, que nesse caso os níveis de desemprego se situarão dentro da tendência histórica, na qual um 7 ou 8% - sem deixar de repercutir sobre a ação sindical - são inferiores as taxas de outros países do continente e com-

patíveis com a caracterização de um mercado de trabalho relativamente equilibrado. No que se refere à coesão política da classe operária, a morte de Perón despertou algum otimismo no que se refere à perda do apoio peronista. É possível que, se isto ocorre, as baixas se produzam, principalmente, entre os setores não-laborais que o acompanharam nos últimos tempos. Estimaremos que o peronismo dos trabalhadores urbanos não se modificará significativamente. Ao longo de trinta anos é possível considerar a vigência do peronismo menos como um tributo de lealdade a Perón e mais como um princípio de identidade política dos trabalhadores "(Torre, 1983, p. 157).

Como veremos, do ponto de vista sócio-econômico, a desarticulação do aparato produtivo favorecida pela política econômica do "Processo..." atenta claramente contra a permanência das tendências expostas acima.

Em 1983, o operariado fabril é 40% menor que em 1974 (ver quadros 10, 11, 12). Para ilustrar este processo, citaremos **El Bimestre Político y Económico**:

"Em 1973, os operários da indústria, da construção e dos serviços básicos somavam perto de 1.800.000 pessoas; em 1983 eram apenas 1.300.000. Neste mesmo espaço de tempo a população nacional continuou crescendo, o que possibilitou uma queda relativa ainda maior do que a indicada por esses números, o que pode ser representado, de maneira efetiva e clara, na seguinte relação: nas eleições de 1973 havia um operário para cada 7,8 eleitores registrados; em 1983 havia um por ca-

da 13,8 eleitores" (8).

Este processo acontece paralelamente ao aumento de pessoas que trabalham por conta própria.

No conjunto, estes dados são indicadores de algumas das atitudes posteriores do setor assalariado, tanto nas eleições gerais de 1983, nas eleições sindicais de 1984, e no comportamento com respeito ao peronismo e ao novo governo. Nas seções correspondentes analisaremos este fenômeno.

3 - A CRISE DO REGIME MILITAR E A TRANSIÇÃO POLÍTICA

O processo de transição apresenta algumas peculiaridades, se levarmos em conta as experiências anteriores no país.

A entrega do poder aos civis não respondeu a um processo de acumulação de forças no campo oposicionista, coroado por mobilizações que aos poucos ocupassem os espaços deixados pelo regime militar em crise.

Há um consenso generalizado em apontar a derrota na Guerra das Malvinas como fator desencadeador do fim do ciclo militar. Mas, antes de discutir este ponto, existem uma série de fatores que ao longo dos anos do "Processo..." atentaram contra a sua estabilidade independentemente da crise gerada pela derrota militar. Digamos que a questão Malvinas acelerou uma decomposição já em curso.

Neste caso, achamos importante descrever o outro aspecto da implantação do projeto sócio-econômico dos militares, a repressão política, junto com as oposições encontradas no plano da sociedade.

Como vimos anteriormente, havia uma estreita ligação entre a estabilidade do regime e o êxito da política econômica. Já apontamos que esse êxito se esboçou, a médio e longo prazo, na capacidade para impor mudanças estruturais que alteram substancialmente o perfil econômico-social do país. No entanto, os desajustes gerados a curto prazo, como inflação, endividamento externo, recessão, atentaram para a desestabilização da base de sustentação política da orientação econômica.

Os sinais visíveis do descontentamento geral aparecem claramente entre fins de 1980 e início de 1981, época em que se dá a mudança de titulares no poder executivo. No entanto, não é aqui que começa a resistência contra a ditadura. A violenta repressão desatada contra a militância política e sindical, buscando disciplinar o setor popular, teve alcances inusitados. Entre 1976 e 1982, numa lista de 7.785 casos de pessoas sequestradas e desaparecidas, a composição por tipo de ocupação é a seguinte:

-Operários e empregados:	3.784 (48,6%)
-Estudantes	: 1.791 (23%)
-Profissionais	: 1.580 (20,3%)
-Outros	: 233 (3%)

(Fernandez, 1983, p. 57)

Esta repressão, apesar da sua amplitude, foi seletiva. No plano das organizações de base da classe operária, buscou praticamente a eliminação física da militância, independentemente do seu grau de compromisso com a esquerda organizada. No caso das entidades sindicais, a repressão procurou neutralizar a direção intervindo nos sindicatos e nas suas obras sociais, e em alguns casos, prendendo dirigentes como advertência sobre os desdobramentos da atividade gremial.

Como resposta quase que imediata, um grupo importante de dirigentes sindicais se articula para organizar uma comissão que serviria de interlocutora perante os novos interventores, numa tentativa de manter algum tipo de controle sobre as entidades e aceitando, de fato, a nova situação. Outro setor busca rearticular o movimento não reconhecendo as novas autoridades. Estes dois grupos passam a ser conhecidos respectivamente como "participacionistas" e "confrontacionistas". Paralelamente a isto, se desenvolvem numerosos conflitos trabalhistas a nível de empresa e a partir da ação operária de base, e que não mantêm vínculo com os grupos citados anteriormente. Entre 1978 e 1980, se registram mais de 600 conflitos deste tipo. (9). Ver quadro 13.

No decorrer do "Processo...", os "participacionistas", a partir de articulações com o próprio estado, buscarão obter o controle majoritário dos sindicatos. Os "confrontacionistas", com uma postura moderada, trabalharão pela rearticulação do movimento nos moldes do que foi com anterioridade ao golpe.

A postura fechada do governo, que procura minar o poder dos sindicatos e olha com reticência os apelos conciliadores do grupo "participacionista", e a combatividade da base operária que se articula à revelia das cúpulas, levam a uma constante mudança de atitudes por parte das duas tendências sindicais, no sentido de uma maior unidade entre elas e uma postura mais oposicionista.

No plano mais geral da sociedade, a repressão política gera respostas bastante rápidas, embora quase imperceptíveis inicialmente para o conjunto da população, que se materializam na organização de entidades pela defesa dos direitos humanos que se pronunciam constantemente contra as desapareições de pessoas, reclamando pela sua aparição com vida.

O movimento das "Mães da Praça de Maio" aparece como o primeiro limite visível à capacidade repressiva dos militares, que não conseguem eliminar, como fizeram com a esquerda, nem controlar as contínuas manifestações públicas contra as desapareições e assassinatos de militantes populares.

Nos partidos políticos, cuja atividade fora suspensa pelo regime, as críticas a este são bastante tímidas e se referem inicialmente quase que tão somente à política econômica. Quando falam em democracia, vislumbram uma saída negociada cívico-militar em que não haveria questionamento da gestão das forças armadas, à qual consideram inevitável dado o caos em que se encontrava o país em 1976.

O editorial do primeiro número do jornal "Entrelíneas", da União Cívica Radical, de junho de 1979, declara no seu primeiro parágrafo:

"Em 24 de março de 1976, entendeu-se com dor, nunca justificável, a ascensão do governo por parte das forças armadas".

Para eles, os principais culpados, porque justificaram a necessidade do golpe, são a incompetência presidencial, a inescrupulosidade da facção dona do poder nesse momento e a atuação alucinada da esquerda.

Nos números seguintes do jornal, conforme avança a crise do regime, e a figura de Alfonsín adquire maior destaque perante a postura mais conservadora do Balbinismo (10), as críticas serão mais severas buscando-se uma saída alternativa a partir dos setores políticos, que retorne o país, ao estado de direito.

A organização da "multipartidária" em julho de 1981 aparece como momento importante, já que aglutina os principais partidos políticos numa postura unitária de oposição e, ao mesmo tempo, se coloca como interlocutora dos setores proscritos, embora com muitas restrições para com os movimentos de defesa dos direitos humanos. Estes terão sérias dificuldades para se fazerem ouvir neste organismo.

Para sistematizar de forma mais adequada as formas de oposição ao regime e os seus desdobramentos no plano político, faremos uma cronologia com os principais acontecimentos que tendem a acelerar a crise do regime até a guerra das Malvinas: (11)

22/08/1976: No editorial do jornal "Buenos Aires Herald", publicação diária em língua inglesa, aparece uma crítica à utilização do terrorismo como forma de combater a subversão, apelando para a força da lei como única arma que o estado deve empregar.

06/01/1977: Documento dos setores sindicais assinado por 68 organizações reclama da situação econômica e social do país.

30/04/1977: Um grupo de mulheres com lenços brancos na cabeça faz uma marcha ao redor da Pirâmide da Praça de Maio reclamando pelos seus filhos desaparecidos e afirmando que repetirão esta demonstração todas as semanas até terem notícias favoráveis. Este fato não foi noticiado pela imprensa.

15/06/1978: A presença de jornalistas estrangeiros, vindos por ocasião da Copa do Mundo, torna pela primeira vez pública a manifestação semanal de parentes de desaparecidos políticos na Praça de Maio.

01/08/1978: O setor "participacionista" do movimento sindical organiza a Confederação Nacional do Trabalho.

19/11/1978: Aparece o primeiro documento público das forças partidárias majoritárias, assinado por dirigentes dos partidos Peronista, Conservador Popular, Intransigente, Socialista, Democrata Cristão, Comunista, União do Povo Argentino, colocando como premissa de qualquer solução da crise do país a normalização político-institucional.

O dirigente da União Cívica Radical (UCR), Ricardo Balbin, justifica a não assinatura do documento como parte da estratégia de não enfrentamento aberto com o regime e de não aliança com outras forças, principalmente o peronismo.(12)

25/04/1979: O Movimento Sindical Peronista (MSP) fundado em junho de 1978 pela ala "confrontacionista", convoca a primeira paralisação nacional. Foi duramente reprimida.(13)

24/11/1980: O setor "confrontacionista" no movimento sindical, junto a disidentes da ala "participacionista" organizam a CGT. Saul Ubaldini, ex-participacionista, é eleito secretário geral.

14/07/1981: Aparece o primeiro documento conjunto da Convocatória Nacional (futura "Multipartidária") formada pelos partidos Justicialista, Radical, **Desarrollista**, Intransigente e Democrata Cristão. Declaram que está iniciada a etapa de transição à democracia na Argentina. (14)

12/08/1981: Aparece matéria paga no jornal "Clarín", criticando as violações dos direitos humanos por parte das forças que agem em nome do governo e a falta de resposta deste para as reclamações dos familiares dos atingidos pela repressão. Assinam o documento, entre outros, Jorge Luis Borges, Ernesto Sábato, Oscar Alende, Raul Alfonsín, Deolindo Bitel (Justicialista), dirigentes Comunistas, sindicalistas, atores, religiosos.

14/08/1981: 2.500 pessoas entregam às autoridades um abaixo-assinado com 12.000 assinaturas reclamando a publicação das listas de desaparecidos e as razões da sua detenção. (15)

30/03/1982: Jornada de protesto organizada pela CGT é violentamente reprimida pelo governo.

02/04/1982: Concretiza-se, pela força, a recuperação das Ilhas Malvinas. O Presidente Galtieri conchama o povo na Praça de Maio para dar apoio a sua iniciativa.

O resultado da guerra é conhecido. Aos efeitos da nossa análise, a derrota no campo militar para um governo das forças armadas, que fracassou na gestão da economia, colocando o país numa situação pior à encontrada em 1976, que encarcerou, torturou, assassinou e fez desaparecer mais de 30.000 pessoas, que favoreceu uma corrupção generalizada gerando o enriquecimento ilícito a partir do abuso do poder, tornam inadiável a entrega do poder aos civis.

Galtieri renuncia e o novo presidente Bignone inicia as discussões com os setores políticos para formalizar o esquema da transição.

Este período, que culmina em 30 de outubro de 1983, data das eleições gerais, apresenta algumas particularidades importantes.

Por um lado crescem as mobilizações por questões trabalhistas, por questões ligadas aos direitos humanos, movimentos de bairros, donas de casa, jovens. (16).

Por outro lado, no plano político-partidário, o julgamento dos militares pelos atos de corrupção e de violação dos direitos humanos, o lugar das forças armadas num regime democrático, o tratamento da dívida externa, vão aparecendo como referências obrigatórias na definição do perfil dos candidatos ao pleito eleitoral.

As primeiras pesquisas de opinião começam a definir a polarização entre os dois partidos historicamente rivais: o Partido Justicialista e a União Cívica Radical (UCR).

No próximo capítulo trataremos particularmente desta polarização político-eleitoral e os seus significados sociais. O que nos interessa agora é apontar para dois fenômenos importantes do período pré-eleitoral:

-Mesmo com vantagens, o justicialismo aparece com a menor aceitação da sua história acontecendo o contrário com o radicalismo, que, em desvantagem, nunca teve tanto apoio da opinião pública.

-A porcentagem de pessoas filiadas a partidos políticos é a maior já registrada na história do país. Em maio de 1983 havia 5.610.520 pessoas inscritas nos diversos partidos, representando 31,4% do total de eleitores. A distribuição dos inscritos é de 3.005.355 no P.J.; 1.410.123 na UCR.

No plano partidário, quando se definem as candidaturas, o perfil do candidato passa a ser, no caso dos dois maiores partidos, o elemento decisivo da polarização de votos. Nos dois casos, os programas políticos são similares, trabalhando com os pontos polêmicos já descritos no sentido da sua resolução pela via legal, fazendo uso dos instrumentos definidos na constituição. Os compromissos da dívida externa serão prestigiados, e as violações aos direitos humanos e demais atrocidades serão entregues à justiça.

Na disputa dos votos, a mensagem do radicalismo na pessoa de Raul Alfonsín, trabalha bastante com a acentuação da trajetória oposicionista do candidato, a contradição entre democracia ou caos como problema fundamental, o esquecimento dos ódios históricos entre peronistas e antiperonistas, a busca da paz interna como única maneira de encarar a resolução dos graves problemas. Assim, oferecem, para aqueles que os apoiam, a garantia certa de que "conosco, ao menos, poderão discutir" (17).

Do lado do justicialismo, a imagem de divisão manifesta nos últimos meses em que correntes diversas se enfrentam pelo controle do partido, utilizando-se muitas vezes da agressão física como argumento de poder; e a apresentação de candidatos de trajetória pouco clara, principalmente no meio sindical, em que vários dirigentes que pactuaram com os militares apareceram como postulantes a cargos legislativos e executivos nos governos provinciais, junto ao próprio candidato presidencial, Italo Luder, homem conservador e de pouca penetração popular; atentam bastante contra a popularidade histórica do partido.

No restante do espectro partidário, as polarizações ideológicas são mais claras. Na esquerda, o partido comunista e outras agrupações menores não lançam candidato a presidente, apoiando o justicialismo. Os únicos partidos que se apresentam com candidatos próprios para todos os níveis são o Partido Intransigente, que defende como propostas fundamentais a defesa dos direitos humanos e o castigo aos culpados, a libertação nacional dos centros imperialistas, democracia sindical e participação no grupo dos não alinhados. O Movimento al So-

cialismo, trotskista, que defende o não pagamento da dívida externa e a ruptura com o FMI. O Partido Obrero, também trotskista, que propõe a destruição da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade socialista, colocando o processo eleitoral como momento importante da construção do seu partido (18).

Na direita, Alvaro Alsogaray, ex-ministro de Frondizi, organiza a União de Centro Democrático (UCD), que ele mesmo chama de "Partido Liberal Argentino", propõe a privatização de todas as empresas públicas e todos os controles que emperram a atividade econômica, alertando os eleitores para a "mão de ferro de extração comunista-socialista" que surgiria como consequência do trunfo radical ou peronista. (19)

R. Frigério, candidato pelo Movimento de Integração e Desenvolvimento (desarrollista), destaca a necessidade de investimentos orientados para a indústria pesada e infraestrutura de energia e comunicações, como saída para a estagnação permanente da economia do país, e o esclarecimento das desapareições políticas e o castigo dos responsáveis, como início da pacificação do país. (20).

Feita esta descrição do perfil pré-eleitoral do país, apresentaremos algumas questões que nos parecem importantes na definição da nova situação política e econômica argentina:

1-O peronismo, enquanto movimento político e social deixou de ser o alvo dos ataques dos setores dominantes tornando-se parte reconhecida por todos na política argentina.

Como já acontecia com o partido radical, no justicialismo há lugar para posturas de apelo conservador ou progressista. Juntos, os dois partidos, se tornam porta-vozes privilegiados do espectro políti-

co-ideológico definido comumente como centro-esquerda e centro-direita. (21)

Sendo estes partidos depositários de mais de 80% do apoio popular, e representando posturas centristas no plano político, se tornam cada vez mais fatores de estabilidade do sistema político, na medida em que as demandas globais dos setores econômicos (empresários ou trabalhadores) encontram nestes partidos o seu espaço privilegiado de expressão.

No decorrer do novo governo ficará clara esta questão. Apesar das disputas entre peronistas e radicais, entre sindicatos e governo, nunca haverá rejeição ao diálogo e à negociação, e os contínuos alinhamentos políticos em torno de questões da conjuntura nem sempre terão na polarização peronismo-radicalismo a sua base de apoio. Como veremos mais adiante, existem disputas nas questões de curto prazo, mas também existe complementariedade nas questões mais profundas de médio e longo prazo.

2-Se os fatores apontados anteriormente, trabalham pela estabilidade do novo regime político, no plano econômico, a herança do governo militar, fora as mudanças estruturais de que já falamos, condicionam seriamente qualquer política econômica a ser implementada.

3-Dado o caráter assumido pela transição política, onde apesar dos sinais potenciais de uma crescente mobilização oposicionista, a definição apareceu a partir da derrota militar, uma série de detalhes tornam a construção da democracia uma tarefa difícil.

A falta de preparo dos partidos políticos para assumir o poder, a falta de diagnósticos da situação econômica articulados com projetos de gestão a curto prazo, a falta de discussões sobre o signi-

ficado da democracia como estratégia política, a situação da esquerda, desmantelada e sem condições de articular as iniciativas populares, constituem um deficit político que, como veremos, se fará sentir no primeiro ano do novo governo, em que o peso do passado parece dominar o cenário, recriando o clima de instabilidade já vivido.

No próximo capítulo, tentaremos trabalhar conjuntamente todas estas questões, acompanhando o desenvolvimento da conjuntura política nos dois primeiros anos do governo radical, e situando as diversas posturas dos setores políticos e econômicos no quadro geral da transição democrática e das suas perspectivas.

NOTAS

(01) A partir daqui nos referiremos a este período como "Processo..."

(02) CANITROT, Adolfo. "La Disciplina como Objetivo de la Política Económica. Un Ensayo sobre el Programa Económico del Gobierno Argentino desde 1976", in **Desarrollo Económico**, V. 19, nº 76 (janeiro-março, 1980).

(3) Os argumentos principais são de ordem econômica e política. Isto apesar das afirmações de que a ineficiência foi produto de políticas protecionistas: "Sob um sistema de proteção as atividades produtivas locais se beneficiam de uma margem de proteção excedente que faz do preço da oferta externa um limite superior virtual mas não efetivo. Por debaixo desse limite as empresas, não individualmente mas sim como conjunto dentro de uma determinada atividade, tem a faculdade de fixar os seus próprios preços. Podem ajustar preços a custos sem prestações de concorrência. Isto torna possível que as empresas e os assalariados convenham entre si salários e preços dentro de cada uma das áreas de produção excluído qualquer outro interessado (Governo, clientes e consumidores). O instrumento é o convênio coletivo de trabalho - que não precisa tornar-se explícito ou ser legalizado - e os que fazem o acordo são as organizações representativas de empresários e trabalhadores. A proteção aparece, assim, como o grande motivo econômico da legitimação das organizações sindicais, e a sua vigência desde a década de 30, como a explicação histórica do desenvolvimento rigoroso que estas alcançaram. Pelo contrário, uma economia submetida à concorrência exter-

na é incompatível com as práticas oligopolistas e elimina as justificativas tanto para os convênios coletivos como para as organizações trabalhistas e empresariais que os levam a cabo. Cada empresa enfrenta individualmente os dados objetivos e impessoais do mercado; como tal resolve individualmente a sua questão salarial. Ou seja, a política de abertura é um instrumento para disciplinar o mercado de trabalho e a conduta da classe trabalhadora", Canitrot, 1981.

(4) "O programa de 20 de dezembro de 1978 é suficientemente conhecido. No mesmo momento em que a tensão bélica (entre Argentina e Chile pela questão do canal de Beagle) atingia o seu ponto máximo, o ministro de economia anunciou um cronograma de desvalorização gradual do tipo de câmbio, com ritmo decrescente no tempo, que se transformaria na principal arma de ajuste do sistema" Schvarzer, 1983a, p. 74).

(5) Na linha de Schvarzer, "Martínez de Hoz...", ob. cit. e do artigo "El éxito de la política de Martínez de Hoz", **El Bimestre Político y Económico**, nº 7 (janeiro-fevereiro, 1983)

(6) Ver SCHVARZER, Jorge, "Cambios en el Liderazgo Industrial Argentino en el Periodo de Martínez de Hoz", in **Desarrollo Económico**, V. 23, nº 91 (outubro-dezembro, 1983).

(7) ver, "Transformación de la estructura productiva agraria: nuevas perspectivas e intensas polémicas", in **El Bimestre Político y Económico**, nº 18 (novembro-dezembro, 1984).

(8) Ver a este respeito o artigo de PALOMINO, Hector, "Efectos Políticos y Sociales de los Cambios en el Mercado de Trabajo. Argentina 1950-1983". CISEA, 1985 e "La clase obrera en la Argentina. Tendencias de su evolución y perspectivas". *El Bimestre Político y Económico*, nº 16 (julio-agosto, 1984).

(9) FERNANDEZ, Arturo. *Las Prácticas...*, ob. cit., p. 140.

(10) Corrente interna da União Cívica Radical ligada a Ricardo Balbín,, principal dirigente do partido até a sua morte em 1981.

(11) A fonte para o levantamento dos acontecimentos entre 22/08/76 e 01/08/78 é a cronologia documentada por Oscar Troncoso, 1984.

(12) Ver Cuadernos del Tercer Mundo, julio de 1979, ano III, nº 31, México.

(13) Fernandez, 1985, p. 74.

(14) Jornal Folha de São Paulo de 15/07/1981

(15) Comentário, órgão oficioso do Partido Comunista Argentino, nº 9, setembro de 1981.

(16) Nos últimos meses de 1982 aparecem inúmeros protestos populares ligados aos movimentos de bairros, das mulheres, jovens.

Entre os principais podemos destacar a mobilização de 5.000 pessoas no bairro de Lanus (periferia de Buenos Aires) em 24/11/82, para entregar uma pauta de reivindicações ao prefeito; "(...) a ocupação de terras estatais por mais de 20.000 pessoas (...) em zonas de Quilmes e Almirante Brown (periferia de B.A.)" (Thompson, 1986 p.115) onde os ocupantes construíram as suas casas; as "cozinhas" populares, que alimentam desempregos e pessoas sem recursos, organizadas pelas paróquias dos bairros e que servem como ponto de reunião e referência para pessoas descontentes com o regime; organizações de donas de casa contra a carestia da vida, que organizam os chamados "caçarolaços" como o de Rosario em fevereiro de 1982.

Na descrição de Thompson (1986, op.cit.) aparece nitidamente o ano de 1982 (antes e após Malvinas) como marco em que estes movimentos se desenvolvem expressando uma reação dos setores populares que se soma ao movimento sindical e aos grupos de defesa dos direitos humanos.

No caso dos movimentos de bairro, o autor destaca a sua capacidade organizativa: "São formas de organizações populares que surgem independentemente dos partidos políticos e dos sindicatos, e que adquirem rapidamente, um caráter abertamente político. É o estado, através da sua representação comunal, que deveria tomar a seu encargo estes serviços e é contra ele que vai dirigido o protesto e a exigência de solução". (ob.cit.p.115).

(17) - "Raúl Alfonsín: definiciones, propuestas, perfil", in **El Bimestre Político y Económico**, nº 11 (setembro-outubro de 1983), p. 96.

(18) Candidatos Presidenciais: "Oscar Alende (PI): definiciones, propuestas, perfil"; "G. Flores (PO): definiciones, propuestas, perfil"; "L. Zamora (MAS): definiciones, propuestas, perfil", in **El Bimestre...**, ob. cit., p. 97, 98 e 99.

(19) "A. Alsogaray (UCD): definiciones, propuestas, perfil", in **El Bimestre...**, ob. cit. p. 98.

(20) "R. Frigério (MID): definiciones, propuestas, perfil", in **El Bimestre...**, ob. cit. p. 97.

(21) No caso do Partido Justicialista, grupos de perfil direitista e fascista (como eles mesmos se proclamam) tem ainda um peso considerável, e sua postura aparecerá claramente no julgamento das juntas militares.

QUADRO 7
DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS
(Em milhões de pesos de 1960)

ANO	Receita dos assalariados (M\$ de 60)	Receita dos ñ assalariad. (M\$ 60)	% dos assalariados no total	Salário real médio da ind. (% de 1960)
1970	6.396	7.569	45,8	839
1971	6.890	7.895	46,6	869
1972	6.553	8.794	42,7	808
1973	7.537	8.533	46,9	862
1974	8.066	8.987	47,3	968
1975	8.334	8.571	49,3	985
1976	5.367	11.249	32,3	631
1977	5.371	12.067	30,8	548
1978	5.355	11.484	31,8	509
1979	5.985	12.263	32,8	572
1980	6.195	12.024	34,0	639
média				
70-74	7.088	8.356	45,9	869
média				
Z6-80	5.655	11.817	32,3	580

FONTE: Jorge Schvarzer. "Martinez de Hoz: La Lógica política de la política económica", Ensayos y Tesis, CISEA, p.141.

QUADRO 8

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS DO SETOR PRIVADO

(Em milhares de milhões de pesos de 1970 deflacionado
por índices de preços atacadistas, nível geral)

Data	Nota e Moedas	Depósitos em conta corrente	Depósitos a prazo fixo	Letras de câmbio	Títulos oficiais	Total
1	2	3	4	5	6	7
Ene 75	7,5	0,4	11,0	2,9	0,7	30,5
Dic 75	5,2	5,8	3,2	1,4	2,2	17,8
Mar 76	2,7	3,7	1,7	1,1	1,1	11,1
Dic 76	3,7	4,3	4,6	2,9	4,1	18,6
Dic 77	3,8	3,5	10,3	0,3	3,2	21,1
Dic 78	4,8	33,3	12,7		2,6	23,4
Dic 79	5,0	3,7	18,5			
Dic 80	6,6	44,5	21,1			
Dic 81	4,2	2,3	16,1			

FONTE: Jorge Schvarzer. "Martínez de Hoz: La Lógica Política de la política económica", Ensayos y Tesis, CISEA p. 141.

QUADRO 9
AS CEM MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS EM 1975
 (Evolução até 1981 e alterações de situação)
 (Ver códigos no final)

EMPRESAS	POSIÇÃO (1975)	POSIÇÃO (1981)	ORIGEM DO CAPITAL	ALTERAÇÕES DE PROPRIEDADE	RAMO
YPF	1	1	e		
Somisa	2	8	e		Siderúrgia
Fiat	3	92	x	(4)	Mecânica
Acindar	4	11	n	(1)	Siderurgia
Ford	5	4	x		Automotriz
Esso	6	2	x		Petróleo
Nobleza	7	8	nx	(1)	Cigarros
Renault	8	6	x		Automotriz
Celulosa	9	37	n		Papel
Propulsora	10	19	n		Siderúrgia
Alpargatas	11	18	n	(2)	Têxtil
Molinos	12	10	n		Alimentos
Chrysler	13	22	x	(3)	Automotriz
Sancor	14	21	n		Laticínios
Mercedes Benz	15	17	x		Automotriz
General Motors	16	-	x	(5)	Automotriz
CDNASA	17	-	e	(5)	Açúcar
Santa Rosa	18	-	n	(1)	Siderurgia
Fabricações Militares	19	24	e		Mecânica
Dálmihe	20	9	n		Siderurgia
Gurmendi	21	-	n	(1)	Siderurgia
Amoco	22	126	x		Petróleo
Ledesma	23	23	n	(2)	Açúcar
Swift	24	35	e	(3)	Frigorífico
Duperial	25	32	x		Química
Safrar Peugeot	26	-	x	(1)(3)	Automotriz
Sasetru	27	-	n	(5)	Alimentos
Massalin y Celasco	28	5	x	(1)	Cigarros
Ducilo	29	38	x		Química
Loma Negra	30	16	n		Cimento
Pirelli	31	34	x		Cabos
Shell	32	7	x		Petróleo
Fate	33	49	n		Pneus
Nestlé	34	32	x		Alimentos
Sudamtex	35	143	x	(3)	Têxtil
Grafa	36	52	n		Têxtil
IME	37	-	e	(5)	Automotriz
INSA	38	-	x		Exportação
Good Year	39	44	x		Pneus
IBM	40	13	x		Mecânica
Piccardo	41	-	ny	(1)	Cigarros
Olivetti	42	-	x	(5)	Mecânica
CAP	43	157	e		Frigorífico
Cia. Química	44	59	n		Química
Siam	45	39	e		Mecânica

QUADRO 9 (continuação)

EMPRESAS	POSIÇÃO (1975)	POSIÇÃO (1981)	ORIGEM DO CAPITAL	ALTERAÇÕES DE PROPRIEDADE	RAMO
Philips	46	33	x		Elétrica
Tamet	47	248	n	(3)	Siderurgia
Massey Ferguson	48	-	x	(5)	Tratores
Azucarera Concepción	49	45	n		Acucar
Perkins	50	101	x		Motores
Citroen	51	-	x	(5)	Automotriz
Centenera	52	93	n		Embalagens
Lever	53	28	x		Alimentos
Refinería de Maíz	54	25	x		Alimentos
Firestone	55	116	x		Pneus
Cervecería Quilmes	56	136	nx		Cerveja
Deutz	57	181	x		Motores
Imparciales	58	-	-	(1)	Cigarros
Eaton	59	227	x		Autopeças
Terabusi	60	29	n		Alimentos
Rigolleau	61	80	x		Vidros
Alba	62	42	n		Tintas
Molinos Concepción	63	49	n		Alimentos
Jabón Federal	64	96	n	(2)(3)	Química
Ciba Geigy	65	56	x		Laboratório
Minetti	66	65	n		Cimento
Hiram Walker	67	118	x		Bebidas
Particulares	68	-	nx	(1)	Cigarros
John Deere	69	-	x	(5)	Tratores
Noel	70	95	n	(2)(3)	Alimentos
Coca-Cola	71	40	x		Bebidas
Azucarera Argentina	72	74	n		Acucar
Tabacal	73	55	n	(2)	Acucar
Siemens	74	81	x	(4)	Elétrica
Bagley	75	30	n	(2)	Alimentos
Scholnik	76	152	n		Papel
Petroquímica Mosconi	77	47	n		Petroquímica
Bridas	78	36	n	(2)	Petróleo
Pasa	79	68	x		Petroquímica
Ingenio Esperanza	80	72	e		Acucar
Camea	81	85	x		Alumínio
Corcemar	82	54	x		Cimento
Cinzano	83	105	x		Bebidas
Pérez Companc	84	26	n	(2)	Petróleo
Agea (clarín)	85	31	n	(2)	Editorial
Fábrica Financeira	86	212	n	(3)	Têxtil
Afne	87	15	e		Estaleiro
San Pablo	88	133	n		Acucar
La Cantábrica	89	252	e	(3)	Siderurgia
Electroclor	90	134	nx		Química
La Oxígena	91	98	x		Química
Ciabasa	92	171	x		Frigorífico
Penáflor	93	131	n		Bebidas
Bonafide	94	111	n		Alimentos

QUADRO 9 (fim)

EMPRESAS	POSIÇÃO (1975)	POSIÇÃO (1981)	ORIGEM DO CAPITAL	ALTERAÇÕES DE PROPRIEDADE	RAMO
Bayer	95	51	x		Laboratório
Atanor	96	85	na		Química
Cerámica San Lorenzo	97	s/d	n		Cerâmica
Canale	98	60	n	(2)	Alimentos
Guereño	99	101	n		Química
Gillette	100	97	x		Toucador

Coluna de 1981 em relação à de 1975

1. Indica-se n/c (não corresponde) se a empresa não existia nesta data ou se havia outras que se fundiram com a que existia em 1981.
2. Para algumas empresas de que faltam dados referentes a 1975 indica-se uma posição estimada, para efeito de complementar o quadro.

Coluna "origem de capital"

n empresa do capital nacional

x empresa de capital estrangeiro

e empresa estatal

(quando aparecem as letras juntas
trata-se de empresa mista)

Coluna "alterações de propriedade"

(1) fundiu-se com outra empresa grande;

(2) comprou outras empresas no período;

(3) trocou de proprietário;

(4) sub-dividiu-se;

(5) fechou ou faliu, deixou de produzir;

FONTE: Jorge Schvazer, "Cambios en el Liderazgo Industrial Argentino en el Período de Martínez de Hoz", in **Desarrollo Economico**, vol. 23, nº 91 (octubre-diciembre, 1983).

QUADRO 10

ESTRUTURA OCUPACIONAL E COMPOSIÇÃO
DO AUMENTO DE EMPREGOS 1970-80

	Estrutura		Aumento
	1970(%)	1980(%)	70/86(%)
Assalariados	74	72	57
Não Assalariados	24	28	43
conta própria	17	19	36
familiares	3	3	3
empregados	6	6	4
Total	100	100	100
N = (em milhares)	(9.000)	(10.000)	

FONTE: Héctor Palomino, "Efectos Políticos Y Sociales de los Cambios en el Mercado de Trabajo. Argentina 1950-1983", CISEA, 1985.

QUADRO 11

LOCALIZAÇÃO DO SETOR ASSALARIADO

Assalariados agropecuários	9%
Assalariados não agropecuários	91%
Total Assalariados	100%
Total em números	7.147.000

FONTE: Palomino, Héctor , "La Concertación Social: Relevamiento de los Principales Grupos Sociales en Argentina, CISEA, 1985.

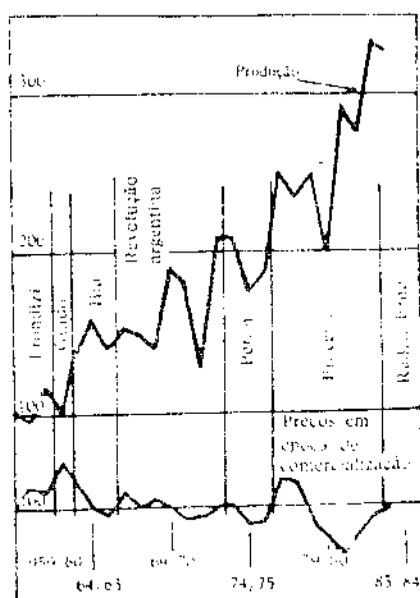
QUADRO 12
DISTRIBUIÇÃO DOS ASSALARIADOS URBANOS
PELOS SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Atividade	Porcentagem
Indústria manufatureira (inclui mineração, eletricidade, gás e água)	26
Construção	09
Transporte, alimentação e comunicação	05
Setor financeiro	05
Comércio	14
Prestações de Serviço (privado)	07
Prestações de Serviços (estatais)	17
Serviço doméstico	08
Agropecuária	09
	100
Total Assalariado	
Em milhares	7.147.000*

*Incluindo os sem especificação nas atividades urbanas

FONTES: Idem nº 5

GRÁFICO II
PRODUÇÃO E ÍNDICE DE PREÇOS
AGRÍCOLAS PONDERADOS



FONTE: Elaborada com base em dados da SEAG e Bolsa de cereais de Buenos Aires - Produto: trigo, milho, sorgo, soja, girassol.

FONTE: El Bimestre Político y Económico, nº18, nov/dez 84, p.3.

CONFLITOS TRABALHISTAS NA ARGENTINA: 1976 - 1980

	Número de conflitos					Porcentagem					Número de Trabalhadores em conflito					Porcentagem					
	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980	
TOTALS	89	100	40	189	261						191.660	514.710	212.140	1.818.020	362.447						
Setor de produção ou serviços	Industria extractiva	2	6	0	2	10	2,2	6	0	1	3,8	500	38.732	0	5.020	2.280	0,3	7,5	0	1,5	0,8
	Industria manufacturera	71	44	19	133	171	79,8	44	47,5	71,1	65,5	118.610	69.600	49.080	164.757	136.844	61,9	13,5	23,1	51,8	37,8
	Industria: Empresas L Y H	43	31	17	75	82	48,3	31	42,5	40	31,4	102.050	59.600	48.680	149.914	99.538	53,2	11,6	22,9	47,1	27,5
	Total de Serviços	13	49	21	51	75	14,6	49	52,5	27,2	28,7	70.650	406.206	163.060	148.060	222.893	36,9	78,9	76,9	46,6	61,5
	Transporte	8	29	16	30	24	9	29	40	16	10	4.650	288.246	162.160	134.040	154.727	2,4	56	76,4	42,1	42,7
Motivo	Aumento salarial	53	82	26	141	88	59,6	82	65	75,4	33,7	79.520	386.948	194.400	278.332	165.039	41,5	75,2	91,6	87,5	45,5
	Recessão	6	2	7	21	130	6,7	2	17,5	11,2	49,8	7.540	6.300	6.280	15.430	88.869	3,9	1,2	3	4,9	24,5
	Condições de trabalho	6	3	4	2	18	6,7	3	10	1	6,9	34.000	62.000	6.660	2.100	34.900	17,7	12	3,1	0,6	9,6
	Organização sindical	8	2	0	1	6	9	2	0	0,5	2,3	26.000	20.100	0	100	13.747	14	3,9	0	0,1	3,8
	Redim.Estrutural Estatal	1	0	0	2	3	1,1	0	0	1	1,1	20.000	0	0	5.100	5.100	10,4	0	0	1,6	1,4
	Outras	1	0	2	2	13	1,1	0	5	1	5	100	0	1.100	0	52.170	0,1	0	0,5	0	14,4
Medidas de luta	Paro	43	54	19	113	132	48,3	54	47,5	60,4	50,6	80.120	356.022	145.480	244.744	194.218	41,8	69,1	68,6	77	53,6
	Retiro de colaboração	24	23	11	28	21	27	23	27,5	15	8	64.020	113.150	52.200	30.410	21.849	33,4	22	24,6	9,6	6
	Manifestação pública	6	0	3	10	26	6,7	0	7,5	5,3	10	25.950	0	1.300	15.800	22.620	13,5	0	0,6	5	6,2
	Tomada de Estabelecimento	0	0	1	5	5	0	0	2,7	2,7	1,9	0	0	2.000	0.200	0	0	0,9	2,5	0,7	
	Denuncia, Assembléia, etc	2	0	0	13	50	2,2	0	0	7	22,2	250	0	0	24.500	85.287	0,1	0	0	7,7	23,5
	Reclamação, Abaixo Ass, etc	0	0	3	11	38	0	0	7,5	5,9	14,6	0	0	600	23.970	72.164	0	0	0,3	7,5	19,9
	Sabotagem	7	19	4	0	0	8	19	10	0	0	13.250	37.646	11.380	0	0	5,9	7,3	5,4	0	0
Convocação:	De empresa	51	46	19	69	155	57,3	46	47,5	36,7	59,4	101.790	96.470	46.600	138.140	133.271	53,1	18,7	22	7,5	38,8
	Nível do Organismo	3	7	9	15	29	3,4	7	22,5	8	11,1	6.100	118.232	47.200	16.300	81.190	3,2	23	22,2	0,9	22,4
	Nacional	3	8	2	7	3	3,4	8	5	3,7	1,1	60.000	182.200	115.200	1.605.100	114.100	31,3	35,4	54,3	88,3	31,5
Conflito com apoio de outros setores	0	0	1	17	38	0	0	2,5	42,5	14,6	0	0	115.200	45.300	155.092	0	0	54,2	2,5	42,8	
Resultados	Vitoriosos	9	14	8	50	43	10,1	8	20	26,6	16,5	10.670	139.300	132.800	58.099	39.149	5,6	27,1	62,6	18,3	10,8
	Derrotados	3	4	5	1	3	3,4	4	12,5	0,5	1,1	2.250	22.600	12.700	3.000	6.000	1,1	4,4	6	0,9	1,7
	Em suspenso	1	8	2	1	18	1,1	8	5	0,5	6,9	800	25.766	6.000	2.000	8.570	0,4	5	2,8	0,6	2,4
	Vitoriosos em Transporte	0	29	4	9	2	0	100	25	30	7,7	0	288.246	125.600	4.500	20.350	0	100	77,5	3,4	13,2

OBSERVAÇÕES: Os dados correspondentes a setor, motivo, medidas de luta e resultados não incluem a greve geral de 27/04/1979.

Os percentuais de conflitos vitoriosos em transporte são sobre o total de conflitos de transporte.

Sobre os resultados somente se tem informação em 25% dos conflitos.

Empresas L Y G = Empresas Líderes e Grandes em seu setor.

No ano de 1979 se incluem os conflitos a partir do mês de abril.

CAPÍTULO V

O PRIMEIRO ANO DE GOVERNO RADICAL:
INDEFINIÇÕES E INCERTEZAS NOS RUMOS DA TRANSIÇÃO

1 - AS ELEIÇÕES DE 1983 E O PERFIL POLÍTICO-SOCIAL DA SOCIEDADE ARGENTINA

"(...) Acredito que o país está pedindo um governo radical, porque está reclamando uma concepção ética da política. Porque a nossa definição não se origina numa doutrina senão, primeiro, de uma ética, daí sim, depois, elaboramos a nossa doutrina".
Raul Alfonsín, março de 1980.
(1)

A derrota do peronismo, pela primeira vez em quarenta anos, em eleições limpas e sem proscricções, representa um fato extremamente relevante.

No capítulo anterior nos referimos a algumas tendências apontadas pelas pesquisas de opinião em que, mesmo aparecendo como favorito, o justicialismo faria a pior eleição da sua história, em contraposição com o radicalismo, que aparecia com o maior grau de adesão da sua história.

Também falamos das diferenças no perfil dos candidatos e os seus discursos.

Faltaria então, verificar a origem da reversão das expectativas iniciais, com a vitória do radicalismo.

Os resultados finais apontam a seguinte diferença:

Radicais, 52%; Peronistas 40%; Intransigentes 2%; Desarrol-
listas 1% (2)

Historicamente, o peronismo obteve uma votação maciça e definitiva na convergência dos setores assalariados em que tanto a mão-de-obra especializada como a não-especializada conferiam uma diferença impossível de ser descontada nos outros estratos sociais.

Como vimos ao longo deste trabalho, foram os governos peronistas que permitiram a formação de um setor popular urbano com um nível de vida superior ao registrado nos demais países da América Latina.

Entre 1955 e 1976, este setor permaneceu fiel ao peronismo, em quem visualiza uma certa continuidade na melhoria dos seus padrões de vida.

A conformação do eleitorado radical sempre se apoiou nos setores médios e altos da chamada classe média, sendo praticamente nula a sua votação nos outros estratos.

Para explicar resultados tão divergentes com a trajetória anterior dos dois partidos, Edgardo R. Catterberg (1985) chama a atenção para o surgimento de uma "Nova Convergência Eleitoral".

Pela primeira vez se dá uma ruptura entre os "(...) segmentos integrados plenamente na sociedade, em boa parte devido à ação do peronismo, majoritariamente proprietários das suas moradias, conscientes da sua capacidade de trabalho e com fortes expectativas de ascensão social (que tendem) a diferenciar-se em seu comportamento político daqueles outros segmentos baixos com menos inserção e possibilidades na sociedade que continuavam aderindo ao peronismo, embora não por unani-

midade".(3)

Justamente, como registramos constantemente ao longo do trabalho, a classe operária, ou boa parte dela, já tinha atingido a sua cidadania política e a sua integração econômica até a década de 70, sendo que já não buscava o reconhecimento do seu status na sociedade, senão a sua superação*. Isto implica em novas demandas econômicas e de padrões de convivência política e social, que deem por encerrado o contexto de violência e instabilidade das últimas décadas.

O discurso alfonsinista trabalhou bem estes aspectos frente às posturas de grande parte dos peronistas cujo perfil lembrava em muito o passado recente.

Numa pesquisa pós-eleitoral sobre as intenções de voto a partir do tipo de atividade, aparecem claramente estas tendências:

	Operários	Operários	Trabalhadores	Empregados	Atividades	Atividades	Atividades	Atividades	Atividades	Atividades
	Donos	Apoio	Estudantes	Institucionais	Qualificados	Qualificados	Qualificados	Qualificados	Qualificados	Qualificados
	de	senhores	danças	institucionais	qualificados	qualificados	qualificados	qualificados	qualificados	qualificados
	Casas	taquigrafia	tes	qualificados	qualificados	qualificados	qualificados	qualificados	qualificados	qualificados
Total	dos	dos	dos	dos	dos	dos	dos	dos	dos	dos
UCR	54	58	52	61	27	47	46	60	50	71
P.J.	39	37	42	19	69	45	50	30	43	22
OUTROS	07	05	06	20	04	08	04	10	07	07

Base: Entrevistados que afirmam ter votado. (Catterberg, 1985, p.265)

*Descontando, neste caso, as tendências em favor de um novo sistema sócio-econômico, que, como vimos, não chegaram nunca a ser majoritárias.

Esta nova convergência eleitoral, junto ao novo perfil socio-econômico do país e demais tendências já apontadas no final do capítulo anterior no plano partidário e dos movimentos sociais, nos fornecem elementos importantes para entender o peculiar desenvolvimento dos primeiros anos do governo radical.

2 - O PRIMEIRO ANO DE GOVERNO

Nos pontos anteriores fizemos uma descrição bastante detalhada da pesada herança que receberia a nova administração.

As diversas medidas ensaiadas nos vários campos pelo governo radical neste primeiro período demonstram claramente a falta de uma estratégia global e, ao mesmo tempo, e por causa disto, a incerteza sobre os rumos a curto prazo.

A democracia, o desenvolvimento econômico, a soberania nacional, a justiça social, o fim da violência, não são suficientes como plataforma política quando a passagem da oposição para o governo exige que as bandeiras levantadas se transformem em ações concretas e visíveis para o conjunto da sociedade.

Podemos dizer que o primeiro ano se apresenta como ensaio geral das possibilidades de mudança, estabelecendo a correlação entre as tendências da política governamental e as possíveis respostas dos vários setores da sociedade.

Neste processo é que se gesta a verdadeira estratégia dos radicais, cujos frutos serão visíveis a partir de junho de 1985.

a) A Política Econômica

O objetivo prioritário que se coloca neste plano é o da negociação da dívida externa.

A estratégia nos primeiros meses de 1984 aponta para um tratamento político desta questão, buscando articular uma aliança entre países devedores que conflua para uma discussão de caráter global da problemática do endividamento.

Esta perspectiva procura quebrar a prática de negociação individual de cada país com o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo encaminhamento leva sempre a uma discussão técnica da questão, concluindo em programas de ajustamento da economia cujo objetivo principal é o pagamento da dívida e não o crescimento global da economia.

Na busca deste objetivo e aproveitando uma conjuntura inicial favorável pela volta do país ao regime democrático, junto com uma certa "boa vontade" por parte dos governos dos países credores, o governo inicia uma política de endurecimento com o FMI, tentando uma negociação política de governo a governo e apostando no apoio de países como o Brasil e o México para uma ofensiva diplomática latino-americana.

No plano interno, esboça-se uma tendência inicial de retomada do dinamismo da economia apoiada basicamente em melhorias salariais e aumento do consumo que permitem a liquidação de estoques já existente.

No que se refere a diagnósticos mais globalizantes da situação apontando para um plano econômico de médio prazo, devemos esperar até julho, quando o ministro Bernardo Grinspún anuncia as diretrizes principais da política econômica.

Entre estas se destacam as seguintes: (4)

- aumento do nível ocupacional, planos habitacionais e de alimentação;
- crescimento de 5% do PIB para esse ano;
- definição da questão da dívida externa até o final do ano;
- prioridade para o setor agropecuário com aumento da rentabilidade com base no desenvolvimento tecnológico;
- incentivo ao investimento estrangeiro apenas quando incorpore tecnologia inexistente no país;
- estabelecimento de limites à atuação do estado na área produtiva;
- racionalização do sistema financeiro.

Os ecos provocados pelo pronunciamento do ministro em todos os planos da sociedade, sejam os partidos da oposição, a CGT, os empresários da indústria e do campo, confluem em duas afirmações básicas: são um amontoado de objetivos que não esboçam uma estratégia global; demonstram apenas boas intenções sem deixar claro como se concretizarão os objetivos propostos. (5)

A esta altura, já existem manifestações de descontentamento com a gestão da economia, e até o final do ano haverá um grande crescimento da pressão grevista por melhorias salariais.

Como corolário deste primeiro ano de incertezas na área econômica, em dezembro definem-se as negociações com a banca credora.

Após uma postura de endurecimento e por falta de apoio no resto da América Latina, onde principalmente o Brasil empreendeu uma política de negociação individual com o FMI; o governo conclui um acordo nos moldes clássicos criticados anteriormente.

Em linhas gerais, refinancia-se a dívida vencida e ainda por

vencer dos anos 1982, 83, 84, 85 e conseguem-se novos fundos para financiar o balanço de pagamentos até 1985. (6)

Na prática, há um aumento do endividamento cujos efeitos serão visíveis no próximo ano, dado que o pagamento das parcelas que vencem em 1985 comprometem qualquer perspectiva de crescimento e de melhorias sociais.

Desta maneira, os planos anunciados em julho já não respondem à realidade e a credibilidade da condução econômica e do próprio governo declinam.

O acordo é bem recebido pelos setores políticos conservadores nos vários partidos, pelos empresários, embora com uma ressalva: se era para fazer esse tipo de acordo, por que passar um ano "brigando" com o FMI? Se este mesmo acordo tivesse sido concluído no início o ajustamento interno da economia teria ganho um ano.

O movimento sindical e a esquerda como um todo condenam o atrelamento do país à política do imperialismo, e alguns setores avançam na tese que questiona a justiça do pagamento da dívida. (7)

b) A normalização sindical

No balanço feito anteriormente sobre a herança do "Processo..." no plano do setor assalariado, verificamos a diminuição quantitativa da classe operária industrial em relação ao aumento do número de trabalhadores por conta própria e do emprego no comércio e nos serviços.

Se somarmos a isto a intervenção dos sindicatos por parte do governo e a permanência de direções, em alguns casos, eleitas na época

peronista, e outras formadas por comissões nomeadas pelo próprio regime, o quadro se apresenta bastante problemático.

Esta situação leva a duas questões importantes na definição do novo perfil do sindicalismo argentino.

Em primeiro lugar, a composição da base social dos sindicatos dadas as mudanças na composição do setor assalariado.

Dados recentes (Pacomino, 1986, p.14) colocam que entre os dez maiores sindicatos do país, em que o número de inscritos é de 1.800.000, apenas um se apresenta como tipicamente industrial, o metalúrgico; os outros dois são representativos dos operários da construção e ferroviários e o resto, majoritário, corresponde aos comerciários (o maior) e serviços (educação, saúde, administração pública).

No plano da correlação de forças na CGT, isto implica em algumas mudanças dado que já não basta representar os metalúrgicos para exigir a liderança, quase natural anos atrás.

Em segundo lugar, a legitimidade das direções se vê questionada pela falta de renovação das cúpulas dado o quadro de intervenção acima descrito.

Por estes motivos, a primeira iniciativa do governo em matéria sindical será o envio ao parlamento de uma lei de normalização.

Os pontos principais desta lei são os seguintes:

1 - a renovação das autoridades sindicais deve começar na eleição de delegados e comissões internas e posteriormente nas entidades gremiais nos vários graus até a CGT.

2 - as eleições devem ser convocadas por um administrador ou comissão transitória nomeada pelo Ministro do Trabalho.

3 - o controle do processo eleitoral deverá ser feito por uma

Junta Nacional Eleitoral.

4 - representação na direção para a minoria que obtenha 25% dos votos.

5 - não se exige, por esta vez, antiguidade na atividade gremial para poder ser candidato.(8)

Esta lei é aprovada na Câmara dos Deputados e derrotada por um voto na Câmara dos Senadores, onde a capacidade de articulação dos dirigentes sindicais foi decisiva.

Para evitar o impasse, se iniciam negociações entre o governo e os líderes sindicais que culminam num acordo referendado pelo Congresso Nacional.

Pela nova lei, as eleições serão efetivadas da seguinte maneira:

1 - Inicialmente nas entidades de primeiro grau, posteriormente as de segundo e finalmente na CGT. A eleição de delegados de empresa e comissões internas serão encaminhadas pela nova direção.

2 - Serão convocadas pelas atuais direções sindicais.

3 - Controladas pela Junta Nacional Eleitoral ou o Ministério do Trabalho, conforme a opção dos dirigentes de cada grêmio.

4 - A representação das minorias será discutida posteriormente as eleições.

5 - Para ser candidato se exigem dois anos de atividade como associado da entidade gremial. (9)

O processo eleitoral começa em setembro de 1984 e apesar do controle exercido pela burocracia, que consegue manter a hegemonia na CGT, em importantes sindicatos como o de mecânicos e afins do transporte automotor (SMATA), dos trabalhadores do Estado (ATE), algumas

regionais da União Operária Metalúrgica (UOM), sindicato dos bancários e outros menores impuseram-se listas pluralistas e de conteúdo antiburocrático.

Antigos dirigentes combativos punidos pelo "Processo..." reconquistaram os seus grêmios e frentes pluripartidárias, congregando, em diversas combinações, peronistas de esquerda, radicais, comunistas, trotskistas, conseguiram importantes vitórias. (10)

Com estes resultados, o controle corporativo da central operária deixou de ser absoluto por parte dos dirigentes tradicionais, tendo-se que passar a conviver com posturas divergentes na própria direção das entidades.

Contudo, estes dados não são promissores se levarmos em conta pesquisas de opinião realizadas entre trabalhadores antes das eleições e que apontavam uma tendência maioritária em favor da renovação e democratização das cúpulas sindicais. (11)

Como desdobramentos do processo que levou, por um lado a elaboração de uma lei eleitoral de compromisso, como dos resultados das eleições, podemos destacar dois pontos importante:

Em primeiro lugar, o enfrentamento entre o governo e as cúpulas sindicais, colocando em pauta um dos principais antagonismos com que o radicalismo se deparará ao longo destes primeiros anos.

A cúpula sindical peronista apesar de algumas divergências internas, consegue agir de maneira articulada nos seus objetivos comuns.

De um lado, no Partido Justicialista em que procura o controle de um movimento em crise, mantendo um bloco importante de representantes no Congresso e participando com destaque nas articulações para

a composição da direção do partido.

Num outro plano, articula via CGT acordos com o setor empresarial (industrial e agropecuário), os partidos políticos e a igreja, visando permanentemente a construção de uma alternativa político e social ao Partido Radical.

Em outro momento, quando analisarmos a política de **concertación** socio-econômico do governo, aprofundaremos esta questão verificando os pontos de acordo entre a dirigência sindical e outros segmentos da sociedade e da política.

Em segundo lugar, começam a se delinear as tendências políticas que dividem o movimento sindical.

Hector Palomino (1986, p.17) destaca como principais, entre os peronistas, a representativa da chamada "burocracia sindical", herdeira do setor "participacionista" da época do regime militar e que tem em Lorenzo Miguel, dirigente da União Operária Metalúrgica (UOM) o seu principal porta-voz; o grupo "dos 25" originário da ala "confrontacionista" e que no plano partidário trabalha pelo fortalecimento da ala renovadora do justicialismo, o que discutiremos mais adiante. E o grupo ligado ao secretário geral da CGT, Saul Ubaldini, de oposição frontal ao novo governo.

Entre os não peronistas, destaca a corrente classista, onde o secretário da seção de Villa Constitución da UOM, Alberto Piccinini, aparece como figura importante e cujas consignas principais são a autonomia sindical tanto dos partidos políticos, como dos patrões e do estado. A do Partido Radical, com presença importante nos sindicatos dos Bancários, Docentes, Comércio, Estatais. Das organizações de esquerda (MAS, PO, PC) e finalmente as correntes que atuam em grandes

centros industriais em Córdoba, Santa Fé e a Província de Buenos Aires, que representam para Palomino "processos de autonomia na ação política gremial".(12)

c) A questão dos Direitos Humanos

O encaminhamento dado pelo governo a este problema neste primeiro ano passa por dois processos paralelos:

1 - entrega-se o julgamento dos militares implicados na violação dos direitos humanos ao âmbito da justiça militar;

2 - constitui-se uma comissão de personalidades encarregada de fazer um levantamento sobre a repressão do Estado durante o regime militar.

O processo de investigação levado a cabo por esta comissão culmina com a exibição de um filme na televisão que procura mostrar da maneira mais clara e objetiva possível a dimensão dos crimes da ditadura, e com a edição de um livro (Nunca Mais), em novembro, que faz o levantamento detalhado de informações e análises do "terrorismo de Estado", qualificativo que enquadra a repressão como política racional levada a cabo pelo Estado militar.

Paralelamente ao processo de investigação, sucedem-se diversas denúncias, busca de possíveis sobreviventes dos campos clandestinos de extermínio, pronunciamentos a favor e contra a posição dos militares nesse processo.

A partir deste momento começam a configurar-se as polarizações em torno das dimensões do problema e o grau de culpabilidade dos acusados.

Há um consenso generalizado na condenação da violência institucionalizada e seus métodos. Na medida em que ninguém pode ser abertamente contra o julgamento negativo do passado recente, as posturas mais tímidas em relação aos militares buscam igualar a sua atitude à da guerrilha dos anos 70, colocando a questão na relação causa-efeito (violência gerando repressão) onde a repressão aparece como resposta necessária e até justa, embora se condenem os "excessos".

A postura contrária, cujos principais porta-vozes são os organismos de defesa dos direitos humanos e os partidos de esquerda, procura o castigo dos culpados, independentemente da sua posição na hierarquia das forças armadas e do alcance numérico da culpabilidade, que na prática incrimina a própria instituição.

Entre estas duas posturas, o governo aparece como defensor das instituições republicanas, da divisão de poderes e da autonomia da justiça "lenta mas eficaz" para decidir a questão.

A partir da defesa dos posicionamentos expostos acima é que surgirão os primeiros desentendimentos entre o governo e as "Mães da Praça de Maio", principais porta-vozes da segunda postura. Assim começa o distanciamento entre o governo e o principal movimento popular de combate à ditadura. A partir deste momento, a questão dos direitos humanos passa a ser barreira constante no projeto de democracia de Raul Alfonsín.

A parte ética do justo castigo aos culpados como premissa do "Nunca Mais" começa a subordinar-se a um projeto político que prega a conciliação pacífica dos contrários.

No mês de outubro a justiça militar considera-se incompetente para agir no julgamento dos militares envolvidos na repressão. O as-

sunto passa para as mãos da justiça civil.

A partir deste momento, o processo assume definitivamente a sua dimensão política, eliminando a separação entre assuntos de competência militar e de competência civil.

d) O Pacto Social como Política Governamental

Até aqui, analisamos o tratamento dado pelo governo às questões críticas da conjuntura. Tendo em vista a definição de políticas para médio e longo prazo como são a consolidação do regime constitucional e as estratégias de desenvolvimento econômico, o instrumento privilegiado é a chamada política de *concertación* sócio-econômica.

Basicamente, esta política procura articular acordos estáveis entre empresários, trabalhadores e Estado na definição dos rumos da política econômica e social. Neste sentido, o Estado define estratégias de médio e longo prazo que levam em conta os acordos concertados entre os setores sociais através da sua representação corporativa.

Do ponto de vista estratégico, existem alguns pressupostos para a viabilidade de um "pacto social" desta natureza.

Em primeiro lugar, uma definição do modelo sócio-econômico do país para o qual as diversas estratégias apontam. Pelo menos a médio prazo.

Em segundo lugar, e na medida em que os acordos procuram a estabilidade do sistema, a renúncia por parte do setor assalariado de reivindicações que questionem a própria natureza do mesmo. Isto enquanto durar o pacto.

Em terceiro lugar, a representatividade das corporações que

negociam em nome dos trabalhadores e dos empresários. (13)

Vejamos como estas questões se colocam na prática.

A abertura formal da "Concertación" (14) se realiza em agosto de 1984 e é a partir deste momento que desenvolveremos a nossa análise.

O primeiro que se observa a partir das reuniões iniciais, é uma preocupação quase que exclusiva dos diversos grupos (incluindo o Estado) em trabalhar com as questões de encaminhamento imediato. Mais do que uma discussão sobre projetos econômico-sociais, temos uma concepção de negociação que procura dividendos políticos conjunturais.

Neste sentido, cabe a colocação do jornal El periodista analisando os primeiros meses deste processo:

"Enquanto a **concertación** foi interpretada pelo governo como uma ferramenta para comprometer e disciplinar os setores sociais e assim controlar as expectativas econômicas, para o establishment tradicional associado à Confederação Geral do Trabalho (CGT) constitui o marco apropriado para reagrupar forças em apoio e um plano econômico alternativo ao do radicalismo".(15)

Dentro desta perspectiva, observaremos no lado do governo uma tentativa de ganhar tempo e cobertura política para a gestão da crise imediata, o que exige medidas que afetam o setor produtivo.

A negociação da dívida externa, a inflação, a recessão, o desemprego e a queda dos salários praticamente tornam a **concertación** um palco de negociações extremamente desgastante, dadas as permanentes mudanças de atitude dos diversos agentes que procuram não perder terreno numa situação de incerteza constante sobre os rumos da economia.

Isto dificulta o estabelecimento de pautas de discussões so-

bre "grandes temas" como a reativação da economia, a promoção industrial, a política salarial e o emprego.

Mesmo assim, podemos esboçar algumas tendências permanentes.

No processo de abertura formal das negociações se explicita como objetivo a curto prazo a necessidade de se fazer um diagnóstico conjunto da situação econômica do país, tendendo posteriormente para a elaboração de um plano econômico de médio e longo prazo.

Para isto, o governo propõe a formação de dez comissões intersetoriais a partir dos seguintes temas: questão agrária, reforma da lei de impostos, dívida externa, perfil industrial, exportações, política salarial, eliminação do controle de preços, previdência social.

No final de setembro são entregues os diagnósticos sobre a situação do país. Numa postura inédita, tendo em vista as tendências predominantes no passado, a CGT, a União Industrial Argentina (UIA), a Sociedade Rural Argentina (SRA), entre outros grupos empresariais da indústria e do Setor Agropecuário, entregam um documento unitário em que expressam confluências importantes:

- necessidade de implementar um crescimento rápido e permanente que ocupe a capacidade instalada e amplie, via investimentos, a estrutura produtiva.

- necessidade de um programa explícito do governo sobre as metas econômicas a médio prazo.

- reajuste do sistema produtivo a partir do fortalecimento da iniciativa privada como única maneira de melhorar o padrão de vida da população.

Por parte do setor empresarial, é visível a satisfação pelas convergências expressas no documento, que qualificam de inédito. No

lado dos sindicalistas que negociam na *concertación*, talvez as afirmações de Jorge Triaca, um dos principais dirigentes, sejam esclarecedoras:

"Muitos não entendem que o nosso não é um sindicalismo clasista senão que está capacitado para conviver com outros setores do corpo social, o que o converte por isto num fenómeno único.

(...) (Pretendo) pôr a estrutura sindical fortalecida a serviço da sociedade e não contra ela (já que) o nosso gremialismo nasceu e cresceu com o capital.

(...) é necessário repatriar as riquezas, convocar o capital multinacional; sei que por isto vão me chamar de capitalista ou liberal, mas é o único caminho". (16)

A convergência CGT-Empresários de um lado, e o governo do outro, demarcarão dois campos divergentes na *concertación*.

No plano da CGT, com o desenvolvimento da conjuntura económica, já descrita no início do capítulo, principalmente a partir do acordo com o FMI sobre a dívida externa, o distanciamento com as propostas do governo será maior.

Fora as questões salariais, a devolução das obras sociais, sob intervenção desde o regime militar, e ainda sem definição por parte do novo governo, passa a ser um argumento decisivo nas negociações.

Observando o comportamento da CGT na mesa da *concertación*, comprovamos uma atitude que privilegia, acima das reivindicações da classe, a obtenção de um benefício constante para o setor dirigente como é o controle das obras sociais. Desta maneira, condiciona por diversas vezes a sua permanência nas negociações à obtenção desta reivindicação, não vacilando em pactar com o setor empresário políticas

altamente prejudiciais para os assalariados como são os acordos de março de 1985, propondo a diminuição do gasto público, a redução da pressão tributária e a privatização de empresas públicas, o que certamente acarretaria num processo recessivo a curto prazo.

Esta aliança com os empresários procura dividendos políticos, na articulação de uma frente com os partidos desarrollista e peronista (onde tentam a hegemonia) como os principais que se apresentam como alternativa ao radicalismo.

A elaboração das propostas econômicas da entidade sindical parte de uma assessoria dirigida por Alfredo Gomez Morales, ex-ministro da Economia de Perón e que representa a ala conservadora do peronismo, com um diagnóstico da economia que aconselha políticas ortodoxas que adaptem o país ao perfil exportador, restringindo o mercado interno e conseqüentemente o consumo do setor assalariado.

No lado do governo, se busca implementar uma política econômica que assegure a gestão da crise a curto prazo, neutralizando a oposição organizada dos trabalhadores e o boicote empresarial, já que os partidos da oposição passam por crises internas que os impedem de ter uma atitude coesa perante o governo.

Do lado dos empresários não há uma postura articulada. Tendem a dar apoio à gestão de Alfonsín embora receiem a falta de um plano econômico coerente, a partir do qual negociar. Desta maneira fazem alguns acordos com a CGT.

A materialização das posturas do governo e do bloco liderado pela direção da CGT se efetiva entre os meses de janeiro e abril de 1985 em que são dadas a conhecer as "Linhas Gerais de uma Estratégia de Crescimento Econômico 1985-1989" elaborado pela secretaria de pla-

nejamento, cujo titular Juan Sourrouille será o novo ministro da Economia a partir de março; e a proposta econômico-social da CGT, que expõe com algumas modificações as propostas de Gomez Morales.

O "Plano Sourrouille", dado a conhecer em janeiro, "(...) propõe um "ajuste positivo" da economia argentina, baseado num incremento anual cumulativo de 7% das exportações nos próximos 5 anos e de 10% nas importações, para permitir o reequipamento industrial; o PIB crescerá em 4% anual e os investimentos totais chegarão a 19% do PIB no final do período, reduzir-se-á o setor público, que passaria a representar de 44,5% do PIB na atualidade a 41,8% em 1989". (17)

As posturas críticas e favoráveis ao plano coincidem em um ponto, trata-se de um plano agro-exportador, que privilegia o mercado externo. Ao mesmo tempo em que se elogia a existência de um plano concreto, questiona-se a sua viabilidade.

A proposta cegetista, dada a conhecer em março, coloca no plano central a luta contra a inflação e a busca do crescimento econômico para atender tanto as necessidades internas do país como os compromissos externos da dívida.

A explicação do plano tem três pontos de destaque: (18)

a) Política de produção e investimentos, atraindo capital estrangeiro e repatriando os capitais nacionais aplicados no exterior.

b) Política salarial que associe o crescimento econômico ao aumento do ingresso do setor assalariado, numa política distributiva.

Devolução das obras sociais para os sindicatos.

c) Redução do déficit público embora com a manutenção das fontes de trabalho no setor estatal.

Liberação dos preços.

A partir da explicitação dos dois planos, vemos que as possibilidades de acordo não estão comprometidas nas questões de médio prazo, em que as diferenças não são de caráter antagônico. A ênfase dada pelo governo para a política exportadora implica mudanças importantes na estrutura interna do país, que dizem respeito ao papel da pequena e média empresa e setor assalariado. Nisto o plano é ambíguo, sendo que, de alguma maneira, a proposta cegetista o complementa com medidas que tratam da melhoria estrutural do salário e da manutenção das fontes de trabalho.

A questão das obras sociais é que aparece problemática na negociação. Isto significa que há acordo estratégico entre os três setores no que se refere ao modelo econômico.

Restaria ver, remetendo-nos aos três pressupostos do pacto social colocados anteriormente, o grau de representatividade das corporações, principalmente a cúpula da CGT, e o grau de afinidade do setor assalariado com o modelo de capitalismo associado. Isto será analisado mais detalhadamente no capítulo final.

NOTAS

- (1) SAAVEDRA, E., 1984, p. 26
- (2) Folha de São Paulo, 1 de novembro de 1983.
- (3) CATTERBERG, 1985, p. 260.
- (4) **El Bimestre Político y Económico**, nº 16 (julio-agosto, 1984), p. 48.
- (5) **El Bimestre ...** ídem anterior, p. 49.
- (6) **El Bimestre ...** nº 18 (novembro-dezembro, 1984), p. 61
- (7) **El Bimestre ...** ídem anterior, p. 62
- (8) - (9) **El Bimestre ...**, nº 16, "Un proyecto de recordenamiento sindical derrotado; un código electoral convertido en ley", documento.
- (10) Ver AZNAREZ, Carlos, "Renovación sindical: no solo un maquillaje". **El Periodista de Buenos Aires**, nº 15, dezembro de 1984.
- (11) **El Bimestre ...** nº 14 (maio-junho, 1984)
- (12) Não encontrei maiores definições sobre o que seriam estes processos e a sua magnitude. Neste sentido, reproduzo integralmente as in-

formações do autor: "Em parte, como no caso das coordenadorias regionais de base, estes movimentos supõem uma ampliação da esfera social de ação dos sindicatos. Em parte, também, sobretudo no caso das regionais da CGT, aparece como indicador da dispersão do poder sindical, reflexo das suas divisões internas e do questionamento da tradicional direção centralizada da CGT" (Palomino, 1986, p. 18)

(13) Para um tratamento específico da questão do Pacto Social ver: GROSSI, Maria e DOS SANTOS, Mario R., "La concertación social: una perspectiva sobre los instrumentos de regulación económico-social en procesos de democratización", in **Proceso, crisis y transición democrática**, V. 1, OSZLAK, Oscar (org.). Centro Editor de América Latina, 1984.

(14) Nome que se dá na Argentina ao processo de discussão inter-setorial entre sindicatos de patrões, assalariados e Estado.

(15) Ver GRIMBERG, Gabriel, "El grupo de los nueve y el gobierno" em **El Periodista de Buenos Aires**, nº 15, dezembro de 1984.

(16) **El Bimestre** ... ob. cit., p. 45

(17) **El Bimestre** ... nº 19 (enero-febrero, 1985), p. 22

(18) Ver **El Bimestre** ... nº 20, p. 58.

CAPITULO VI

1985 : A INSTITUCIONALIZACAO DO REGIME DEMOCRATICO

1 - A CONJUNTURA POLÍTICA ENTRE ABRIL E JUNHO DE 1985

São de amplo conhecimento as medidas radicais de política econômica implementadas a partir da segunda quinzena de junho com o nome de "Plano Austral", assim como o desenvolvimento e conclusão do julgamento dos comandantes das juntas militares que governaram o país entre 1976 e 1983. Estas duas questões por si só já demonstram uma importante mudança nos rumos da transição política.

A partir do segundo semestre de 1985, todas as incertezas e ambiguidades que marcaram o primeiro ano de gestão radical dão lugar a um período de definição de posturas tanto oficiais quanto oposicionistas.

A nova conjuntura obriga os agentes políticos e econômicos a pensar o país estrategicamente, trabalhando a médio e longo prazo.

Neste sentido os três meses anteriores à decretação das medidas econômicas de choque expressam nitidamente o estágio crítico a que se chegou, com a economia sem controle e a incapacidade de fechar acordos com o FMI, com a CGT implementando medidas de força, a direita arregimentando apoios contra o julgamento dos militares, os setores progressistas buscando a estabilidade da democracia, num processo geral de crescente aceleração da polarização política, quando todas as contradições sociais afloram a um mesmo tempo e exigem respostas imediatas para todos os problemas.

Para ilustrar este processo e tornar compreensíveis as mudanças posteriores, enumeraremos os principais acontecimentos entre abril e junho: (1)

-02/04 : O deputado Alvaro Alsogaray, principal dirigente da U.C.D. (União do Centro Democrático), partido de ideologia liberal, declara em entrevista que as pessoas desaparecidas durante o regime militar morreram em combate, concordando com a sua aniquilação que, segundo ele, deveria repetir-se caso as condições do país voltassem a ser como em 1975. Ao mesmo tempo afirma que o informe "Nunca Mais", da Comissão de Desaparecidos Políticos, é falsa.

-04/04 : As entidades de defesa dos direitos humanos organizam uma mobilização de apoio ao julgamento contra as juntas militares. A CGT declara que não participará.

-09/04 : Aparecem comentários na imprensa sobre possíveis articulações para levar a cabo um golpe de Estado, em que estariam implicados "dois conhecidos generais do 'processo', com respaldo de diversos políticos e um 'sindicalista' importante".

-20/04 : Dá-se a conhecer um plano de luta da CGT que prevê greves por tempo determinado e mobilizações, buscando definições do governo no que respeita ao setor produtivo. O plano contempla a busca de unidade com o setor empresarial.

-23/04 : Inicia-se o julgamento dos ex-comandantes das juntas militares. Cem mil pessoas assistem ao ato público convocado conjuntamente pelas entidades de defesa dos direitos humanos, o Partido Intransigente, o Partido Comunista, o Movimiento al Socialismo, etc., como principais forças em apoio ao julgamento.

-25/04 : Um dos secretários da CGT, Raul Baldassini, é chamado a depor no julgamento a pedido da defesa, e afirma que desconhece casos de operários desaparecidos durante o regime militar.

-26/04 : Estas declarações geram respostas imediatas de outros

setores sindicais, que exigem o total esclarecimento dos desaparecimentos. Por outro lado, o dirigente sindical J. Triaca, também secretário da CGT, declara que o tratamento recebido quando foi preso em 1976 foi "exemplar", não tendo queixas a esse respeito.

-27/04 : Em ato público chamado pelo governo em apoio à democracia, o presidente Alfonsín dá a conhecer as medidas que pretende implementar no que ele chama de "economia de guerra": "Redução dos gastos do estado, aumento da tributação, aumento do investimento estrangeiro, 'poupança obrigatória' entre os contribuintes dos impostos sobre os lucros e patrimônios brutos, e apoio tecnológico e creditício para o setor agropecuário, entre outras medidas".

Os grupos do Partido Intransigente, Partido Comunista, Juventude Peronista e setores independentes se retiram do ato, em protesto pelos anúncios feitos, que ironicamente atribuem a "la mano de Alvaro Alsogaray".(2)

-03/05 : Em resposta às declarações do dirigente sindical que afirmou desconhecimento sobre casos de operários desaparecidos na época do regime, a presidenta da entidade de direitos humanos "Mães da Praça de Maio" destaca que a CGT nunca fez nada pelos desaparecidos.

A central sindical propõe a organização de uma comissão de defesa dos direitos humanos na própria CGT.

-05/05 : Pesquisas de opinião destacam que aumentou o número de indecisos para as próximas eleições legislativas, o Radicalismo e o Justicialismo perderam alguns pontos na preferência do eleitorado, sendo que os descontentes tendem a se inclinar para a esquerda, basicamente o Partido Intransigente.(3)

-10/05 : Num dos atos públicos convocados pela CGT no seu plano

de lutas , o dirigente Saul Ubaldini dá um ultimato ao governo: "ou mudam a política econômica ou então vão embora".

-15/05 : As gestões da CGT para conseguir o apoio dos empresários para o plano de lutas não tem a acolhida esperada.

-24/05 : Ato público convocado pela CGT reúne 150.000 pessoas na Praça de Maio. A paralização marcada para este dia tem apoio parcial.

-01/06 : Após suspender temporariamente o plano de lutas, a CGT obtém do governo a devolução da sede da entidade, desapropriada pelos militares.

-02/06 : Pesquisas de opinião mostram ligeira queda da popularidade de Alfonsín.

-04/06 : O jornal La nación informa que no encontro entre o presidente da U.C.D. (União do Centro Democrático), deputado Alvaro Alsogaray, e Saul Ubaldini, secretário da CGT, não faltaram coincidências. "De acordo com o jornal, Ubaldini sugeriu a Alsogaray que para melhorar o andamento da sua organização, ganhasse a confiança da Igreja, remarcando que o seu liberalismo não é ideológico senão econômico, e também a das forças conservadoras tradicionais.(4)

-13/06 : A CGT anuncia o prosseguimento do seu plano de lutas, interrompendo o diálogo com o governo.

"O governo nacional lança um plano de Reforma Econômica para atacar em todas as frentes a inflação".(5)

As principais medidas do plano econômico são as seguintes:

- Congelamento dos preços ao valor do dia 12 de junho.

- Os salários serão congelados, contemplando o aumento de 22,6% em junho (no primeiro semestre de 1985 os salários são atualiza-

dos mensalmente ao valor de 90% da inflação do mês).

- Cria o austral, nova moeda cujo valor equivale a 1.000 pesos antigos, mantendo uma equivalência com o dólar correspondente a 1 dólar = 0,8 austrais.

-O estado se compromete a não emitir moeda para financiar o déficit.

-As taxas de juros serão de 4% para depósitos e 6% para empréstimos a 30 dias.

-Eliminação do déficit público com impostos adicionais e maiores tarifas nos serviços.

2 - O PLANO AUSTRAL: O ESTADO RETOMA O CONTROLE DA CONJUNTURA ECONÔMICA

No ponto anterior discutimos os desdobramentos políticos imediatos de uma conjuntura de crise. No entanto, para entender o contexto mais amplo em que se dão as definições do governo seria importante enumerar algumas tendências estruturais que levariam, caso não se tomassem medidas drásticas, a uma crise de tal magnitude que colocaria em risco o funcionamento do próprio sistema. Vejamos: (6)

- A inflação média dos últimos 10 anos na Argentina foi de 300% ao ano com o agravamento do segundo trimestre de 1985 em que chegou aos 30% mensais.

- Uma das consequências desta situação é a permanente busca por parte dos diversos setores da sociedade de opções de rentabilidade que pelo menos mantenham o seu poder aquisitivo. Aplicações no mercado financeiro, compra de moeda estrangeira, de bens imóveis etc.

Este processo chegou ao seu limite no último ano, em que a economia passou praticamente a operar em dólares. Salvo os assalariados e o Estado, cujos vencimentos se definem pela moeda do país, a maior parte das transações econômicas se realizam tomando como referência a relação peso-dólar.

- O setor financeiro, como vimos, bastante fortalecido durante o regime militar, começa a se transformar num dos elementos decisivos na definição dos rumos da economia, chegando às vezes a superar o próprio estado.

Com a dolarização da economia, a escassez de dinheiro aumenta profundamente, assim, as taxas de juros tendem a crescer, pressionando para cima o cálculo de custos das empresas, que passam a conceber seus lucros com os parâmetros do mercado financeiro, buscando maiores vantagens do que obteriam investindo na especulação.

Desta maneira, o setor financeiro, com a capacidade para definir a taxa de juros e como consequência a estabilidade dos preços, passa a agir com um grau de autonomia que lhe permite bloquear o poder de ação do Estado.

"No aspecto político, as consequências são conhecidas. O setor financeiro dirigia a economia argentina, na medida em que certo grupo de especuladores podia aumentar o valor do dólar, com seus efeitos sobre os preços internos, e regular a taxa de juros que, além de assegurar-lhe grandes benefícios, originava também impulsos inflacionários. Este setor tinha maior capacidade para regular a economia do que o próprio Estado, com a desvantagem para este último de ter que carregar o cus-

to político de uma situação de conjuntura criada por aqueles. (...) A conclusão fundamental consiste em que o setor público carecia, independente da sua vontade das possibilidades de regular a economia nestas condições, e isto era o que levava os seus programas gradualistas ao fracasso.

(...) Quando a moeda deixa de ter valor e o Estado perde o controle sobre ela não resta outro caminho que o de mudar bruscamente as regras do jogo. Isto permitirá uma estrutura estável de preços, tarifas e salários que implique recuperar para o Estado a direção da conjuntura econômica". (7)

Dentro desta perspectiva, podemos dizer que o "plano austral" vem ao encontro de dois problemas básicos: No plano estrutural, busca retomar para o Estado o controle de decisão política na economia. No plano conjuntural, responder aos impasses do pacto social e ao isolamento político do governo, com uma atitude unilateral de impacto imediato que reconstitua o consenso político e social que o levou ao poder.

Tanto para os formuladores teóricos do plano como para o governo, o retorno do controle da conjuntura econômica pelo estado é a premissa básica para poder pensar nos problemas de médio e longo prazo a que nos referimos anteriormente.

Seria importante então retroceder um pouco no tempo para conhecer a origem da formulação de um plano deste tipo, que certamente responde a um diagnóstico específico da situação do país e às suas possibilidades futuras de crescimento.

a) A FORMULAÇÃO DO PLANO (8)

Com o golpe militar de 1976, as possibilidades da pesquisa científica nos organismos vinculados ao Estado, incluindo a universidade, viram-se bastante reduzidas.

Um grupo de economistas até então vinculados à Universidade de Buenos Aires, organismos internacionais como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e instituições estatais, decidem unificar esforços no sentido de tornar viável a atividade de pesquisa como forma de recuperar de alguma maneira a vida acadêmica e profissional.

Confluindo no interesse em estudar as experiências econômicas dos países do cone sul da América Latina, discutindo as possibilidades de crescimento com alta inflação, começam a trabalhar no Centro de Estudios sobre el Estado y la Sociedad (CEDES), centro de pesquisa organizado em 1975.

Em 1979, organizam um seminário chamado "Teoría Económica e Problemas Argentinos", no qual participam vários profissionais que, na sua maioria, fazem parte da atual equipe econômica liderada pelo ministro Juan Vital Sourrouille.

Com o processo de abertura política iniciado em 1983, o seminário se transforma num esquema preparatório para a formulação de programas econômicos de curto prazo para os partidos Justicialista e Radical, levando em conta a "falência técnica que tinham os partidos democráticos que vinham do congelamento, sem prática de um debate interno" (9)

Na avaliação deste grupo de economistas, já se esboçava a necessidade de aplicação de um choque econômico que parasse a inflação

no início do próximo governo democrático, em que as expectativas da opinião pública geral oferecem uma maior margem de manobra.

Por questões que vão desde o triunfo inesperado do radicalismo e a entrega da gestão econômica aos setores de militância antiga no partido, com maior força na correlação interna da agrupação, o traslado da maior parte do seminário do CEDES (excluindo os peronistas) para a Secretaria do Planejamento, liderada por Sourrouville, e a idéia de que uma reforma deste tipo implica num tempo relativo de preparação para evitar riscos inesperados, adiam-se as decisões a respeito, mantendo-se a discussão no âmbito do grupo de economistas do CEDES, que passam a trabalhar na busca de definições mais precisas, adequadas aos próximos rumos da economia com o novo governo.

No seu conjunto, as discussões retomam estudos desenvolvidos por diversos economistas da América Latina a partir da década de setenta e que buscam definir o caráter da inflação, apoiados basicamente nas experiências dos seus próprios países.

Esta escola de economistas, geralmente definida como "neoes-
truturalista", desenvolve a teoria da "inflação inercial".

"Num diagnóstico muito simplificado, podemos dizer que a inflação, qualquer que seja a sua causa original (um choque de oferta ou de demanda), uma vez instituída, explica-se por si mesma. (Isto acontece) porque os agentes econômicos fazem arranjos institucionais para tentar manter o pico da renda real que receberam no período anterior, para o qual inventam fórmulas de indexação e hábitos de fixação de preços aos efeitos de manter os preços relativos. Em termos descritivos, seria uma luta permanente pela apropriação da renda" (10)

Nesta linha, o choque antiinflacionário opera contra os meca-

nismos descritos, que tornam a inflação um processo auto-alimentado, mudando as regras do jogo.

Durante o ano de 1984, dá-se continuidade às discussões focalizando experiências estabilizadoras já acontecidas no passado (Argentina na época de Perón com Gomes Morales entre 1952-53 e Gelbard entre 1973-74, e no regime militar de 1966-73 com Krieger Vasena; a Alemanha de 1923 e china de 1949 como as principais). Em todo este período se costuram os detalhes finais de uma política econômica alternativa cuja oportunidade aparece com a renúncia do ministro B. Grinspun e a nomeação de Sourrouille em seu lugar.

Os detalhes da implementação do plano já foram descritos, vejamos agora as diversas reações que suscitam, e a evolução da conjuntura política e econômica no segundo semestre do ano.

3 - O SEGUNDO SEMESTRE DE 1985: A DEFINIÇÃO DOS RUMOS DA TRANSIÇÃO

Como foi colocado anteriormente, a evolução da conjuntura política nos meses prévios à decretação das medidas econômicas, apontava para a construção de uma aliança entre o pólo conservador da oposição (sindicalismo burocrático, liberais, desarrollistas, direita peronista) na perspectiva de estruturar uma política alternativa de peso à do governo radical.

Não se contava nestes meios com uma reação deste tipo por parte do oficialismo.

A surpresa inicial levou a maioria dos setores políticos da oposição a caracterizar estas medidas como aventureiras, variando os qualificativos conforme a tendência política.

Com o passar do tempo e a verificação de que o plano vinha para ficar, ao mesmo tempo que representava uma visão específica da realidade do país e, portanto, não uma aventura, as opiniões foram deixando de lado o tom emocional para passar a uma avaliação técnica e política do mesmo.

Para a esquerda, a nova política representa a sujeição do país ao FMI, na medida em que o plano aponta para um ajustamento interno que permita saldar as contas externas, sacrificando os assalariados pelo congelamento das perdas acumuladas nos últimos nove meses em que os ajustes de salários correspondiam a 90% da inflação de cada mês.

A CGT, ao mesmo tempo em que suspende as medidas de luta já programadas, aponta para a defasagem salarial que seria de 50% nos últimos nove meses, propondo que o congelamento seja feito com um prévio aumento de 50% dos salários.

A União Industrial Argentina (UIA) destaca a importância do congelamento, o apóia, embora ressalve que a questão do crescimento econômico fica comprometida com o pagamento da dívida.

A CARBAP, associação que congrega os produtores rurais da região pampiana, apóia as medidas e chama à compreensão e apoio da sociedade para estas. (11)

Alvaro Alsogaray, dirigente da UCD, critica o aspecto dirigista presente nas medidas, em que, por iniciativa do Estado, se congela a economia, embora ressalve alguns aspectos originais como são a pretensão de reduzir o déficit orçamentário e não emitir moeda.

Para ele, a aplicação destas duas medidas pode tornar o plano viável, embora duvide que o Estado deixe de emitir moeda e não concor-

de com o congelamento num prazo muito longo, conforme anunciara o governo. (12)

No Partido Justicialista, com poucas exceções como a do governador da província de la Rioja, Saul Menem, um dos principais representantes da ala renovadora, e que se coloca a favor das medidas e em apoio ao governo, as posturas são de ataque frontal.

Entre outros qualificativos, comparam-se as medidas com um golpe de Estado contra o parlamento, não consultado para uma reforma de tamanho calibre, e que entrega o país ao FMI. Fora estas afirmações, não aparecem análises mais profundas sobre o assunto.

Apesar do desencontro entre as diversas opiniões em que se misturam a carga emocional e a defesa de interesses setoriais, um dado novo começa a apaziguar os ânimos, tornando mais cautelosas as declarações: o apoio popular generalizado às medidas e o crescente prestígio do governo perante a opinião pública.

Até este momento existiam várias articulações visando as eleições de novembro para renovar um terço do parlamento, e que apostavam no fracasso da gestão radical atacando nas frentes econômica e política no caso do julgamento das juntas militares.

O posicionamento da esquerda nestas questões passava pela tentativa de sustentar e fortalecer o processo democrático sem se comprometer com a política econômica do governo.

No seu conjunto, as articulações políticas trabalhavam basicamente com o curto prazo, ecaminhando as críticas contra a paralisia do governo, a indefinição nos grandes temas e prometendo saídas "salvadoras".

A retomada da iniciativa de forma tão abrupta por parte do

governo junto com o apoio popular generalizado congelam as expectativas imediatas da oposição.

Se um dos objetivos fundamentais do plano era a estabilização da economia e a possibilidade de realizar um debate conjunto sobre as perspectivas do capitalismo na Argentina e as condições para o crescimento econômico, no plano político obriga a todas as forças organizadas a formular análises menos comprometidas com o efeito imediato, passando a preocupar-se com projetos que levem em conta a visão estratégica do país.

Neste sentido, passados os momentos iniciais da implantação do plano, os novos debates que se realizam refletem preocupações substantivas como o papel das pequenas e médias empresas no perfil futuro do capitalismo argentino, que tipo de indústrias serão privilegiadas pela política de reativação industrial que o governo possa implementar, o perfil econômico-social do país e o lugar do mercado interno e das exportações, do campo e da indústria, e das alianças políticas e sociais necessárias.

No campo da esquerda, se discutirá a problemática da dependência como fator determinante do subdesenvolvimento e do socialismo como perspectiva associada à luta de libertação dos centros imperialistas. Na questão das alianças que viabilizam esta postura o empresariado nacional já não aparece como possível protagonista. (13)

Para entender como estas questões se colocam no processo político imediato, vejamos o desenvolvimento da conjuntura política e econômica no segundo semestre do ano:

1) No plano econômico, o balanço do período junho-dezembro apresenta as seguintes características:

- queda da inflação; de 30,5% no mês de junho passa a 6,2; 3,1; 2,0; 1,9 e 2,4% nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro;

- no plano salarial, a perda já assinalada anteriormente correspondente aos nove meses prévios ao pacote econômico, soma-se a inflação dos meses posteriores.

As negociações entre o governo e sindicatos nesta questão se mantêm num impasse até hoje, com indefinições do primeiro e ameaças de greve nos segundos.

- No lado agropecuario, os avanços tecnológicos no aproveitamento intensivo do solo se materializam na colheita recorde no ciclo 1984-85. Mesmo assim, no final do ano uma série de inundações comprometem o novo ciclo;

- Mantêm-se a contração da produção industrial;

- Concretiza-se o refinanciamento parcial da dívida externa num total de 16.500 milhões de dólares correspondentes ao período 1982-85;

- O balanço comercial do ano apresenta um superavit de 10% com respeito ao ano anterior. (14)

2) No plano político, dois acontecimentos marcam este período:

No dia 3 de novembro realizam-se as eleições legislativas para renovar um terço do parlamento cujos resultados apontam para novos alinhamentos políticos.

O radicalismo mantém a liderança na preferência do eleitorado, embora com uma pequena diminuição do percentual de votos (48% em 1983 para 43% em 1985). Isto permite um certo fôlego para dar continuidade às iniciativas no campo econômico e político.

O peronismo perde importante caudal de votos (38% em 1983 para 34,5% em 1985) e na divisão das correntes internas que compõem o movimento, o setor renovador, com um discurso e uma prática mais democráticos, aparece como principal vencedor em detrimento dos setores da direita.

Aumenta o número de eleitores com definições ideológicas mais precisas.

Na direita, a União do Centro Democrático (UCD) aparece com alguma representatividade nas juventudes de classe média alta para cima, que aderem às teses do liberalismo como ideologia política de uma democracia moderna, diferentemente da direita conservadora tradicional que tende mais para as teses do liberalismo econômico. O percentual de votos alcançado é de 3,5%.

Na esquerda, o Partido Intransigente, que congrega vastos setores da juventude universitária, consegue ampliar o seu apoio para um discurso que coloca a dependência externa no plano estrutural e a dívida como fator visível na luta imediata, como propostas programáticas principais, sem definições estratégicas mais claras. No total dos votos obteve 6%.

O FREPU (Frente del Pueblo), aliança que congrega o Partido Comunista, o Movimiento al Socialismo (trotskista) e setores da esquerda peronista, aparece como segunda alternativa para o voto de esquerda, propondo entre os pontos principais o não pagamento da dívida, o julgamento das juntas militares, o fim do Plano Austral, e a perspectiva da construção de uma frente de libertação nacional e social como saída estratégica para a crise estrutural do país. Recebe 4% dos votos.

No dia 9 de dezembro é anunciado o veredito da sentença dos comandantes das juntas militares.

No exame da Promotoria, baseado na argumentação de que o terrorismo de Estado foi uma política premeditada, organizada e aplicada pelo conjunto das forças armadas, independentemente do comprometimento maior ou menor que cada arma tenha tido, pede-se a prisão perpétua para o conjunto dos chefes militares.

No entanto, a Corte Suprema de Justiça emite a seguinte sentença:

Pena perpétua para Jorge Rafael Videla e Emilio Massera (comandantes do Exército e da Marinha na primeira junta), e penas menores para a Força Aérea cuja participação na repressão tinha sido menor, e absolvição da maior parte dos componentes das juntas posteriores.

Por um lado destaca-se a importância de um fato desta natureza na América Latina, pune-se a impunidade, alerta-se para os desdobramentos possíveis das experiências golpistas, subordinam-se as forças armadas como instituição aos ditames da lei.

Por um lado, e aqui entram as reivindicações dos organismos de direitos humanos, as penas são muito suaves e não correspondem à gravidade dos delitos cometidos.

A questão básica, no nosso entender, passa pelo acatamento ou não da divisão de poderes e da autonomia do poder judiciário. Se esta é aceita, então toda reivindicação tem de se subordinar à lógica da justiça, caso contrário a politização desta questão leva por caminhos diversos, que passam pelo questionamento do caráter da justiça na sociedade capitalista.

No limite, tanto a questão dos direitos humanos como o do pa-

gamento ou não da dívida externa, levam a uma polarização de posições à esquerda e à direita.

A resolução que leva em conta as reivindicações da esquerda de punição a todos os culpados independentemente do grau de responsabilidade na violência, levando em conta principalmente o envolvimento individual na "guerra suja", assim como o não pagamento da dívida externa, traz embutida uma percepção da realidade que procura a transformação estrutural do país a partir de determinados agentes sociais cujos interesses se chocam, no limite, com a lógica do sistema. Qualquer medida concreta que torne possível a resolução destes dois problemas nesta perspectiva, geraria tantas oposições internas e externas que tornariam inevitável o enfrentamento.

No lado oposto, o não enfrentamento da questão baseado na lógica do fim de um ciclo trágico e a necessidade de esquecer o passado para começar tudo com uma mentalidade nova (embora com os mesmos protagonistas de antes), abre espaço para que a história se repita.

Por uma questão de correlação de forças no espectro político e social argentino, que compreende a natureza da direção sindical (majoritariamente conservadora), o apoio eleitoral para posturas de centro, a capacidade operativa do presidente Alfonsín, a divisão e paralisia política no peronismo, a "neutralidade" dos empresários, apoiando criticamente a gestão radical, o isolamento da direita e da esquerda política, todos estes problemas vão sendo resolvidos (para bem ou para mal) na linha centrista do governo radical.

Desta maneira, o presidente Alfonsín termina o seu segundo ano de mandato podendo afirmar que deu encaminhamento prático para a solução dos problemas mais urgentes do país: a crise econômica e a

violência como prática política.

A partir de agora, a oposição deixará de ter como base a paralisia operativa do governo, passando a discutir a natureza da sua política e apresentando alternativas. O debate passa a ser substantivo e a democracia se institucionaliza.

NOTAS

(1) Os dados desta seção foram extraídos dos números 20 e 21 de El Bimestre Político e Económico, esta publicação fornece a reconstrução diária dos acontecimentos mais importantes do país a partir da síntese dos principais jornais e revistas de Buenos Aires.

(2) El Bimestre...., nº 20, p. 97

(3) Pesquisas realizadas pela empresa "Burke, Investigadores y analistas de mercado", reproduzidas em El Bimestre... nº 21, p. 28.

(4) El Bimestre...., nº 21, p.70.

(5) El Bimestre...., ob. cit., p. 78.

(6) Ver SCHVARZER. Jorge. "Cuatro meses de Plan Austral". CISEA, 1985.

(7) SCHVARZER, Jorge "Cuatro meses...", ob. cit.

(8) Os dados para este tópico foram extraídos de diversas entrevistas e artigos de revistas e jornais focalizando a trajetória dos principais protagonistas da elaboração do "Plano Austral". Entre as principais citaremos as seguintes: Revista Humor de 14/07/85, entrevista com Roberto Frenkel; Aportes de Maio, Junho e Setembro, entrevista com Roberto Frenkel e Seminário com os principais funcionários do Ministro da Economia; Prensa Económica de agosto de 1985, matéria intitulada

"La historia secreta del plan "Austral"; Revista Unidos, de agosto de 1985, entrevista con Roberto Frenkel.

(9) Humor, 14/07/85

(10) Aportes, setembro.

(11) El Bimestre, nº 21, p. 81.

(12) Idem anterior.

(13) KOHEN, Alberto . "El P.C. y las alianzas para la liberación". Revista Nueva Era. nº 12. diciembre de 1985.

(14) Datos de El Economista, nº 1848, janeiro de 1986.

CAPÍTULO VII**AS PERSPECTIVAS DA DEMOCRACIA NA ARGENTINA**

No primeiro capítulo, destacamos algumas condições que nos parecem importantes como indicadores da estabilidade política numa situação de transição para a democracia.

Posteriormente, quando analisamos diversos contextos políticos da história argentina recente, procuramos colocar em destaque estes fatores, verificando as diferenças que marcaram cada processo de redemocratização, culminando no atual regime, objeto privilegiado da nossa análise.

Este último capítulo, procura ser uma síntese do que foi colocado, e, ao mesmo tempo, uma análise das tendências possíveis, pelo menos a médio prazo, a partir dos indicadores de que dispomos no momento.

1 - O FUTURO DO CAPITALISMO: ALGUNS PROJETOS DEFINIDOS

"O problema é o setor da burguesia que vai encabeçar o crescimento deste país; penso que isto está em aberto. Nós, os intelectuais, podemos discutir qual gostaríamos que fosse, só que não é por aí que o problema se encaminha. Não há capitalismo sem capitalista e estes por enquanto não querem armar o capitalismo na Argentina". Roberto Frenkel, Revista Aportes, set. 1985

Na concepção dos formuladores do Plano Austral, o objetivo básico é o de estabilizar a economia a curto prazo diminuindo a inflação pelo congelamento de preços e salários e pela eliminação das expectativas inflacionárias no conjunto da sociedade.

Com uma conjuntura econômica estável é possível discutir as questões de médio e longo prazo que dizem respeito ao crescimento econômico, dívida externa, perfil da industrialização etc.

"(...) Estas questões não estão resolvidas no programa anti-inflacionário. Nem se pretendeu."(1)

Passados os primeiros momentos da implantação do plano e já assimilado pelo conjunto da sociedade e pelos diversos setores organizados, o debate principal que polariza as expectativas e os interesses se dirige para a chamada "segunda fase", ou etapa de reativação econômica.

Aparentemente não existem, ou pelo menos não aparecem publicamente, diagnósticos globais tanto do governo como dos setores empresarial, sindical e político, sobre como se daria início a um processo de reestruturação da economia que revertesse as tendências à estagnação predominantes até hoje.

Existem alguns sinais que podem ser deduzidos de estudos elaborados por economistas de afinidade reconhecida com o programa anti-inflacionário e com a atual condução econômica, de pautas de reivindicações dos setores econômicos (empresários e assalariados), de grupos políticos.

É com estas fontes que procuraremos trabalhar na busca de algumas indicações sobre as virtuais tendências econômico-sociais de médio prazo.

Em livro recente, Aldo Ferrer (1985), atual presidente do Banco de la Provincia de Buenos Aires, descreve o contexto global da economia nos planos nacional e internacional, apontando para algumas tendências que ao mesmo tempo condicionam e favorecem determinadas políticas de desenvolvimento para os países da América Latina.

Sinteticamente, o autor parte das seguintes premissas:

- com a revolução tecnológica, uma série de afirmações correntes das décadas anteriores, referentes ao esgotamento dos recursos naturais, contaminação do meio ambiente, diminuição do crescimento econômico, perdem a sua validade pela nova capacidade de multiplicação de bens e serviços;

- a partir da década de 70, o comércio internacional tende cada vez mais a privilegiar os produtos manufaturados e se realiza em 95% entre os países industrializados;

- a periferia deixa de ter um papel estratégico do ponto de vista econômico já que os principais investimentos se veiculam para os países centrais;

- a revolução da informática e a abertura do acesso à informação tendem a diminuir as desvantagens entre grandes corporações e pequenas e médias empresas nas operações internacionais. Estas últimas aumentam a sua participação no comércio internacional, tornando-se mais apropriadas para certos tipos de investimento que incorporam moderna tecnologia;

- a tendência no que se refere ao relacionamento entre grandes corporações multinacionais e pequenas e médias empresas já não passa necessariamente pela incorporação das segundas às primeiras, senão pela associação e divisão de áreas de atuação.

Dentro deste quadro, o autor procura apontar para as possibilidades de um país como a Argentina poder sair da crise e iniciar um processo de desenvolvimento crescente.

Partindo das premissas anteriores, dado que o interesse econômico por parte dos países centrais deixa de ser determinante na adoção de determinadas políticas (como vimos anteriormente, no caso da Argentina houve uma saída de capitais externos já instalados na última década) e que, pelos avanços tecnológicos, pequenas e médias empresas nacionais podem chegar a operar no mercado internacional em condições favoráveis, desde que haja uma participação competitiva do país em áreas de alta tecnologia; o problema do desenvolvimento passa a ser fundamentalmente o de estruturar uma política nacional concertada entre o Estado e os setores da produção, que consiga encaminhar os recursos disponíveis para áreas estratégicas, definidas a partir da sua importância crescente nas trocas internacionais.

A democracia política joga um papel importante outorgando legitimidade a um projeto deste tipo.

"A conclusão destas reflexões é que depende de cada país a possibilidade de aproveitar as oportunidades e enfrentar as restrições da ordem mundial. No interior de cada realidade nacional formam-se as respostas principais que condicionam a inserção internacional e possibilitam ou não o desenvolvimento econômico e social. Dadas certas condições internas, a ordem internacional é incapaz (em parte pelo desinteresse dos centros de poder se não se compromete a sua segurança) de impedir a formulação e colocação em prática de políticas tendentes a mobilizar os próprios recursos, transformar as estruturas produtivas, modificar as relações externas e afirmar o direito de autodetermina-

ção." (2)

Numa perspectiva menos globalizante e mais voltada para a realidade imediata do país, Roberto Frenkel, um dos economistas que participou na elaboração do Plano Austral e que, apesar de ser peronista, faz parte da atual equipe econômica do governo, procura levantar algumas questões-chaves para poder delinear um possível caminho para o desenvolvimento. (3)

Basicamente, existem dois problemas a serem encaminhados: a recuperação econômica, que opera com a capacidade já instalada e para a qual o governo pode a curto prazo orientar o crédito para certos setores do mercado que gerem demanda efetiva imediata como a indústria de automóveis, construção civil, compra de bens de capital para pequenas e médias empresas, e favorecer exportações reduzindo encargos impositivos.

O segundo, mais complicado, diz respeito ao crescimento econômico propriamente dito, que requer novos investimentos.

Nesta área, a idéia principal consiste em rediscutir o papel que o Estado assumiu historicamente no país incorporando os riscos pelos empreendimentos mal sucedidos do setor privado num processo de socialização das perdas. A nova postura deve colocar como linha fundamental a privatização do crescimento.

A origem dos fundos para uma nova política de investimento viria de duas áreas: a poupança social em dólares (4), que seria utilizada como Fundo de Financiamento de Projetos, e os ativos externos das empresas, já que se calcula que há aproximadamente 20.000 milhões de dólares de argentinos aplicados no exterior. Num cálculo modesto, espera-se que pelo menos 10% deste dinheiro volte para o país.

Dentro desta perspectiva, o papel do governo adquire um significado preciso: garantir a estabilidade da economia restabelecendo a confiabilidade do país como área rentável para os investimentos.

O Plano Austral faz parte desta lógica.

Para completar o quadro, faltaria conhecer as definições sobre o possível perfil industrial e o modelo econômico que se propõe para o país.

Não há diretrizes claras neste sentido. Na postura da equipe originária do CEDES vislumbra-se uma tendência a favorecer os setores dinâmicos de alta tecnologia (eletrônica, automatização, Bio-tecnologia, etc), que equivalem em importância ao que representou o setor agropecuário no século passado e a indústria leve em meados deste século.

Também muda o sentido do que seriam as "áreas estratégicas" reservadas exclusivamente à exploração nativa. A informática passa a ocupar o lugar do petróleo cuja exploração deixa de ser patrimônio do estado, abrindo-se a concorrência para o capital privado nacional e multinacional. (5)

Frente a estas posturas, próximas do governo, os setores sindical e empresarial não apresentam enfoques globais alternativos.

Passados mais de um ano da implantação do plano austral, com a economia descongelada e o processo inflacionário elevando-se acima das taxas predominantes nos primeiros meses, estes setores ainda matêm posturas bastante limitadas às questões da conjuntura imediata.

No meio empresarial, as críticas à condução econômica se referem principalmente ao seu caráter tecnocrático, sem senso de realidade sobre os problemas concretos que enfrentam as empresas, pondo em

dúvida os índices de inflação aferidos pelo governo. Ao mesmo tempo aparecem opiniões desencontradas entre os próprios setores empresários e dentro do governo sobre a magnitude da recuperação econômica anunciada a partir de março, já que, segundo fontes da União Industrial Argentina e do Ministério da Economia, o país já saiu da fase recessiva. (6)

No meio sindical, embora não haja uma articulação global nem da CGT nem das correntes da esquerda organizada, se discutem basicamente formas de luta para conquistar melhorias de salários e colocar a questão da retomada do crescimento e da dívida externa.

Inúmeras greves gerais por tempo parcial já foram levadas a cabo nos últimos meses, demonstrando o descontentamento destes setores e a sua capacidade organizativa.

Evidentemente, nas diversas posturas que compõem este movimento, e que já analisamos quando descrevemos as eleições sindicais e as posições dos principais dirigentes perante o novo governo, há visões distintas sobre os objetivos finais. No lado da esquerda está a luta antiimperialista e a coesão de uma frente interna que questione o pagamento da dívida. Na burocracia sindical está a formação de alianças políticas num pólo conservador de oposição ao governo.

De todas maneiras, é no setor sindical e assalariado que o governo tem a maior oposição.

No plano externo, o Banco Mundial, na linha do Plano Baker condiciona a liberação de novos empréstimos para o investimento produtivo a uma especialização da economia, que deveria passar pelo setor agropecuário, redimensionamento do setor financeiro (fusão de bancos), a racionalização do setor público, liberalização das importações e do

investimento externo. (7)

Dentro das possibilidades oferecidas pelas fontes disponíveis, em que dificilmente se explicitam os objetivos, podemos dizer que os debates a respeito dos rumos do país a médio e longo prazo passam em grande medida pelos argumentos expostos até aqui, com as complicações da conjuntura política e a capacidade de manobra dos vários grupos.

2 - A ESTABILIDADE DO REGIME POLÍTICO: AS ESPECIFICIDADES DO ATUAL PERÍODO

Como vimos anteriormente, a partir dos anos 60 se operam no país importantes transformações no modelo de acumulação vigente.

A aliança entre o setor privado nacional, o setor estatal e o setor multinacional, ("capitalismo associado dependente") passa a agir como principal base de sustentação do Estado nacional.

O aprofundamento da industrialização que acompanha este processo tenderá a exigir maiores garantias de estabilidade política, o que se traduz na adequação necessária entre as alianças que compõem o regime político e as que sustentam o Estado.

É justamente nesta relação entre padrão de acumulação, natureza de classe do Estado e organização da hegemonia no plano do regime político, que verificamos a diferenciação básica entre a transição do período 1973-76 e a atual.

Como vimos, o projeto econômico-social do peronismo apontava para uma mudança nos atores que encabeçariam o desenvolvimento capitalista na Argentina. A pequena e mediana indústria, o setor assalariado

e o Estado passam a compor o tripé do chamado "capitalismo nacional", para cuja concretização é preciso uma ruptura com o padrão de acumulação dominante e com a base social de sustentação do Estado.

A hegemonia política materializada na vitória eleitoral não foi suficiente.

A desestabilização já descrita do regime peronista e a instituição da ditadura militar possibilitam a recomposição da aliança original do capitalismo associado.

Como já vimos, no novo processo democrático que se inicia em 1984 não existem, no plano governamental, propostas de ruptura com a ordem econômico-social dominante.

O desenvolvimento de um setor financeiro forte como subproduto do regime anterior coloca um novo protagonista, cujo poder de veto, no que se refere à políticas que não o levam em conta, será um argumento de peso em favor da sua integração formal ao pacto de domínio.

(8)

A democracia representativa se torna o palco privilegiado para uma reacomodação em que os grupos exportadores, agropecuarios e industriais, passam a ter um peso maior na definição dos projetos sobre o perfil do capitalismo argentino.

No lado do governo, a institucionalização das demandas setoriais, o controle das práticas extremistas e a estabilização da economia constituem uma postura articulada, em que a capacidade de liderança do presidente Alfonsín e a orientação da atual equipe econômica, se constituem como peças fundamentais.

Claro que isto não significa o consenso automático entre o Governo e as classes dominantes.

As dificuldades para esta integração aparecem claramente no desenvolvimento da conjuntura política nestes dois anos.

Embora a maior parte dos projetos de médio prazo apresentados pelos setores empresarial, sindical, estatal e político (excluindo a esquerda) apontem para um modelo exportador integrado com a atual divisão internacional do trabalho, notamos ênfases diversas sobre o grau de subordinação externa e da importância da indústria e do campo na liderança do processo.

O projeto liberal conservador aponta o setor agropecuário como fundamental e coloca o desenvolvimento industrial como subordinado à especialização internacional, que deve definir-se pela abertura externa e não pela reserva de mercado e o protecionismo estatal.

Os apoios políticos para isto, estão basicamente na direita tradicional, sem uma base permanente que o coloque como autêntico representante de algum grupo dominante.

Na área econômica do governo a tendência passa pela elaboração de uma política de desenvolvimento que coloque a tecnologia de ponta como área privilegiada da política industrial, buscando competir no mercado internacional e setor agropecuário, embora no segundo plano, também conta com importantes incentivos nas políticas de investimento tecnológico.

Na área sindical, sem questionar o modelo exportador, visualizam-se as medidas sociais que redistribuam os frutos do crescimento para os assalariados numa postura que aponta para uma tipo de Estado de "bem estar social".

As divergências com o governo neste plano não são irreconciliáveis, representam em parte, a rivalidade entre peronistas e radi-

cais e a necessidade de diferenciar-se politicamente na conjuntura.

No seu conjunto, se levarmos em conta os projetos que se apresentavam na década de setenta e a situação atual, visualizaremos um deslocamento importante: o modelo exportador apoiado no capitalismo associado passa a ser o projeto econômico predominante nos partidos peronistas e radical, tornando-se politicamente o mais importante, dado o caráter majoritário destes dois partidos no conjunto da sociedade. Isto, como vimos, contribui decisivamente para a estabilidade política, apesar do contexto de crise.

No caso da esquerda, o seu projeto se materializa na ruptura com a dependência e com o capitalismo associado apontando para uma política de alianças que exclui qualquer setor do empresariado. Embora isto não implique uma polarização política e social nos moldes do que aconteceu nos anos setenta. Digamos que, por enquanto, representam basicamente posturas ideológicas já conhecidas pela sua trajetória anterior com algumas variantes como a representada pelo Partido Intransigente.

Neste último caso, a falta de diretrizes claras no que se refere à formulação de um projeto social alternativo não deixa margem para maiores previsões.

Assim, a carência de uma alternativa que se origine a partir dos setores populares se apresenta como o grande desafio dos que associam a democracia com o pressuposto de uma nova ordem econômico-social.

Neste sentido, alguns indicadores nos dão alguma dimensão das possibilidades para uma saída desta natureza:

Por um lado, o consenso nas forças de esquerda da inexistên-

cia de qualquer projeto de sociedade intermediário entre o capitalismo e o socialismo. O que facilita a busca da unidade em torno de objetivos de curto e médio prazo.

A constituição do FREPU (Frente del Pueblo) é um sinal visível neste sentido, funcionando como início de entendimentos mais abrangentes no conjunto da esquerda.

Em segundo lugar, e isto aparece claramente no acompanhamento dos diversos processos políticos a partir do Cordobazo: existe uma continuidade nas formas de organização social a partir da base, seja no âmbito do movimento operário, nos bairros, nas lutas pela questão dos direitos humanos, cuja força e influência na evolução da situação política foi e é importante.

A capacidade organizativa, demonstrada nos momentos mais difíceis do regime militar, e a sua autonomia perante a estrutura sindical e político-partidária, são fatores a destacar, porém, a falta de articulação com as outras dimensões da luta política, dificulta a configuração de saldos políticos permanentes que apontem para uma alternativa concreta dos setores populares.

Como já colocamos no primeiro capítulo, isto aparece como fator conjunturalmente favorável a estabilização do novo regime democrático, porém, a médio e longo prazo, a unidade da esquerda organizada articulada com o crescimento destes movimentos autônomos podem constituir-se num sério fator de questionamento da ordem.

No entanto, e isto depende da capacidade de recuperação do capitalismo argentino, as condições também são favoráveis para tentativas que apontem para uma forma de Welfare State.

O perfil do setor assalariado já descrito anteriormente, so-

cialmente integrado, corporativamente bem organizado e com capacidade de pressão, pode aparecer como elemento de peso no sentido da sua participação num processo de desenvolvimento com tendências distributivas.

A direção majoritária da CGT é um fator fundamental neste sentido, já visível pela capacidade demonstrada nestes primeiros anos de gestão radical, para manter o salário em níveis razoáveis em relação a conjuntura de crise. (ver quadro 14)

No nosso entender, a polarização possível, nas questões estratégicas, passa por estas duas articulações: a da esquerda organizada integrada com os movimentos sociais e o setor assalariado, apontando para uma alternativa não capitalista; a dos partidos majoritários de centro (UCR e PJ principalmente), setor empresário (nacional e estrangeiro, industrial e agropecuário) e do movimento sindical que atualmente controla a CGT, apontando para um capitalismo de "bem estar social" conforme descrevemos no primeiro capítulo.

Evidentemente, qualquer polarização séria nestas duas direções só é visível a longo prazo. Ao mesmo tempo, a estabilidade política nos marcos da democracia representativa e as suas instituições se apresenta cada vez mais como ponto de consenso da maioria destes setores, que já não visualizam soluções isoladas e excludentes a curto e médio prazo.

NOTAS

(1) Roberto Frenkel, Humor, 14/07/85

(2) FERRER, Aldo, **El país Nuestro de Cada Día - Argentina y el Sistema Internacional.** Hyspammerica, 1985 pg.123

(3) As fontes são as assinaladas na nota B do capítulo VI

(4) São os depósitos em dólares com garantia do Estado originários do conjunto da sociedade.

(5) "O perfil industrial, pedra básica para um modelo econômico, também não está definido. Existem indícios de que se vá a favorecer a indústria de ponta-eletrônica e automatização, com estudos compatíveis com o nível científico argentino." (jornal "O Estado de São Paulo", 24 de novembro de 1985). "Roberto Lavagna, secretário de Indústria e Comércio Exterior, destaca o decreto, já assinado, de promoção da indústria eletrônica como sendo 'o regime industrial mais importante surgido na última década', mudando a tendência antiindustrialização, que prevaleceu a partir da década passada" (El Bimestre, nº 3, 9 de maio de 1986, p. 31). "As medidas a adotar nesta segunda etapa do projeto econômico incluem a modernização do Estado, a promoção de exportações e a privatização do desenvolvimento industrial. (...) A segunda fase do programa econômico que o governo estaria disposto a implementar de forma imediata dedica um extenso capítulo aos investimentos, tanto de origem doméstico como externo (...) Neste marco, os maiores investi-

mentos, segundo a visão do governo, seriam originários do setor petrolífero. Efetivamente, com o chamamento à licitação internacional para adjudicar 164 áreas para a busca e exploração de petróleo, as autoridades demonstram grande otimismo respeito ao ingresso de capitais externos." (jornal "Tiempo Argentino" 19 de julho de 1985, p. 02).

(6) Na questão da recuperação econômica os dados são controvertidos. Acompanhando o desenvolvimento da conjuntura até junho deste ano, existe uma coincidência entre a área econômica do governo e a União Industrial Argentina (UIA) em apontar sinais visíveis de reativação a partir do último trimestre do ano de 1985. Vejamos: no dia 5 de abril, quando o governo anuncia a transição do controle de preços para a política de preços administrados (descongelamento), destaca que, no quarto trimestre de 85, a atividade industrial se incrementou em 13,1% respectivamente ao trimestre anterior. O presidente da UIA confirmou este diagnóstico afirmando que o ciclo recessivo tinha acabado. (Ver **El Bimestre**, nº 2, março-abril de 1986). Em 22 de maio, o secretário de Indústria e Comércio Exterior, Roberto Lavagna, declara que os investimentos na Construção aumentaram num 30% e na Indústria Eletrônica 10%. No dia 16 de junho o vice-presidente da UIA declara que as cifras do Produto Bruto Industrial no primeiro trimestre do ano, são em 5% superiores ao de igual período do ano passado. (Ver **El Bimestre**, nº 3, maio-junho de 1986).

Ao mesmo tempo, a CGT realiza várias mobilizações que, embora tenham como objetivo prioritário conseguir aumentos salariais, não deixam de exigir o fim da recessão, desmentindo os anúncios do governo. O caráter recente destes dados, impede uma análise adequada no sentido

de apontar tendências permanentes, seja no sentido do governo e os empresários da indústria, como da CGT.

(7) Sobre o "Plano Baker" e a sua relação com a Argentina, ver revista **Entre Todos**, nº 13, dezembro de 1985, "El sorprendente Baker III".

(8) Neste sentido, nas reuniões da Concertación, alguns sindicalistas propuseram a participação do setor financeiro. "...no decorrer do encontro no qual foram conformadas as comissões de estudo para a concertación (ver capítulo V), a CGT solicita ao governo que convide aos representantes do setor financeiro para que se incorporem à mesa do acordo social, na medida em que o considera 'fator ineludível da vida econômica argentina' (El Bimestre Político y Económico, nº 18, novembro-dezembro de 1984, p.35).

QUADRO 14

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SALÁRIO REAL

1975 - 1985

1975	100,0
1976	67,3
1977	66,3
1978	65,1
1979	74,8
1980	83,6
1981	74,7
1982	67,0
1983	86,6
1984	111,0
1985	98,0

Remunerações reais

médias 1975 = 100

(Fonte: CEPAL)

FONTE: SEVANES, Lucio, "Los salarios en la Argentina", *El Bimestre*, nº2, março-abril, 1986.

INDICE DE QUADROS E GRAFICOS (pág.)**QUADROS**

- 1 - Autorizações de investimento de capital estrangeiro 1958/1970, (69)
- 2 - Crescimento das indústrias de bens de produção na Argentina, (71)
- 3 - Totais anuais de atos de violência política armada (1960/1972), (72)
- 4 - Indicações de atitudes para com o terrorismo, (73)
- 5 - Greves na Argentina. Junho de 1973 - março de 1976, (88)
- 6 - Motivos de disputa. Greves 1973-1976, (89)
- 7 - Distribuição de receitas (1970/1980), (119)
- 8 - Evolução dos ativos financeiros do setor privado (1975/1981), (120)
- 9 - As cem maiores empresas industriais em 1975 (evolução até 1981 e alterações de situação), (121)
- 10- Estrutura ocupacional e composição do aumento de empregos 1970-80, (124)
- 11- Localização do setor assalariado, (125)
- 12- Distribuição dos assalariados urbanos pelos setores de atividades econômicas, (126)
- 13- Conflitos trabalhistas na Argentina 1976-1980, (128)
- 14- Evolução histórica do salário real 1975 - 1985, (190)

GRAFICOS

- 1 - A implantação do Estado "Burocrático Autoritário" na Argentina e as flutuações do investimento externo, (70)
- 2 - Produção e índices de preços agrícolas ponderados, (127)

BIBLIOGRAFIA*

AZNAREZ, Carlos, 1984. "Renovación sindical: no solo un maquillaje", in **El Periodista de Buenos Aires**, nº 15; dezembro.

CANITROT, Adolfo. 1981, "Teoría y práctica del liberalismo en la Argentina, 1976-81" in **Desarrollo Económico**, v. 21, nº 82 (julio-setembro).

-----, 1980, "La disciplina como objetivo de la política económica., Un ensayo sobre el programa económico del gobierno argentino desde 1976", in **Desarrollo Económico**, V. 19, nº 76 (janeiro-março).

CARDOSO, Fernando Henrique, 1984, "A democracia na América Latina", in **Novos Estudos Cebrap**, nº 10, outubro.

-----, FALETTO, Enzo, 1977, "Estado y proceso político en América Latina", in **Revista Mexicana de Sociología**, vol XXIX, nº 2, Abril-Junho.

*Fazem parte da Bibliografia os livros, artigos de revista e Jornal em que o autor é citado. As referências a artigos de jornal em que não consta o nome do autor, são citadas nas notas, no final de cada capítulo.

CATTERBERG, Edgardo R., 1985, "Las Elecciones de 1983. El Surgimiento de una nueva Convergencia Electoral", in **Desarrollo Económico**, v. 25, nº 98, (julio-setembro).

CAVAROZZI, Marcelo, 1983. **Autoritarismo y democracia 1955-1983**, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

CHÂTELET, François; Dumamel, Olivier; Pister-Kovemner, Eveline; 1983. **História das idéias políticas**, Zahar Editor, R.J.

COUTINHO, Carlos Nelson. 1980, **A Democracia como Valor Universal**, São Paulo, Ciências Humanas.

EVERS, Tilman, 1985, "Identidad: la faz oculta de los nuevos movimientos sociales", in **Punto de Vista**, nº 25, dezembro.

FERNANDEZ, Arturo, 1985, **Las prácticas sociales del sindicalismo (1976-1982)**, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

FERRER, Aldo, 1986, "Perspectivas da economia Argentina" in **O choque econômico e a Transição Democrática Brasil e Argentina**, Ayerbe, Luis Fernando e Pacheco, Carlos Américo, Editora Vértice, S.P.

----- 1985, **El país nuestro de cada día - Argentina y el sistema internacional**, Buenos Aires, Hyspamérica.

GARCIA DELGADO, Daniel, R. 1984, "Nuevos padrones de participación po-

lítica en procesos de transición a la democracia: el caso argentino", in **Proceso, crisis y transición democrática**, v. 2, Osziak, Oscar y otros, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

GORZ, André, 1982, **Adeus ao proletariado - para além do socialismo**, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

GRIMBERG, Gabriel, 1984, "El grupo de los nuevo y el gobierno", in **El Periodista de Buenos Aires**, nº 15, dezembro.

GROSSI, Maria e DOS SANTOS, Marcio R., 1984, "La concertación social; una perspectiva sobre los instrumentos de regulación económico-social en procesos de democratización", in **Proceso, crisis y transición democrática**, v. 1, Osziak, Oscar y otros, Centro Editor de América Latina.

HILB, Claudia y LUTZKI, Daniel, 1984, **La nueva izquierda argentina: 1960-1980 (Política y violencia)**, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

HIRSCHMAN, Albert, 1986, "A democracia na América Latina: Dilemas", in **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 15.

_____, 1983, "Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento económico reconsiderada" in **Pesquisa e Planejamento Económico**, vol XIII, nº 1, abril.

_____, 1982, "A mudança para o autoritarismo na America

Latina e a busca de seus determinantes económicos", in COLLIER, David (org.), **O novo autoritarismo na América Latina**, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

JELIN, Elizabeth, 1977, "Conflictos laborales en la Argentina, 1973-1976", in **Revista Mexicana de Sociología**, vol XL, nº 2, Abril-Junho.

KAPLAN, Marcos, 1977, "50 años de historia argentina (1925-1975): El laberinto de la frustración", in Casanova, Pablo Gonzales (org.), **América Latina: Historia de Medio Siglo**, v. 1, Siglo XXI.

KAUFMAN, Robert R., 1982, "Mudança industrial e governo autoritário na América Latina: Uma crítica concreta do modelo Autoritário-Burocrático", in COLLIER, David (org.), **O Novo Autoritarismo na América Latina**, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KOHEN, Alberto, 1985, "El P.C. y las alianzas para la liberación", in **Revista Nueva Era**, nº 12, dezembro.

LANDI, Oscar, 1979, "A terceira presidência de Perón: Governo de emergência e crise política", in **Caderno Cedec**, Brasiliense.

MACEYRA, Horacio, 1983, **Las presidencias peronistas - Cámpora/Perón/Isabel**, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

NOSIGLIA, Julio E., 1983, **El desarrollismo**, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina,

O'DONNELL, Guillermo, 1977a, "Estado e alianças na Argentina, 1956-1976", in PINHEIRO, Paulo Sérgio, **O Estado na América Latina**, Cedec, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

-----, 1977b, "Reflexiones sobre las tendencias de cambio del estado Burocrático-Autoritário", in **Revista Mexicana de Sociología**, v. XXXIX, nº 1, janeiro-março.

-----, 1982, **El estado burocrático autoritário: 1966-1973**, Buenos Aires, Belgrano.

-----, 1986, **Contrapontos - Autoritarismo e democratização**, São Paulo, Vértice.

OFFE, Claus, 1983, "A Democracia Partidária Competitiva e o Welfare State Keynesiano: Fatores de estabilidade e desorganização", in **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 26, nº 1, RJ.

PALOMINO, Hector, 1984, "La clase obrera en la Argentina. Tendencias de su evolución y perspectivas", in **El Bimestre Político y Económico**, nº 16, (julio-agosto).

-----, 1985a, "Efectos políticos y sociales de los cambios en el mercado de trabajo. Argentina, 1950-1983", **Cisea**.

-----, 1985b, "La concertación social: relevamiento de los principales grupos sociales en Argentina", **Cisea**. (Mimeo)

_____, 1986, "El movimiento obrero y sindical en una larga transición", in **El Bimestre**, nº 2, marzo-abril.

PRZEWORSKI, Adam, 1984, "Ama a incerteza e serás democrático", in **Novos Estudos Cebrap**, nº 9, São Paulo.

SAAVEDRA, Emilliana Lopez, 1984, **Testigos del 'processo' militar**, Vol. 1 e 2, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

SABATO, Jorge y SCHVARZER, Jorge, 1983, **Funcionamiento de la economía y poder político en la Argentina: Trabas para la democracia**, Estudios Cisea.

SCHVARZER, Jorge, 1983a, **Martínez de Hoz: La lógica política de la política económica**, Ensayos y Tesis Cisea.

_____, 1983b, "Cambios en el liderazgo industrial argentino en el periodo de Martínez de Hoz" in **Desarrollo Económico**, v. 23, nº 91, outubro-dezembro.

SOURROUILLE, Juan V., KOSACOFF, Bernardo P; LUCANGELI, Jorge, 1985a, **Transnacionalización y política económica en la Argentina**, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

SOURROUILLE, Juan V., 1985b, **La presencia y el comportamiento de las empresas extranjeras en el sector industrial argentino**, Buenos Aires, Estudios Cedes.

THOMPSON, Andrés, 1986, "As lutas sociais na Argentina (1976 - 1983),
in Cheresky, Isidoro e Chonchol, Jacques (comp.) **Crise e transforma-
ções dos regimes autoritários**, Editora da Unicamp e Ícone Editora.
S.P.

TORRE, Juan Carlos, 1983, **Los sindicatos en el gobierno 1973-1976**,
Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

TOURAINÉ, Alain, 1986, "Possibilidades de Democracia na América Lati-
na", in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 1, Vol 1, junho.

TRONCOSO, Oscar, 1984, **El proceso de reorganización nacional**, Vol 1 e
2 , cronología y documentación, Buenos Aires, Centro Editor de América
Latina.

WEFFORT, Francisco, 1985, **Porque Democracia?**, São Paulo, Brasiliense.